



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 877, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, a ser ofertado pelo *Campus* Universitário Professora Cinobelina Elvas, da Universidade Federal do Piauí, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso da atribuição *ad referendum* que lhe confere o art. 15, *caput*, inciso XX, do Regimento Geral da UFPI, e de acordo com o que consta do processo nº 23111.041619/2025-80 da UFPI;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, a ser ofertado pelo *Campus* Universitário Professora Cinobelina Elvas – CPCE/UFPI, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 15 de agosto de 2025

  
NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA  
Reitora



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA  
INOVAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE  
PROFESSORES COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL- PRILEI**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM  
CIÊNCIAS DA NATUREZA**

**NADIR DO  
NASCIMENTO  
NOGUEIRA:182571  
35372**

Assinado de forma digital por  
NADIR DO NASCIMENTO  
NOGUEIRA:18257135372  
Dados: 2025.08.15 15:10:33  
-03'00'

**BOM JESUS**

**2025**



Documento assinado digitalmente  
DJANIRA DO ESPIRITO SANTO LOPES CUNHA  
Data: 15/08/2025 11:54:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA  
INOVAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE  
PROFESSORES COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL- PRILEI**



## **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, Campus Professora Cinobelina Elvas, no município de Bom Jesus – Piauí, a ser implementado/ implantado em 2026.1.

**BOM JESUS  
2025**

**GOVERNO FEDERAL**

Luís Inácio Lula da Silva

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Camilo Sobreira de Santana

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
REITORA**

Profa. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

**VICE-REITOR**

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Prof. Dr. Marcos Antonio Tavares Lira

**PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO**

Tec. Ma. Larissa Naiana Mendes de Sousa

**PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO**

Prof. Dr. Rodrigo de Melo Souza Veras

**PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA**

Profa. Dra. Waleska Ferreira de Albuquerque

**PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS**

Prof. Dr. Emídio Marque de Matos Neto

**COORDENADORA GERAL DE GRADUAÇÃO - CGRAD**

Profa. Dra. Marli Clementino Gonçalves

**COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO - CGE**

Profa. Dra. Suely Carvalho Santiago Barreto

**COORDENADORA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO - CGE**

Tec. Esp. Rita de Cássia Alves da Silva

**COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO  
CURRICULAR - CDAC**

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

**DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA - DAA**

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

**COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COMPLEMENTAR - CAAC**

Prof. Dr. Edivan Carvalho Vieira

**COORDENADOR DE SELEÇÃO E PROGRAMAS ESPECIAIS - CSPE**

Prof. Dr. Willian Mikio Kurita Matsumura

**ASSESSORIA TÉCNICA E PEDAGÓGICA – CDAC/PREG**

**Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular - CDAC**

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

**Adelaide Maria de Sousa Costa**

Técnica em Assuntos Educacionais

**Francisca Beatriz da Silva Sousa**

Técnica em Assuntos Educacionais

**Maira Danuse Santos de Oliveira**

Técnica em Assuntos Educacionais

**Vando Milhomem Santos**

Assistente em Administração

**DIRETOR DO CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS**

Prof. Dr. Everaldo Moreira da Silva

**VICE-DIRETORA DO CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS**

Profa. Dra. Kelly Cristine Rodrigues de Moura

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
CIÊNCIAS DA NATUREZA NO ÂMBITO DO PRILEI**

**Ato da Reitoria nº 1548/2025 de 13 de agosto de 2025**

Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

Gardênia de Sousa Pinheiro

Héliques Mesquita Frazão

Kelly Cristine Rodrigues de Moura

Larissa Castro Diógenes

Marli Clementino Gonçalves

Silvokleio da Costa Silva

Willian Mikio Kurita Matsumura

## IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

**MANTENEDORA:** Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI

**RAZÃO SOCIAL:** Universidade Federal do Piauí

**SIGLA:** UFPI

**NATUREZA JURÍDICA:** Pública

**CNPJ:** 06.517.387/0001-34

**ENDEREÇO:** *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n,  
CEP: 64049-550 (ou de *Campi* Fora de Sede)

**CIDADE:** Bom Jesus

**TELEFONE:** (86) 3215-5511

**E-MAIL:** [scs@ufpi.edu.br](mailto:scs@ufpi.edu.br)

**PÁGINA ELETRÔNICA:** [www.ufpi.br](http://www.ufpi.br)

## SUMÁRIO

<b>1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO</b>	<b>04</b>
<b>2 INTRODUÇÃO</b>	<b>05</b>
<b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA</b>	<b>11</b>
3.1 Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso	14
3.2 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio	16
<b>4. PERFIL DO EGRESSO</b>	<b>19</b>
<b>5. OBJETIVOS</b>	<b>22</b>
5.1 Objetivo geral	22
5.2 Objetivos Específicos	22
<b>6. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO.</b>	<b>23</b>
6.1 Aspectos teóricos conceituais: Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana	23
6.2 Princípios	23
6.3 Base legal	25
6.4 Aspectos teóricos metodológicos	27
6.4.1 Pedagogia da Alternância	29
6.5 Sistemática de avaliação	31
6.5.1 Da avaliação do processo de ensino e aprendizagem	31
<b>7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS</b>	<b>32</b>
7.1 Dimensões do processo formativo	32
7.2 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso à BNCC	33
7.3 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica	35
7.4 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso às normativas da Educação Integral	40
7.5 Inclusão, pelas propostas institucionais, do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo	41
7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação	43
7.7 Organização Curricular	46
7.7.1 Matriz Curricular	51
7.7.2 Fluxograma do curso	55
7.7.3 Ementas e bibliografias básica e complementar	56
<b>8. REQUISITOS LEGAIS</b>	<b>88</b>
8.1 Prática como componente curricular	88
8.2 O estágio supervisionado obrigatório	89
8.3 Trabalho de Conclusão de Curso	91
8.4 Atividade Curricular Complementar	91
8.5 Atividades Curriculares de Extensão	96
<b>9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM</b>	<b>99</b>
9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais	99

9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação	100
9.3 Ingresso e Permanência	102
<b>10. ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>	<b>104</b>
10.1 Articulação com a Pós-Graduação	104
<b>11. INFRAESTRUTURA</b>	<b>106</b>
11.1 Recursos humanos	106
11.1.2 Docentes	106
11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos	107
11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática	107
11.3 Espaço Físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais	109
11.4 Biblioteca e acervo	112
11.5 Condições de acessibilidade	113
<b>12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO</b>	<b>114</b>
<b>13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO</b>	<b>116</b>
<b>14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>120</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>124</b>
<b>Anexo I – Regulamento do Estágio Supervisionado Obrigatório</b>	<b>125</b>
<b>Anexo II – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso</b>	<b>139</b>
<b>Anexo III – Regulamento das Atividades Curriculares Complementares</b>	<b>143</b>
<b>Anexo IV – Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão</b>	<b>149</b>

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

- **DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Licenciatura em Ciências da Natureza
- **MODALIDADE:** Presencial com base na Pedagogia da Alternância. Ou seja, está organizado em tempos e espaços diferentes e complementares: parte do curso é desenvolvida presencialmente em períodos intensivos de formação presencial na Universidade (Tempo Universidade – TU) e parte presencialmente em períodos intensivos de formação presencial no território onde vive o aluno (Tempo Comunidade – TC). Ambos os tempos interagem por meio de projetos de intervenções na realidade social e educacional do discente, a partir das atividades desenvolvidas na Universidade e com o acompanhamento dos docentes do curso, em forma de pesquisa-ação.
- **OBJETIVO:** Formar docentes para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio na área de Ciências da Natureza, oferecendo uma formação geral humanística, científica, ética e artística, utilizando estratégia metodológica de base interdisciplinar.
- **PROFISSIONAL FORMADO:** Licenciado(a) em Ciências da Natureza
- **PÚBLICO-ALVO:** alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem curso superior;
- **FORMA DE INGRESSO:** ENEM e seleção em Edital específico do PRILEI/PREG/UFPI.
- **FORMA DE SELEÇÃO DOS PROFESSORES.** para ministrar as disciplinas de cada período serão selecionados professores por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os mesmos critérios de seleção.
- **REGIME ACADÊMICO:** Crédito.
- **CARGA HORÁRIA:** 3.590 horas aula e horas relógio uma vez que na UFPI a hora aula é de 60 minutos, conforme Resolução CEPEX/UFPI 177/12.
- **DURAÇÃO DO CURSO:** 8 semestres (04 anos), conforme o Edital nº 03/2025-SEB/MEC do PRILEI.
- **TURNOS DO CURSO:** O Curso é integral pois está organizado de acordo com a modalidade da Pedagogia da Alternância.
- **VAGAS:** 40 vagas.

- **SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR**

<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>Carga horária (h)</b>
<b>Disciplinas Obrigatórias</b>	2.445
<b>Disciplinas Optativas</b>	120
<b>Trabalho de Conclusão de Curso</b>	60
<b>Atividades Complementares</b>	200
<b>Estágio Supervisionado Obrigatório</b>	405
<b>Atividades Curriculares de Extensão</b>	360
<b>TOTAL</b>	3.590

## 1. INTRODUÇÃO

Em consonância com o [Edital MEC/SEB nº 03, de 18 de julho de 2025](#), que se caracterizou pela Chamada Pública para seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES), voltadas à formação inicial de professores, visando à oferta de até 2.880 (duas mil, oitocentas e oitenta) vagas em cursos de Licenciaturas, na modalidade presencial, no âmbito do **Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei)**, a [Universidade Federal do Piauí \(UFPI\)](#), mais especificamente, o [Campus Professora Cinobelina Elvas \(CPCE\)](#), apresenta o Projeto Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, que se destina à formação inicial e valorização social de professores com ênfase na Educação Integral observando os contextos socioculturais diversificados.

Neste projeto, expõe-se o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para o desenvolvimento do Curso, em atendimento às demandas das políticas públicas para a valorização social da profissão docente, assegurando a equidade de oportunidades, reduzindo as desigualdades regionais e diminuindo a carência de professores da Educação Básica, por meio do regime de colaboração entre a UFPI, a [Universidade Estadual do Piauí \(UESPI\)](#), a [Universidade Católica de Pernambuco \(UNICAP\)](#), as secretarias estaduais e municipais de educação.

Assim, a Universidade Federal do Piauí, buscando realizar sua missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional, vem colaborar com a formação de professores de Ciências da Natureza, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos ciclos finais do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio.

A viabilização de formação superior específica para professores em exercício na rede pública estadual e/ou municipal e de alunos que concluíram o Ensino Médio e tiveram bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tem como pretensão promover a expansão da oferta da Educação Básica na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, local em que há carência de professores qualificados para o ensino das Ciências da Natureza com ênfase na Educação Integral; além do auxílio à superação das desvantagens educacionais, observando os princípios de igualdade, equidade e gratuidade quanto às condições de acesso.

O curso de graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza caracteriza-se como um curso que traz um novo modelo de formação docente alicerçado pelas práticas multi-interdisciplinares de cooperação e colaboração entre gestores, docentes e estudantes, desde a construção de atividades, de avaliações, até o acompanhamento do desempenho dos estudantes. Este conceito se faz presente como ação efetiva em todos os momentos do curso, ou seja, seu aparecimento se viabiliza desde o processo de construção do projeto pedagógico, por meio da articulação dos representantes das diferentes Unidades Acadêmicas envolvidas até o desenvolvimento das práticas de docentes e discentes. A parceria entre diferentes Unidades Acadêmicas na concretização de um objetivo comum – a formação de educadores para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio – vem ao encontro do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPI, que propõe qualificação de pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.

A formação de educadores por área de Conhecimento, na perspectiva deste curso, almeja que os docentes egressos contribuam significativamente na superação da disciplinarização dos saberes, ainda hegemônica nos currículos escolares em geral. Para tanto, a proposta curricular do curso possibilitará que o licenciando vivencie em seu cotidiano acadêmico a valorização e a produção de conhecimentos e saberes contextualizados nas paisagens naturais e construídas (espaço urbano e rural). Assim, as disciplinas do curso ocorrem de modo articulado nas diversas temáticas abordadas contemplando os conhecimentos específicos das Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), Ciências da Terra (Geociências e Geografia Física), da Matemática, das Ciências Humanas (Geografia Humana) e da Educação.

Nessa perspectiva, tais conhecimentos são abordados a partir de situações-problema reais, organizadas dentro de eixos temáticos transversalizados, multi-

interdisciplinares contemporâneos, de modo que os conteúdos específicos previstos nas Diretrizes dos Cursos de Licenciatura em Geografia (Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002), Química (Resolução CNE/CES nº 8, de 11 de março de 2002), Física (Resolução CNE/CES nº 9, de 11 de março de 2002) e Biologia (Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de março de 2002) sejam contemplados articuladamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024) para o ensino-aprendizagem de Ciências da Natureza na Educação Básica Integral, observando as especificidades dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio.

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza do PRILEI foi elaborado para implantação da primeira turma no município de Bom Jesus, PI, distante 600 quilômetros da capital do estado. O seu processo de elaboração ocorreu a partir do diálogo aberto e participativo entre a equipe da coordenação institucional do Programa na UFPI, a equipe de elaboração do PPC e ouvindo as demandas das secretarias estadual e municipal da educação, de maneira que, indo além da simples coleta de informações, fosse permitida uma compreensão mais profunda das necessidades, expectativas e anseios para a formação de professores na área de Ciências da Natureza. Todo esse processo foi conduzido pelas orientações emanadas da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), por meio da Coordenação Geral da Graduação (CGRAD), da Coordenação de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC) e Coordenadoria de Seleção e Programas Especiais (CSPE).

A proposta curricular também apresenta itinerários formativos diferenciados, com aproveitamento dos tempos e espaços nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas, tendo, portanto, a escola (espaço-formal), outros ambientes potenciais objetos de conhecimento (espaços não-formais) e a extensão comunitária como espaços privilegiados de formação, de pesquisa e de transformação dos sujeitos, efetivando o compromisso com a formação de qualidade por meio de linguagens, tecnologias, projetos interdisciplinares, metodologias inovadoras e estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem (Brasil, 2019; 2021)

Nessa perspectiva, este PPC apresenta um currículo inovador no qual conhecimentos (científicos, educacionais e pedagógicos), temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania e conteúdos específicos de formação

de professores, articulados e contextualizados com a região de Bom Jesus, constituem a matriz curricular do curso de modo que os percursos formativos favoreçam o desenvolvimento, pelo cursista, dos saberes necessários ao desenvolvimento de uma prática docente comprometida com as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à educação integral, em conformidade com o que preceituam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica e o Plano Nacional de Educação (PNE)

O curso destina-se à formação inicial de 40 (quarenta) docentes, ofertada para alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem formação específica na área de Ciências da Natureza com ênfase na Educação Integral para atuarem nas escolas municipais e/ou estaduais situadas em contextos socioculturais diversificados. Os discentes do curso serão selecionados mediante processo seletivo específico, que garanta o acesso democrático ao Curso.

O curso tem como escopo formar docentes para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio nas áreas de Ciências da Natureza, oferecendo uma formação geral humanística, científica, ética e artística, utilizando estratégia metodológica de base multi-interdisciplinar com ênfase na Educação Integral. Trata-se, portanto, de uma licenciatura inovadora que integra saberes de distintas áreas epistemológicas articuladas com suas tecnologias, considerando à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Nesse sentido, colabora para a formação multi-interdisciplinar de professores capazes de atuarem em escolas de educação básica, promovendo simultaneamente a educação integral de seus alunos.

O curso tem natureza regular, presencial e tem como fundamento a metodologia da Pedagogia da Alternância apoiando-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o Tempo-Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). As atividades formativas do Tempo-Universidade serão realizadas nas sextas, sábados e domingos ao longo do período letivo, parte constituinte das disciplinas e do Seminário Integrador. As atividades que configuram a dimensão Tempo-Comunidade serão realizadas no espaço socioprofissional e familiar do aluno, para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis para realizar intervenções de natureza socioeducacional, acompanhado por um docente do curso. Esta dimensão se concretizará em sala de aula, a cada retorno para as atividades de Tempo-Universidade, mediante discussões e socializações.

A carga horária total do curso é de **3.590 horas** e será integralizada, preferencialmente, em **8 semestres**. Importante ressaltar que além de se organizar com base na Pedagogia da Alternância, faz uso pedagógico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), das metodologias ativas, como forma de viabilizar a formação superior em serviço para professores da Educação Básica.

Os conteúdos estão distribuídos na matriz curricular caracterizada pelo regime de créditos de disciplinas. Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam os conhecimentos produzidos na área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias, assim como a transformação didática destes saberes, articulando a teoria à prática, segundo prescrevem as diretrizes curriculares da educação nacional.

A sistemática de avaliação da aprendizagem priorizará as atividades realizadas durante todo o processo de ensino-aprendizagem por disciplina e semestralmente, atendendo à Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012 que regulamenta o funcionamento dos cursos de graduação da UFPI e a Resolução CEPEX/UFPI nº 76/2019 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado a estudantes de graduação público-alvo da educação especial. A avaliação das ações do projeto será contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta de formação de professores em Licenciatura em Ciências da Natureza.

É nesse cenário que a Universidade Federal do Piauí, no esforço de realizar sua missão de elaborar, sistematizar e disseminar os saberes das diversas áreas

epistemológicas, colaborando com o desenvolvimento regional e nacional, propõe-se a realizar o Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza com o objetivo de promover a formação de professores multidisciplinares, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O curso será ofertado no Campus Professora Cinobelina Elvas, na cidade de Bom Jesus-PI, que dispõe de uma infraestrutura, com espaços e laboratórios de excelência e de uma equipe técnica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para implementação do curso. Ressalte-se que como a metodologia adotada será Pedagogia da Alternância, estes espaços físicos estarão mais disponíveis nas etapas de Tempo-Universidade, que correspondem às sextas, sábados e domingos ao longo do período letivo, o que favorece a permanência e a frequência dos professores cursistas em exercício.

O Curso aqui proposto foi estruturado a partir das Diretrizes estabelecidas pelo PRILEI, pelas DCNs dos cursos que integram às Ciências da Natureza e pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, baseado na perspectiva sócio-histórica, cujo objetivo de maior relevância é promover um ensino voltado para a educação inclusiva e contextualizada, a partir de uma visão ampla de ciências respeitando a diversidade e as especificidades das Ciências da Natureza e visando à formação inicial de professores da educação básica nestes campos de saber e o emprego de novas tecnologias na prática docente com ênfase na Educação Integral. A arquitetura curricular visa ao cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade que concebe o aluno como protagonista do processo formativo, com o objetivo de atender, eficientemente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente. Com base nesse princípio norteador, o Curso reduzirá a carência de profissionais habilitados e capacitados para o ensino de Ciências da Natureza, e com isso incentivar a melhoria da qualidade da educação básica com ênfase nas escolas da rede pública, de modo que esse profissional procure assegurar princípios éticos de equidade e solidariedade no mundo contemporâneo.

Note-se que se trata de um curso de caráter inovador de caráter multi-interdisciplinar que forma professores na modalidade presencial, pautada no uso de tecnologias digitais e de metodologias ativas e no desenvolvimento de habilidades e competências empreendedoras e inovadoras. Sua implantação e desenvolvimento provocaram reflexões sobre a oferta de todas as licenciaturas da UFPI, de modo geral.

Nesse sentido, contribuirá para o aprimoramento de todas as licenciaturas que obrigatoriamente se adequar às diretrizes curriculares atuais (Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024) tanto no que tange ao *modus operandi* como sua adequação à BNCC.

Assim, apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) mostrando o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para seu desenvolvimento, em atendimento às demandas das políticas públicas para a Educação Integral e das metas do Plano Nacional de Educação.

## **2.CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS**

O Piauí foi o único estado ocupado do interior para o litoral. O povoamento de seu território começou nas fazendas de gado que se instalaram no sul da região. No restante da região Nordeste predominavam as plantações de cana-de-açúcar junto à costa, onde o clima era mais favorável para a agricultura e a proximidade com o mar facilitava a exportação.

Está situado entre as coordenadas 2°44'49" e 10°55'05" de latitude sul e entre 40°22'12" e 45°59'42" de longitude oeste. Geograficamente limita-se com os estados do Ceará e Pernambuco a leste, com o estado da Bahia ao sul e sudeste, com o estado de Tocantins a sudoeste, com o curso do rio Parnaíba, demarcando a fronteira com o estado do Maranhão, a oeste e com seu reduzido litoral (66 km de extensão) ao norte, com o oceano Atlântico. Ocupa uma área de 251.611,93 km<sup>2</sup> (16,2 %) dos 1.548.672 km<sup>2</sup> que constituem a região Nordeste do Brasil. É o terceiro maior estado nordestino, inferior apenas à Bahia e ao Maranhão, e o décimo estado brasileiro, respondendo por 2,9 % do território nacional.

O relevo piauiense abrange planícies litorâneas e aluvionares, nas faixas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes, que permeiam a parte central e norte do Estado. Ao longo das fronteiras com o Ceará, Pernambuco e Bahia, nas chapadas de Ibiapaba e do Araripe, a leste, e da Tabatinga e Mangabeira, ao sul, encontram-se as maiores altitudes da região, situadas em torno de 900 metros de altitude. Entre essas zonas elevadas e o curso dos rios que permeiam o estado, a exemplo do Poti, Canindé, Gurguéia, Fidalgo, Uruçuí Preto e o Parnaíba, encontram-se formações tabulares, contornadas por escarpas íngremes, resultantes da ação erosiva das

águas. Em decorrência de sua posição, o estado do Piauí caracteriza-se, em termos fisiográficos, como uma típica zona de transição, apresentando, conjuntamente, aspectos do semiárido nordestino, da pré-Amazônia e do Planalto central do Brasil. Reflete as condições de umidade das diversas zonas, as regiões ecológicas distribuem-se em faixas paralelas, com a caatinga arbórea e arbustiva, predominando no sudeste; a floresta decidual no Baixo e Médio Parnaíba, cerrado e cerradão, no centro-leste e sudoeste; e as formações pioneiras de restinga, mangue e aluvial campestre, na zona litorânea. Dentre as paisagens vegetais, destacam-se os cocais, com seus exemplares de babaçu, carnaúba, buriti, e tucum, encontrados na região da floresta decidual, nos vales úmidos e nas áreas alagadiças, sustentando a atividade extrativa de significativa importância para o estado.

A população estimada do Piauí em 2024 é de 3.375.646 habitantes, segundo o IBGE. Este número representa um crescimento em relação aos anos anteriores, com o estado sendo o 9º menos populoso do Brasil. Com baixa densidade demográfica (12,99 habitantes por km<sup>2</sup>) quando comparada com as médias brasileira e do Nordeste, de 23,86 e 36,1 habitantes por km<sup>2</sup>, respectivamente. As zonas urbanas abrigam aproximadamente 69,4% da população e as zonas rurais, os 30,6% restantes. O estado do Piauí está dividido em 224 municípios. Teresina, a capital do estado é, também, a cidade mais populosa, com 866.300 habitantes, seguida por Parnaíba (162.159), Picos (83.090), Piri-piri (65.450) e Floriano (62.036).

O Piauí possui diversas unidades de conservação, incluindo Parques Nacionais e Estaduais, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Florestas Nacionais. Essas áreas são protegidas por lei e visam a preservação do meio ambiente e da biodiversidade local. Do ponto de vista acadêmico, estas Unidades de Conservação constituem excelentes objetos de conhecimento para desenvolver habilidades e competências dos discentes do curso. Especialmente, na região de Bom Jesus, onde os temas de uso e exploração de recursos naturais e expansão do agronegócio revelam problemas sócio-ambientais em diferentes escalas local, regional e global; desde conflitos com as comunidades tradicionais até os eventos de emergência/mudanças climáticas.

A Mesorregião do Sudoeste Piauiense (Figura 1) é integrada por seis microrregiões: Alto Médio Gurguéia, Alto Parnaíba Piauiense, Bertolínia, Chapadas do Extremo Sul Piauiense, Floriano e São Raimundo Nonato, englobando 62 municípios. Apresenta a área total de 128.193,044 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 51% da extensão do estado do Piauí, onde reside 16,6% da população piauiense. A região

possui o melhor desempenho quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, entre os anos 2000 e 2007. Esta contribuição se deve ao fato de que esta região, juntamente com os estados do Maranhão, Tocantins e Bahia, economicamente ativos no setor do agronegócio, tem sido considerada a nova fronteira agrícola do país ([Santos et al. 2017](#)). A expansão deste modelo de desenvolvimento regional por meio do agronegócio tem ameaçado os territórios e direitos dos povos e comunidades tradicionais, além da biodiversidade e das paisagens naturais da região ([Oliveira, 2021](#)). O Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI pretende atender a demanda dos municípios dessa mesorregião que, com exceção da sede, são caracterizados por pequeno índice de densidade demográfica e urbana e tem nas atividades agrícolas e extrativistas sua maior fonte de geração de trabalho e de renda.

Figura 1. Mesorregiões geográficas piauienses



Fonte: IBGE (2010)

## **2.1. Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso**

Apresentamos nesse projeto, como já explicitado anteriormente, a intenção de um curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, de caráter especial, baseado nas práticas próprias da Pedagogia da Alternância que, de acordo com o Parecer CNE/CEB Nº. 01/2006, se coloca como uma alternativa eficiente para a Educação, pois visa estabelecer a relação entre escola/comunidade e a universidade. Neste caso, o aluno alterna períodos de trabalho na escola/comunidade, em seu lócus socioprofissional e na Universidade, estabelecendo uma sinergia entre escola/comunidade/trabalho e universidade, otimizada pelas práticas pedagógicas.

Com efeito, neste projeto, considera-se as experiências concretas dos educandos, visando que o aluno, no decorrer de suas atividades acadêmicas, desenvolva planos de estudo a serem executados em seu meio socioprofissional, durante o tempo-comunidade, exigindo-lhe atitude de pesquisa, reflexão e discussão com seus colegas e profissionais para entender e propor soluções acerca de temáticas pertinentes ao curso e à sua realidade. Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (Gimonet, 1999; Silva, 2005; Begnami, 2006).

Quando o aluno retorna para vivenciar a rotina da sala de aula tradicional, há um momento de socialização dessas experiências vividas, o que lhe permitirá (re)elaborar constantemente a leitura de sua realidade, em todos os seus aspectos, por meio de novos saberes que lhe permita explicar, compreender e agir, tomando o conhecimento científico como base para sua ação pedagógica.

Estas duas dimensões, o tempo-universidade e o tempo-comunidade, devem estar estritamente articuladas, possibilitando que as experiências trazidas pelo aluno do meio sociocultural sejam expandidas para o tempo-universidade, constituindo fontes de reflexão e aprendizagem. Isso significa que a formação ocorrerá em ação, na conexão entre teoria e prática, o que gerará aprendizagens significativas e reais.

Sob este enfoque, o curso contempla a diversidade dos aspectos raciais, étnicos, culturais, políticos, econômicos e de gênero, respeitando os artigos 23, 26 e 28 da LDBEN Nº. 9394/96. Também contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, incorporando conteúdos de basilar importância para a formação de educadores para a Educação Básica.

Como se trata de uma licenciatura na área de Ciências da Natureza – integrada por eixos da Biologia, Física, Química, Matemática e Pedagogia, está alinhada à BNCC. Nessa perspectiva preconiza o protagonismo do aluno na sua construção, para que sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos, etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas (BNCC, 2018). Isso quer dizer que o curso se guia por metodologias ativas, nas quais os alunos aprendem fazendo, para ser capaz de ensinar nas escolas de educação básica. Isso quer dizer ainda que a concepção de aprendizagem do curso se assenta na aprendizagem significativa (Ausubel, 1968, p. 37-38) que implica na organização e integração do material na estrutura cognitiva, entendida como “[...] conteúdo total de ideias de certo indivíduo e sua organização; ou conteúdo e organização de suas ideias em uma área particular de conhecimento”. Para que a aprendizagem significativa possa ocorrer o professor deve considerar o contexto social, cultural e econômico em que o sujeito está inserido, dando condições de o indivíduo participar ativamente do processo de aprendizagem e colaborar de forma consciente para as necessidades sociais que passam a perceber. (Moreira; Masini, 2001).

Além disso, formar professores para atuar nestas áreas como a UFPI está propondo, significa elevar o índice de escolarização de nossa região, a Nordeste, além de contribuir para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável da região firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas, centra-se no propósito de oferecer, opções de conhecimento que lhe possibilitem a inserção no mercado de trabalho, considerando os diferentes contextos interculturais e sem perder de vista seu compromisso ético e sua responsabilidade socioeducacional. Efetivamente as necessidades de um Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza estão postas pela demanda crescente de professores nesta área.

## **2.2. Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio**

De acordo com o resumo técnico do censo escolar de 2021 (INEP, 2021) em 2021, foram registrados 2.190.943 docentes na educação básica brasileira. Nos anos

iniciais do ensino fundamental, atuam 741.161 docentes. Desses, 86,4% têm nível superior completo (83,4% em grau acadêmico de licenciatura e 3,0%, bacharelado) e 9,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,4% com nível médio ou inferior. Nos anos finais, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador de adequação da formação docente) se reduz consideravelmente quando comparado ao dos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada.

No que tange ao Ensino Médio, um total de 516.484 professores atuaram em 2021. Destes, 97,4% têm nível superior completo (91,6% em grau acadêmico de licenciatura e 5,8%, bacharelado) e 2,6% possuem formação de nível médio ou inferior. De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de Sociologia, em que apenas 40,7% das turmas são atendidas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador).

No Piauí, segundo o INEP (2021) especificamente no ensino fundamental, atuam 27.105 professores, dos quais 15.085 atuam nos anos iniciais e 16.699 atuam nos anos finais. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 82,6% têm nível superior completo (78,8% em grau acadêmico de licenciatura e 3,8%, de bacharelado) e 11,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 6,1% com nível médio ou inferior. No ensino médio atuaram 10.695 professores em 2021. Desse total, 93,0% têm nível superior completo (84,5% em grau acadêmico de licenciatura e 8,5%, de bacharelado). Em se tratando da adequação da formação docente para a etapa de ensino em questão, o pior resultado é observado para a disciplina de sociologia, em que 8,5% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada. O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é observado para a disciplina de língua portuguesa, com percentual de 83,0%.

Pode-se depreender destes dados que cerca de 5 mil dos professores da Educação Básica no Piauí que atuam no Ensino Fundamental não possuem curso superior. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação em nível superior para estes docentes, atendendo à prerrogativa legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394, de 1996, em seu Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996).

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício, os dados apontam a precariedade de formação de docentes no Ensino Médio. Considerando que o Piauí foi o estado que teve o maior crescimento de matrículas de tempo integral entre 2022 e 2024 das redes estaduais, com um aumento de mais de 160%, alcançando o segundo lugar em percentual de matrículas de tempo integral na rede pública, com 31,4% se e a universalização do tempo integral nas escolas de ensino médio da rede estadual em 2025 (SEDUC, 2025), torna urgente a qualificação de professores sobremodo para a área de Ciências da Natureza.

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício em série histórica, é possível notar que ainda não atingimos a meta estabelecida para o Indicador 15C (*100% das docências dos anos finais do ensino fundamental com professores com formação superior adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024*). Em 2024, apenas 60,4% dos professores dos anos finais do ensino fundamental possuíam formação superior adequada à área de conhecimento em que atuam. Esta proporção é ainda menor quando se observa as regiões nordeste (47,3%) e norte (47,7%), conforme dados do [PAINEL DE MONITORAMENTO DO PNE \(2025\)](#). Da mesma forma, também não atingimos a meta para o Indicador 15D (*100% das docências do ensino médio com professores com formação superior adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024*). Em 2024, apenas 68,4% dos professores do ensino médio possuíam formação superior adequada à área de conhecimento em que atuam. Os números são mais preocupantes quando observamos os dados do município de Bom Jesus e adjacências (Tabela 1).

**Tabela 1.** Porcentagem de professores que atuam na área da formação nos Ensinos Fundamental e Médio segundo o Plano Nacional de Educação.

Município	Porcentagem de professores que atuam na área de formação	
	Anos finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
Bom Jesus	46,1%	55,9%

Baixa Grande do Ribeiro	24,1%	37,3%
Currais	7,4%	34,8%
Gilbués	26,7%	60,7%
Guaribas	31,5%	25%
Monte Alegre do Piauí	52,5%	35,2%
Morro Cabeça no Tempo	15,8%	47,2%
Redenção do Gurgueia	51,1%	57,1%

Fonte: PAINEL DE MONITORAMENTO DO PNE (2025).

Ainda segundo essa fonte, na área de Física esse déficit é de 63,2% no Ensino Fundamental e 55% no Ensino Médio; em Química é 64,7% na primeira modalidade e 32,9%, na segunda; e em Biologia, é de 37,4% e 22,9%, respectivamente no Ensino Fundamental e Médio (Tabela 2). Embora não existam dados específicos relativos à formação de professores que trabalham em escolas rurais, estimamos que nas áreas rurais a situação seja ainda mais grave. Esse resultado é bastante desafiador considerando que a Meta 15 do PNE é que todos os professores da Educação Básica possuam formação superior e atuem em suas respectivas áreas até 2024.

**Tabela 2.** Porcentagem de professores que atuam na área da formação nos Ensinos Fundamental e Médio segundo o Plano Nacional de Educação.

Disciplinas	Porcentagem de professores que atuam na área de formação	
	Ensino fundamental	Ensino médio
Ciências	42,5%	-
Química	35,3%	55,4%
Biologia	62,6%	77,1%
Física	36,8%	45%

Fonte: PAINEL DE MONITORAMENTO DO PNE (2025).

Apesar do estado do Piauí apresentar elevado número de professores com ensino superior, a tendência nacional dessa formação não ser na área de Ciências na Natureza é eminente. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação de docentes nesta área de conhecimento, visto que os que atuam nela não possuem formação específica para o exercício pleno da profissão. Dessa forma, torna-se imprescindível que a Universidade Federal do Piauí continue atuando na superação

deste quadro, mais especificamente para o atendimento às escolas do e no campo, carentes de políticas próprias de formação, que pense o professor sendo formado a partir e para o espaço no qual atua, possibilitando-lhe não somente o acesso, mas a permanência na academia. Esse objetivo será alcançado pela implementação deste Projeto Pedagógico e pelas possibilidades em Ensino, Pesquisa e Extensão que abre a todos os docentes e discentes do curso, fazendo com que a instituição assuma sua função de formadora de competências que possibilitem aos indivíduos o exercício efetivo da cidadania.

### **3.PERFIL DO EGRESSO**

O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI preparará professores para atuar na Educação Básica, ensino fundamental e médio, nas disciplinas de ciências naturais com ênfase na Educação Integral, transmitindo ao aluno o conhecimento necessário ao bom entendimento da natureza, enfocando a vida, evolução e interação entre os seres vivos, a Terra e o universo dentro de uma visão multi-interdisciplinar, fundamental para promover no cidadão uma consciência crítica do mundo, melhorando sua relação com a natureza.

Propõe-se formar um professor para compreender a realidade social e política na qual se insere a escola em que atua e que esteja sempre pronto a adaptar-se, de forma crítica, diante das rápidas transformações que o mundo passa, principalmente na área das ciências e tecnologia. O licenciado em Ciências da Natureza será preparado a estimular os alunos em suas curiosidades científicas, incentivando-os à pesquisa e à reflexão ética perante a sociedade e a natureza, dentro da perspectiva de aproveitamento das potencialidades locais para exemplificar os fenômenos naturais e as relações entre as atividades sociais, econômicas e culturais, na perspectiva da sustentabilidade para formação de sujeitos autônomos e criativos.

Portanto, espera-se que o licenciado em Ciências da Natureza possa orientar seus alunos a adquirirem um conhecimento integrado da natureza, uma vez que se pretende, sempre que possível, que haja compartilhamento de conteúdos multidisciplinares. Além do conhecimento, o aluno deverá construir adequadamente o respeito à natureza, com vista à preservação e uso sustentável dos recursos naturais para gerações futuras. A educação ambiental proporcionará conhecimentos necessários para a construção de um futuro melhor para o planeta. Dessa forma, espera-se formar um professor de ciências capaz de:

- Dominar com competência técnica e científica os conhecimentos inerentes à ciência;
- Usar a criatividade, postura crítica na investigação e produção de novos conhecimentos sobre o campo que circunscreve a sua prática;
- Atuar no planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas esferas administrativas e pedagógicas, com competência técnico-científica e sensibilidade ética;
- Desenvolver pesquisas de campo teórico-investigativo do ensino e da aprendizagem em ciência e educação, dando continuidade, como pesquisador, à sua formação;
- Ajustar-se facilmente a novas situações decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos, de modo a participar conscientemente da vida comunitária, no âmbito regional, nacional e internacional, como agente de ações transformadoras;
- Compreender as implicações sociais do desenvolvimento da ciência e sua importância nos processos de mudanças sociais;
- Desenvolver estratégias de ensino diversificadas sempre considerando os aspectos éticos, sociais, econômicos, históricos, políticos e culturais das construções humanas;
- Utilizar abordagens didático-pedagógicas adequadas ao ensino de ciências, no ensino fundamental;
- Maximizar os recursos disponíveis à sua prática profissional, respeitando a individualidade do educando e favorecendo sua participação direta no processo ensino-aprendizagem;
- Prosseguir estudos, em nível de pós-graduação, no campo da ciência e/ou áreas afins;
- Selecionar os conteúdos de modo a atender às necessidades formativas do aluno;
- Tratar os conteúdos de modo articulado com suas didáticas específicas;
- Utilizar a avaliação para orientação do trabalho de sua autoformação e autonomia no seu processo de aprendizagem;
- Contribuir para a mudança de visões e comportamentos do ser humano com relação à natureza.

O egresso em Licenciatura em Ciências da Natureza, além de atuar profissionalmente na docência no ensino de ciências em nível fundamental poderá, ainda:

- Atuar no ensino não-formal, até agora pouco explorado, como ensino à distância, educação especial, centros e museus de ciências e divulgação científica;
- Produzir e difundir conhecimento na área de ensino de ciências, biologia, física, química e matemática.

A preocupação também incide em oferecer ao acadêmico, além dos conteúdos curriculares presentes nas disciplinas específicas, bases sólidas para entender a dinamicidade da educação integral, seus aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais. Este conhecimento, acredita-se, possibilitará o desenvolvimento do trabalho pedagógico comprometido com a oferta de educação de qualidade, ou seja, uma educação que de fato lhes possibilitará condições de vida digna.

Além disso, acreditamos ser necessário remontar à Resolução N° 177/12-CEPEX/UFPI (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI) que corrobora a definição do perfil do egresso, apontando para a importância de que um profissional da Educação Básica seja capaz de:

- I - Atuar na Educação Básica formal e em outros espaços educativos, com o domínio do processo educacional e do conhecimento das condições históricas, sociais, políticas e culturais no contexto de sua atuação;
- II - Demonstrar capacidade crítica e de criação no exercício profissional;
- III - Articular teoria e prática, saberes da formação e saberes escolares no processo de transposição didática;
- IV - Conscientizar-se da necessidade de buscar formas de atualização e aperfeiçoamento de sua formação;
- V - Atuar, coletivamente, partilhando experiências profissionais;
- VI - Estabelecer o diálogo entre a área Ciências da Natureza e as demais áreas do conhecimento, articulando o saber científico à realidade;
- VII - Desenvolver com autonomia, processos investigativos sobre fenômenos educacionais e práticas educativas;
- VIII - Planejar, executar e avaliar o processo ensino – aprendizagem; e,
- IX - Assumir postura crítica e transformadora, fundamentada em uma visão sócio-histórica da educação e da sociedade.

## 4.OBJETIVOS DO CURSO

### 4.1. Objetivo geral

- **Formar** professores de Ciências da Natureza para o exercício profissional na Educação Básica, com ênfase na Educação Integral, capazes de agir de forma crítica e criativa na identificação e resolução de problemas no âmbito educacional, considerando seus aspectos tecnológicos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e multiculturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade, respeitando as diretrizes curriculares para o ensino de Ciências da Natureza no ensino fundamental e médio.

### 4.2. Objetivos específicos

- **Formar** profissionais aptos a promover, orientar e administrar o ensino de ciências naturais de forma crítica, participativa e interdisciplinar;
- **Possibilitar** ao licenciado em ciências da natureza uma compreensão das relações entre os processos integradores, além dos conceitos físicos, biológicos, químicos e da natureza, nas suas dimensões animada e inanimada;
- **Desenvolver** estratégias de ensino para facilitar a apreensão, pelos alunos, do funcionamento da natureza como um todo, contribuindo para a formação de cidadãos dignos e eticamente corretos;
- **Habilitar** profissionais em exercício na educação básica, que ainda não possuam a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor;
- **Ampliar e consolidar** o diálogo entre a Universidade, a escola e as secretarias de educação, com vistas a discutir e atender às demandas de formação apresentadas pelos mesmos;
- **Desenvolver** estratégias de formação para a docência em uma organização curricular por áreas de conhecimento nos espaços formais e não-formais de ensino;
- **Viabilizar** um processo de formação participativa de educadores para desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos humanos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade;

- **Oferecer** condições metodológicas e práticas para que os educadores em formação possam tornar-se agentes efetivos na construção e reflexão dos projetos pedagógicos das escolas onde atuam; e,
- **Estimular** a construção de novas estratégias de ensino para facilitar a apreensão, pelos alunos, dos conhecimentos relativos à formação de cidadãos dignos e eticamente corretos.

## **5. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO.**

O currículo de um curso é o conjunto de atividades, de experiências, de situações de Ensino-Aprendizagem, vivenciadas pelo aluno durante sua formação. É o currículo que assegura a formação para uma competente atuação profissional, assim as atividades desenvolvidas devem articular harmoniosamente as dimensões: humana, técnica, político-social e ética. Nesta perspectiva, no decorrer do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e suas tecnologias ofertado no âmbito – PRILEI/UFPI, devem ser considerados a seguinte concepção e princípios:

### **5.1. Aspectos teóricos conceituais: concepção da formação e desenvolvimento da pessoa humana**

A UFPI tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual dos alunos. Assim espera-se que o professor formado em Ciências da Natureza e suas tecnologias, pautado no questionamento crítico e atualização permanente, contribua para o atendimento das necessidades sociais e educacionais.

### **5.2. Princípios**

#### **I Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente**

Considerando a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade, os conhecimentos das Ciências Naturais e suas tecnologias atuam contribuindo com ética e respeito para a compreensão do meio ambiente e do ser humano de forma a responder às diversas questões envolvendo as diversidades e competências e sua relação com a sociedade.

#### **II Articulação entre ensino, pesquisa e extensão**

Este princípio assegura que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação e da responsabilidade social como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações, identificar demandas de diferentes realidades e intervir buscando melhorias e transformações nas realidades.

### **III Interdisciplinaridade**

Este princípio aponta que a integração disciplinar possibilita a análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)criação do conhecimento. O ensino na área de Ciências da Natureza e suas tecnologias apresenta caráter interdisciplinar em suas diversas subáreas, permitindo a integração entre investigação científica, experimentação e uso de tecnologias. Essa abordagem possibilita compreender e intervir nos fenômenos naturais e ambientais, superando as barreiras do isolamento e da fragmentação do saber.

### **IV Uso de tecnologias digitais de comunicação e informação (TDICs)**

O currículo do curso possui disciplinas voltadas para o uso e à aplicação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) de modo que o aluno possa desenvolver seus conhecimentos ligados às tecnologias atuais como forma de recursos didáticos (mídias, ambientes virtuais, fóruns eletrônicos etc.) ou instrumento de ensino (TV digital, computadores, e-books, smartphones etc.)

### **V Avaliação**

Esse princípio preza pelo acompanhamento contínuo do processo ensino e aprendizagem de modo que sirva como norteador dos aspectos formativos dos alunos, considerando processos quantitativos e qualitativos, com base nos pressupostos teóricos da aprendizagem processual, diagnóstica e reflexiva. Assim, os professores formadores poderão exercer suas atividades de avaliação de forma autônoma e em conformidade com a regulamentação da UFPI, mas respeitando as especificidades dos sujeitos envolvidos no processo de ensino- aprendizagem e as condições e possibilidades da realidade, de modo que a avaliação seja contínua, sistematiza e se constitua como elemento de qualificação/aprimoramento constante do processo de ensino e aprendizagem.

## **VI Articulação entre teoria e prática**

O conteúdo curricular do curso fundamenta-se na articulação entre teoria e prática, considerada etapa essencial no processo Ensino/Aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa. Em muitas disciplinas, as práticas serão direcionadas para a análise dos conhecimentos no contexto das Ciências da Natureza e suas tecnologias, constituindo-se como Prática como Componente Curricular. A relação teoria e prática também se volta para a articulação da universidade com os diferentes segmentos sociais, configurando-se nas Atividades de Extensão como componente curricular obrigatório, conforme determina as Resoluções de No 07/2018 - CNE/MEC e de No 053/2019 CEPEX-UFPI.

## **VII Flexibilização curricular**

O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza oferece mecanismos de flexibilização curricular permitindo aos estudantes adequar sua trajetória formativa às suas necessidades, interesses e projetos profissionais. A flexibilização curricular é promovida por disciplinas optativas e eletivas, atividades complementares que incluem experiências acadêmicas, como iniciação científica, monitorias, estágios em diferentes contextos educativos e projetos de extensão.

### **6.3 Base legal**

Os documentos normativos consultados para subsidiar o PPC da Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI foram:

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos

Jurídicos. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n. 03, de 10 mar. 2004. Parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de

dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica

- BRASIL. Ministério da Educação Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. (EF).
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.
- BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.
- Resolução CNE/CP Nº 04, de 29 de maio de 2024. que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso
- UFPI. Resolução CEPEX 177/12. Institui as normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
- UFPI. Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22. Regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

#### **6.4 Aspectos teóricos metodológicos**

Quando lemos os textos oficiais acerca do processo educativo, compreendemos a necessidade de adotarmos práticas mais sociointeracionistas, pois, tal qual afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas ideias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem.

Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizar a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão caros ao processo formativo entre pares mais experientes e pares menos experientes.

Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno e o do professor.

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além de ministrar aulas e de repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos alunos por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (Vygotsky, 1993).

Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade. Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos. (Sacristan e Gómez, 1998)

O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e especificidades.

Dessa maneira, o papel do aluno ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado e considerado uma simples ‘tábula rasa’ para que se dê vazão a um aluno questionador e participativo.

Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que superam-se noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (Demo, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (Moita Lopes, 1996). Espaço em que equilibram-se as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva

utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das propostas; o aluno compreendido como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

#### **6.4.1 Pedagogia da Alternância**

Ainda pensando a Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem, acreditamos ser relevante explicitar nossa assunção da Pedagogia da Alternância como norte para nossas ações, já que se trata de uma proposta educacional idealizada para o campo, como possibilidade de uma formação para jovens do meio rural centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino- aprendizagem.

Essa modalidade pedagógica surge em uma relação com o movimento da Educação do Campo, sustentada pela luta por legitimidade dos sujeitos que estão no campo e querem pensar suas próprias práticas políticas e pedagógicas.

No Brasil, sua introdução remonta ao final da década de 1960, quando brasileiros conhecem o Programa de Alternância sob o modelo italiano e, assim, fundam as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e das Casas Familiares Rurais (CFRs), duas experiências educativas em alternância que marcam o Movimento Maisons Familiares Rurales no Brasil (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Segundo Cordeiro, Reis e Hage (2011), a Pedagogia da Alternância vem sendo usada na formação de jovens e adultos do campo, visto ser esta uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender às necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar.

Ademais, a Pedagogia da Alternância assume o trabalho como princípio educativo, permitindo aos estudantes oriundos do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir

da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano (CORDEIRO: REIS; HAGE, 2011).

Gimonet (2007) defende que esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas do que aquelas de aluno-professor, já que se trata de uma “pedagogia da partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres, membros de associações e comunidades formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento educacional, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia.

Esse ideal educativo conta com muitas ferramentas e instrumentos que lhe garantem a sua funcionalidade, a articulação dos tempos e espaços de formação e o estabelecimento das relações entre os vários atores sociais envolvidos nesse processo. Gimonet (2007) reforça sua preocupação com um ensino que associe experiência à prática e que se baseie em uma ação cooperativa. Se a ideia é levar formação aos homens do campo, o Curso deverá propiciar o contato direto entre os agentes formadores, os educandos e sua comunidade.

Nessa perspectiva, assumimos em nossa proposta de Curso o planejamento e a interação de elementos que propiciam uma visão geral da formação que se quer oferecer a esse aluno, definindo-se as atividades de tempo-universidade, tempo-comunidade, para que docentes e discentes do Curso movimentem-se em consonância com os parâmetros dessa Pedagogia, chamando sempre a comunidade para participar desse processo, já que é a partir da realidade local que ele deve ser formulado, tendo como enfoque a formação profissional e a articulação dos conteúdos.

## **6.5 Sistemática de avaliação**

### **6.5.1 Da Avaliação do processo de ensino-aprendizagem**

Para entender as dimensões avaliativas na Pedagogia da Alternância, adotada neste projeto, se faz necessário compreender a avaliação como importante instrumento de apreciação da qualidade e da eficiência do processo de ensino-aprendizagem como um todo, a fim de constatar progressos, dificuldades, limitações, de modo à replanejar o trabalho promovendo as adequações necessárias visando à transformação da realidade avaliada.

É preciso tomar a avaliação não como um fato isolado, mas um processo; uma reflexão complexa sobre o nível de qualidade do trabalho escolar dos atores (educandos e educadores) envolvidos no processo educativo, cumprindo a função pedagógica de “promover a melhoria da realidade educacional e não descrevê-la ou classificá-la” (Hoffmann, 2008, p. 30).

Além disso, Santos (2005, p.21) alerta para o ponto de que a avaliação deve ser encarada como “o julgamento das atividades escolares que acontecem no processo de ensino-aprendizagem”, tendo objetivos, metas e, como finalidade principal, a promoção da transformação da realidade avaliada, pois, consoante Abreu e Masetto (1990), o processo avaliativo deve ser pensando de forma coerente e contínua, acompanhando o desenvolvimento e permitindo seu constante reiniciar, até que sejam alcançados os objetivos desejados.

Nesse sentido, tomamos a avaliação como uma prática educativa, não tendo apenas como foco o aluno, mas também o sistema de ensino e os demais atores envolvidos. Assim, buscamos desenvolver uma prática avaliativa que fuja do atual modelo classificatório e se caracterize como diagnóstico.

Versando mais propriamente sobre a avaliação naquilo que tange aos alunos, utilizaremos as atividades do processo de ensino-aprendizagem como forma de subsidiá-la. Assim, ela terá caráter diagnóstico, formativo e também somatório. Neste caso, será fundamentada pela Resolução nº 177/12 do CEPEX/UFPI e será feita por disciplina e semestralmente. No início do curso será fornecida ao aluno esta resolução.

A avaliação do processo formativo na dimensão tempo-universidade será feita no decorrer das aulas presenciais. Sendo que, no final do tempo-universidade será realizada também a avaliação somativa. A avaliação do tempo-comunidade de cada disciplina será feita em encontros com os professores, por meio de sua socialização. Vale lembrar que caso o aluno não atinja a média 7,0 (sete), estipulada pela Resolução acima, lhe será dada a chance de realizar um exame final, determinado pelo professor.

A prática docente será constantemente avaliada por meio de encontros pedagógicos realizados entre o grupo de professores, para que percepções sejam socializadas e possíveis adequações possam ser feitas durante o semestre letivo. Ademais, ao término de cada disciplina, os alunos terão a oportunidade de formalizarem suas opiniões acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos

professores do Curso, contribuindo significativamente para a detecção de eventuais necessidades de mudança e adequação.

## **7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS**

### **7.1 Dimensões do processo formativo**

O processo formativo do curso articula-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, assegurando que o desenvolvimento profissional docente se dê de maneira integrada, contextualizada e socialmente referenciada. Nessa perspectiva, a formação inicial é compreendida como processo contínuo, que envolve a construção de saberes científicos, pedagógicos, éticos e culturais, tendo como eixo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O curso privilegia a articulação entre a sólida base teórico-conceitual, o domínio de conteúdos específicos e a prática pedagógica, de modo a possibilitar a compreensão crítica e a intervenção qualificada nas realidades educacionais. Esse alinhamento está em consonância com o princípio da unidade teoria-prática, orientando que o licenciando vivencie, desde o início de sua trajetória acadêmica, experiências formativas em diferentes contextos da educação básica.

A dimensão pedagógica está ancorada no compromisso com a aprendizagem dos estudantes da educação básica, no domínio de metodologias ativas, recursos tecnológicos e estratégias inovadoras que favoreçam a inclusão, a equidade e a qualidade social da educação. A formação contempla, ainda, o desenvolvimento de competências voltadas para o trabalho colaborativo, a gestão de processos educativos e a análise crítica das políticas públicas, reconhecendo as múltiplas diversidades e realidades socioeducacionais do país.

Inspirada nos princípios da formação integral, a proposta promove a valorização da cultura, da pesquisa e da extensão como meios de produzir e socializar conhecimentos, estimular a reflexão crítica e fortalecer a identidade docente. Busca-se ainda formar profissionais capazes de articular os conhecimentos pedagógicos, científicos e culturais, promovendo aprendizagens significativas e contribuindo para a transformação das realidades em que atuam.

Ao incorporar os referenciais da Resolução CNE/CP nº 4/2024, o curso reafirma seu compromisso com uma formação docente que reconhece a complexidade do ato de ensinar, integra múltiplos saberes e se orienta pela ética, pelo compromisso social e pela busca da qualidade na educação básica brasileira.

## **7.2 Alinhamento do curso à BNCC**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) introduz inovações significativas para a educação brasileira, com ênfase em aspectos essenciais para a formação integral dos alunos. Entre as principais inovações, destacam-se o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a preparação para o mundo do trabalho, a valorização da diversidade e a integração de tecnologias digitais. Além disso, a BNCC propõe uma abordagem da aprendizagem como um processo contínuo e integral, promovendo a autonomia e a participação ativa dos alunos, bem como o desenvolvimento de competências que vão além do conhecimento técnico.

Entende-se que neste processo, o licenciado reconheça a importância de continuamente seguir aprendendo e, para tanto, utilize-se de estratégias e dinâmicas de acesso ao conhecimento aprendidas ao longo de sua formação. Espera-se ainda que seja hábil tecnicamente, sem prescindir dos requisitos humanísticos, éticos e solidários para o trabalho e a vida em sociedade. Ao compreender e aplicar, durante sua formação universitária, conhecimentos sobre as questões socioculturais, o estudante terá uma prática social mais rica e efetiva.

Competências que serão desenvolvidas pelo egresso da Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI envolvem:

- a) Atuação na docência nos componentes curriculares da área de Ciências da Natureza nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- b) Atuação no desenvolvimento de projetos multi e interdisciplinares, abordando as áreas do conhecimento Biológico, Químico e Físico, tanto no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, comprometendo-se com a divulgação dos resultados em veículos adequados para ampliar a difusão do conhecimento;
- c) Elaboração, análise e produção de material didático;
- d) Produção de pesquisa em educação, tendo como princípio a integração entre as áreas de conhecimento das Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- e) Desenvolvimento de habilidade crítica e reflexiva no âmbito profissional das áreas das Ciências da Natureza;
- f) Comunicação clara na língua de ensino, oralmente e por escrito, nos diversos contextos ligados à profissão docente;

- g) Promoção de situações de aprendizagem centradas nos alunos e no desenvolvimento de suas competências;
- h) Desenho e aplicação de processos avaliativos que visem acompanhar o desenvolvimento de competências e habilidades dos/as estudantes a partir da interação destes com diferentes objetos de conhecimento;
- i) Integração de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) para a preparação e condução de atividades de ensino-aprendizagem e desenvolvimento profissional bem como para promoção dessas tecnologias enquanto recursos úteis à prática da cidadania na contemporaneidade;
- j) Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social e compromisso social;
- k) Capacidade de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento; de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- l) Percepção da integração necessária entre Ciências da Natureza e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
- m) Capacidade de relacionar o exercício da crítica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos;
- n) Domínio das diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- o) Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a mediação do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- p) reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;
- q) a compreensão crítica de questões socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade como organizador do tratamento dessas questões nos contextos de exercício profissional;

### **7.3 Alinhamento do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica**

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 trata das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de profissionais do magistério da educação escolar básica no Brasil, apresenta princípios e objetivos da formação, incluem a promoção de uma educação que articule teoria e prática, assegurando que os futuros educadores estejam preparados para enfrentar as realidades e desafios da prática docente na Educação Básica.

O referido documento, expressa que os cursos de licenciatura são estruturados para garantir uma base nacional comum e suas orientações curriculares, com um mínimo de 3.200 horas, distribuídas ao longo de pelo menos quatro anos. Esses cursos incluem atividades de formação geral, aprofundamento de conhecimentos específicos, atividades acadêmicas de extensão e estágio curricular supervisionado.

A estrutura curricular é organizada em quatro núcleos de formação:

**O Núcleo I**, Estudos de Formação Geral (EFG), foca em conhecimentos científicos e pedagógicos gerais com mínimo de 880 horas.

**O Núcleo II**, Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE), envolve conteúdos específicos das áreas de atuação, com mínimo de 1.600 horas.

**O Núcleo III**, Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), compreende práticas vinculadas aos componentes curriculares, realizadas em instituições de Educação Básica, com mínimo de 320 horas.

Por fim, **o Núcleo IV**, Estágio Curricular Supervisionado (ECS), oferece atividades práticas em instituições de Educação Básica para conectar teoria e prática, com mínimo de 400 horas.

Desse modo, em consonância Resolução CNE/CP nº 4/2024 e às resoluções internas da UFPI, a presente proposta foi organizada na definição de eixos de formação teórico-metodológico composto por componentes curriculares que visam o debate e a formação docente dentro das Ciências da Natureza e suas tecnologias visando uma apropriação e aproximação epistemológica interdisciplinar na área.

O quadro 1 apresenta os eixos e os componentes curriculares do **Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG**: compostos pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, articulando teoria e prática. As Atividades Complementares (AC) também integra a carga horária do Núcleo I, que junto com as disciplinas, somam 980 horas para o Núcleo I de Formação Geral.

Quadro 1: Eixos e Componentes Curriculares do Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG.

Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG				
Eixo	Nome das Disciplinas	Créditos	Período	Total

Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos	História da Educação	2	2	0	0	1º	60
	Filosofia da Educação	2	2	0	0	1º	60
	Sociologia da Educação	2	2	0	0	2º	60
	Psicologia da Educação	2	2	0	0	2º	60
	Legislação e Organização da Educação Básica	2	2	0	0	3º	60
	Educação para as Relações Étnico-Raciais, Gênero, Diversidade e Inclusão	2	2	0	0	4º	60
	Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Especial	2	2	0	0	5º	60
	Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	2	2	0	0	6º	60
Língua, Linguagem e Comunicação	LÍNGUA PORTUGUESA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	2	2	0	0	1º	60
	Libras	2	2	0	0	5º	60
Currículo, Prática Docente e Formação de Professores em Ciências Naturais	Didática Geral	2	2	0	0	3º	60
	Avaliação da Aprendizagem	2	2	0	0	4º	60
	Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza	2	2	0	0	5º	60
ATIVIDADES COMPLEMENTARES - AC							200
<b>Total do Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG</b>		<b>26</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>980</b>

O quadro 2 apresenta os eixos e os componentes curriculares do **Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE**: composto pelos conteúdos específicos das áreas que integram as Ciências da Natureza, os componentes curriculares e unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos, totalizando em 1.875h.

Quadro 2: Eixos e Componentes Curriculares do Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE

Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE							
Eixo	Nome das Disciplinas	Créditos				Período	Total
Matéria e Energia	Química Geral	2	1	0	0	1º	45
	Elementos de Química Orgânica	2	2	0	0	2º	60
	Bioquímica	2	2	0	0	3º	60

	Elementos de Química Inorgânica	2	1	0	0	4º	45
	Química Analítica	2	1	0	0	5º	45
	Físico-Química	2	1	0	0	6º	45
	Física I	2	2	0	0	2º	60
	Física II	2	2	0	0	4º	60
	Física III	2	2	0	0	6º	60
	Física Moderna	2	1	0	0	7º	45
Vida e Evolução	Biologia Celular e Molecular	2	2	0	0	1º	60
	Genética e Evolução	2	2	0	0	4º	60
	Diversidade dos seres vivos I (Vírus, Bactéria e Archaea)	2	2	0	0	2º	60
	Diversidade dos seres vivos II (Protistas e Animalia I)	2	2	0	0	3º	60
	Diversidade dos Seres Vivos III (Animalia II)	2	2	0	0	4º	60
	Diversidade dos Seres Vivos IV (Fungos e Plantae I)	2	2	0	0	5º	60
	Diversidade dos Seres Vivos V (Plantae II)	2	2	0	0	6º	60
	Sistemática e Filogenética	2	2	0	0	5º	60
	Biologia do Corpo Humano I (Anatomia e Fisiologia Humana)	2	2	0	0	6º	60
	Biologia do Corpo Humano I (Histologia e Embriologia Humana)	2	2	0	0	7º	60
Saúde Pública e Saúde Única	2	2	0	0	8º	60	
Terra e Universo	Matemática aplicada às Ciências Naturais	2	2	0	0	1º	60
	Cálculo	2	1	0	0	2º	45
	Bioestatística	2	2	0	0	3º	60
	Geografia Física	2	2	0	0	4º	60
	Fundamentos de Geodiversidade e Geoconservação	2	2	0	0	5º	60
	Sustentabilidade dos Recursos Naturais Hídricos, Minerais e Energéticos	2	1	0	0	6º	45
	Origem e dinâmica do universo e do Sistema Solar	2	1	0	0	7º	45
	Educação Ambiental e Sustentabilidade	2	2	0	0	7º	60

Sem eixo	Seminário de Introdução ao curso	1	0	0	0	1º	15
	Metodologia Científica	2	2	0	0	2º	60
	Trabalho de Conclusão de Curso 1	1	1	0	0	7º	30
	Trabalho de Conclusão de Curso 2	1	1	0	0	8º	30
	Disciplina Optativa I	2	2	0	0	8º	60
	Disciplina Optativa II	2	2	0	0	8º	60
<b>Total do Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE</b>		<b>67</b>	<b>58</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>1875</b>

O quadro 3 apresenta os componentes curriculares do **Núcleo III - Atividades Curriculares de Extensão - ACE**: abrange o planejamento e execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES. Este núcleo possui 360 horas.

Quadro 3: Componentes Curriculares do **Núcleo III - Atividades Curriculares de Extensão - ACE**

Núcleo III - Atividades Curriculares de Extensão - ACE							
Eixo	Nome das Disciplinas	Créditos				Período	Total
EXTENSÃO	Atividades Curriculares de Extensão I - ACE I	0	0	0	3	1º	45
	Atividades Curriculares de Extensão II - ACE II	0	0	0	3	2º	45
	Atividades Curriculares de Extensão III - ACE III	0	0	0	3	3º	45
	Atividades Curriculares de Extensão IV - ACE IV	0	0	0	3	4º	45
	Atividades Curriculares de Extensão V - ACE V	0	0	0	3	5º	45
	Atividades Curriculares de Extensão VI - ACE VI	0	0	0	3	6º	45
	Atividades Curriculares de Extensão VII - ACE VII	0	0	0	3	7º	45
	Atividades Curriculares de Extensão VIII - ACE VIII	0	0	0	3	8º	45
<b>Total do Núcleo III - Atividades Curriculares de Extensão - ACE</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24</b>		<b>360</b>

O quadro 4 apresenta os componentes curriculares do **Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado**: abrange os componentes obrigatórios da organização curricular das licenciaturas, que deve ser realizado em instituição de Educação Básica

e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula. Este núcleo possui 405 horas.

Quadro 4: Componentes Curriculares do Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado.

Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado							
Eixo	Nome das Disciplinas	Créditos				Período	Total
EXTENSÃO	Estágio Curricular Supervisionado I	0	0	1	0	1º	15
	Estágio Curricular Supervisionado II	0	0	3	0	2º	45
	Estágio Curricular Supervisionado III	0	0	3	0	3º	45
	Estágio Curricular Supervisionado IV	0	0	3	0	4º	45
	Estágio Curricular Supervisionado V	0	0	3	0	5º	45
	Estágio Curricular Supervisionado VI	0	0	4	0	6º	60
	Estágio Curricular Supervisionado VII	0	0	4	0	7º	60
	Estágio Curricular Supervisionado VIII	0	0	6	0	8º	90
<b>Total do Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>0</b>		<b>405</b>

O quadro 5 apresenta a síntese da distribuição da carga horária no curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI e a carga horária mínima exigida na Resolução CNE/CP N° 4, de 29 de maio de 2024.

Quadro 5. Síntese da distribuição da carga horária no curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI.

NÚCLEOS	CARGA HORÁRIA MÍNIMA	CARGA HORÁRIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA - PRILEI/UFPI
Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG	880	980
Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE	1600	1875

Núcleo III - Atividades Curriculares de Extensão - ACE	320	360
Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado	400	405
<b>TOTAL</b>	<b>3200</b>	<b>3590</b>

#### **7.4 Alinhamento do curso às normativas da Educação Integral**

A proposta formativa do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI está alinhada às normativas nacionais que orientam a implementação da Educação Integral no Brasil, entendida como processo que visa ao desenvolvimento pleno do estudante em suas dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural. O curso integra conhecimentos interdisciplinares, articulando Biologia, Física e Química com enfoque em competências cognitivas, socioemocionais e éticas, conforme previsto na BNCC. Além disso, adota metodologias ativas – como projetos interdisciplinares e aprendizagem baseada em problemas – para conectar teoria e prática, incentivando o protagonismo estudantil e a aplicação do conhecimento em contextos reais.

O projeto adota uma perspectiva de avaliação formativa e contínua, utilizando instrumentos diversificados (portfólios, seminários, participação em projetos) para acompanhar o desenvolvimento integral dos estudantes. O curso também promove a integração com a comunidade e o território, por meio de ações extensionistas e temas como direitos humanos, sustentabilidade e democracia, reforçando o compromisso social. Dessa forma, a proposta assegura uma formação ampla e participativa, em conformidade com as políticas públicas educacionais e as demandas contemporâneas por uma educação que vá além da dimensão cognitiva, abrangendo também a formação humana e cidadã.

O curso incorpora as diretrizes estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 4/2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, reforçando a necessidade de preparar docentes aptos a planejar, executar e avaliar práticas educativas integradoras, articulando conhecimentos, linguagens, tecnologias e experiências socioculturais para promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, a proposta se ancora nos princípios da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que orienta para uma formação integral comprometida com o protagonismo dos estudantes, a contextualização dos conhecimentos e a

valorização da diversidade, articulando competências cognitivas, socioemocionais e éticas.

No âmbito institucional, a Universidade Federal do Piauí reafirma, com este curso, seu compromisso com políticas públicas voltadas à educação integral, fortalecendo sua atuação nas redes públicas estaduais e municipais. O desenho curricular assegura experiências formativas integradas entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo que os licenciandos tenham vivências em contextos escolares que adotam a educação em tempo integral e que sejam capazes de responder às especificidades dessa modalidade com rigor acadêmico e compromisso social.

Ao adotar esse alinhamento normativo, o curso não apenas atende às legislações vigentes, mas também assume papel ativo na consolidação da educação integral como política de Estado, formando professores preparados para lidar com os desafios e potencialidades dessa abordagem no contexto da educação básica brasileira.

### **7.5 Inclusão do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo**

Na graduação, é fundamental que haja um princípio educativo que contemple o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa e do contato com a realidade. Nesse contexto, a inclusão do uso pedagógico das tecnologias e da inovação se torna essencial para a formação dos estudantes. A integração de ferramentas tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem não só enriquece as experiências acadêmicas, mas também prepara os futuros educadores para o uso desses recursos em suas práticas pedagógicas, ampliando suas capacidades e competências.

O Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI propõe um processo de formação centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão. Este modelo possibilita que estudantes e orientadores compartilhem o complexo exercício da prática reflexiva, permeado por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores. A utilização de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, o aprendizado cooperativo e a sala de aula invertida, permite que os alunos sejam protagonistas de

seu aprendizado, estimulando a autonomia e a capacidade de resolução de problemas.

Vale destacar, em termos de pesquisa, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma atividade de integração curricular obrigatória que consiste no trabalho final do curso sob orientação de um professor responsável. O TCC tem como objetivo estimular a produção científica, proporcionando experiências de pesquisa que relacionem teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre questões voltadas à área de conhecimento do curso e seu viés educacional. Nesse sentido, é crucial que os alunos tenham a oportunidade de testar hipóteses e experimentar metodologias e materiais didáticos, o que contribui significativamente para sua formação como licenciados.

O ensino proposto deve ocorrer em sintonia com a questão científica ao longo do curso, de maneira interdisciplinar, sempre baseado na Pedagogia da Alternância. Essa abordagem cria condições de ensino em função de relações dinâmicas entre diferentes disciplinas, aliando-se às questões sociais contemporâneas. Além dos conteúdos específicos, busca-se ampliar os conhecimentos oferecidos aos graduandos, especialmente aqueles voltados para a prática educacional e as habilidades necessárias para a atuação nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias.

A extensão se apresenta, nesse contexto, com o propósito de buscar o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Considerando esse propósito, serão elaborados programas, projetos e cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa, promovendo uma educação continuada e prática. Tais iniciativas buscam não apenas a formação teórica, mas também a aplicação do conhecimento em contextos reais, estimulando o desenvolvimento de habilidades empreendedoras nos alunos.

A inserção de práticas empreendedoras no currículo é essencial para preparar os graduandos para os desafios do mercado de trabalho e para a promoção de inovações sociais. Atividades que estimulem o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de desenvolver projetos são fundamentais para formar profissionais que possam contribuir de maneira significativa para a sociedade. Além disso, por meio de parcerias com instituições e empresas locais, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar experiências práticas que reforçarão suas competências e habilidades de liderança.

O uso de tecnologias digitais e ferramentas de colaboração online nas metodologias de ensino também facilita a inclusão e a diversidade, permitindo que todos os alunos tenham acesso a diferentes formas de aprendizado e interação. A adoção de plataformas digitais para discussões, apresentações e avaliações pode fomentar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acessível, promovendo a participação ativa dos estudantes.

Além disso, a instituição deve reforçar a importância de compreender a educação além dos limites da sala de aula. A participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida é um aspecto crucial para o desenvolvimento de um ensino que realmente faça a diferença. Projetos sociais e ações comunitárias não apenas enriquecem a formação dos alunos, mas também fortalecem os laços entre a academia e a sociedade, criando um ciclo virtuoso de aprendizado e transformação social.

Por fim, a ênfase na formação de professores-pesquisadores deve ser acompanhada de um compromisso com a inovação e a adaptação às novas demandas educacionais, garantindo que o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza esteja sempre alinhado com as necessidades do século XXI. Essa abordagem holística não só prepara os graduandos para serem educadores competentes, mas também cidadãos engajados e inovadores, prontos para enfrentar os desafios contemporâneos com criatividade e responsabilidade.

#### **7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação**

A articulação entre teoria e prática constitui eixo estruturante do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI, configurando-se como princípio pedagógico e metodológico que orienta todas as etapas do processo formativo. Em consonância com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, essa integração visa a assegurar que a construção do conhecimento profissional docente se dê de forma contínua, contextualizada e situada, desde o ingresso do licenciando no curso.

Desde os primeiros períodos, os estudantes participam de experiências formativas em contextos reais da educação básica, por meio de atividades supervisionadas, observação e regência, projetos de extensão e práticas pedagógicas integradoras. Essa imersão inicial possibilita que o licenciando compreenda as

dinâmicas escolares, desenvolva sensibilidade para as demandas do contexto e estabeleça vínculos com a realidade educacional em que atuará.

A residência docente, ofertada nos períodos finais, aprofunda essa experiência, promovendo a inserção prolongada e orientada do licenciando nas escolas-campo, favorecendo a compreensão dos processos pedagógicos em sua totalidade e a consolidação de competências profissionais. Esse espaço formativo é pensado como momento privilegiado de síntese, no qual os conhecimentos teóricos, construídos ao longo do curso, encontram aplicação e ressignificação nas práticas educativas.

Os estágios supervisionados, distribuídos progressivamente ao longo da formação, cumprem dupla função: aproximar o futuro docente das realidades escolares e oportunizar a análise crítica das práticas pedagógicas, com base em referenciais teóricos sólidos. Articulados com disciplinas e demais componentes curriculares, os estágios possibilitam ao licenciando desenvolver a capacidade de planejar, executar, avaliar e refletir sobre o trabalho docente em diferentes níveis e modalidades da educação básica.

A organização curricular do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI foi estruturada de forma a garantir a articulação contínua entre teoria e prática, desde o início da formação até a conclusão do curso. Essa integração é viabilizada por meio de práticas como componente curricular, estágios supervisionados, residência docente, atividades de extensão e projetos integradores, assegurando que o licenciando desenvolva competências profissionais de forma progressiva e contextualizada. O quadro a seguir apresenta, de maneira sistematizada, a distribuição das experiências formativas ao longo dos períodos, evidenciando as atividades desenvolvidas e os objetivos formativos em cada etapa do percurso acadêmico.

Quadro 4 - Integração Teoria e Prática no Curso

<b>Período</b>	<b>Atividades de Integração Teoria-Prática</b>	<b>Objetivos Formativos</b>
1º ao 2º	Práticas como Componente Curricular (PCCs) introdutórias; Observação de aulas; Projetos de extensão iniciais; Atividades de sensibilização para a realidade escolar.	Introduzir o estudante na cultura escolar; Desenvolver percepção crítica inicial; Articular teoria e contexto real desde o início da formação.
3º ao 4º	PCCs articuladas a componentes curriculares específicos; Observação participante; Início de atividades de	Aprofundar a compreensão das dinâmicas escolares; Desenvolver habilidades de

	regência em turmas de apoio; Projetos de extensão vinculados à comunidade escolar.	observação e análise; Ensaiai práticas de ensino com acompanhamento.
5º ao 6º	Estágio Supervisionado em anos finais do Ensino Fundamental; Regência compartilhada; Residência docente preparatória; Atividades integradoras interdisciplinares.	Consolidar competências pedagógicas básicas; planejar e executar práticas de ensino; Integrar metodologias e recursos pedagógicos.
7º ao 8º	Estágio Supervisionado no Ensino Médio; Residência docente plena; Regência autônoma sob supervisão; Projetos integradores de conclusão; Socialização de práticas inovadoras.	Assumir responsabilidades docentes plenas; sistematizar e avaliar experiências; Produzir e socializar conhecimentos sobre a prática docente.

A sistematização apresentada no quadro evidencia que a articulação entre teoria e prática no curso não se restringe a momentos pontuais, mas constitui um eixo formativo contínuo e integrado. A progressão das atividades, do contato inicial com a realidade escolar à atuação autônoma em contextos de residência docente e estágio supervisionado, assegura que o licenciando construa saberes de forma reflexiva e contextualizada, fortalecendo sua identidade profissional. Essa estrutura curricular contribui para que o egresso esteja apto a enfrentar os desafios da educação básica, fundamentando sua prática em princípios éticos, pedagógicos e científicos, e comprometendo-se com a promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

As práticas como componente curricular (PCC), presentes desde o início do curso, operam como pontos de conexão entre a base teórica e o exercício pedagógico, garantindo que cada área de conhecimento contribua para a formação integral do futuro professor. Dessa forma, teoria e prática deixam de ser dimensões isoladas e passam a se alimentar mutuamente, fortalecendo a identidade profissional e o compromisso social do docente.

Essa articulação assegura que o egresso seja capaz de compreender, analisar e intervir de forma qualificada na realidade educacional, fundamentando suas ações em princípios éticos, pedagógicos e científicos. Ao integrar residência docente, estágios, disciplinas e práticas desde o início da formação, o curso reafirma seu compromisso com a formação inicial de professores aptos a enfrentar os desafios contemporâneos da educação básica com competência, sensibilidade e visão crítica.

A seguir apresentamos a organização curricular incluindo a matriz curricular por

período, considerando as disciplinas, os créditos e a carga horária total.

## 7.7 Organização curricular

O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza caracteriza-se por ter uma formação específica para professores que atuam/atuarão em escolas de Educação Básica nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Assim, há disciplinas voltadas para esta realidade, para que se evidencie a vida nas escolas e a educação integral, destacando-se, prioritariamente, suas organizações sociais; além de um eixo de disciplinas de formação básica em biologia, física e química e educação.

Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam o processo as bases epistemológicas das Ciências da Natureza articuladas com as respectivas tecnologias, como os textos e contextos e discursos e dos sujeitos, sempre articulando a teoria à prática.

Atendendo à proposta do PRILEI, do qual o referido curso faz parte, algumas disciplinas se voltam para uma formação interdisciplinar e empreendedora, a fim de que a formação dos profissionais seja adequada àquilo que o Curso prevê e em consonância com a concepção de educação integral e os conteúdos da BNCC no que tange às Ciências da Natureza e suas tecnologias.

A carga horária total do Curso compreende 3.590 horas, das quais, 2.565 horas (171 créditos) distribuídas entre disciplinas obrigatórias e optativas. O estágio supervisionado obrigatório terá duração de 405 horas (27 créditos). As atividades complementares deverão perfazer 200 horas. O Trabalho de Conclusão de Curso terá como carga horária 60 horas. Por fim, a carga horária referente à curricularização da extensão é de 360 horas, conforme quadro abaixo:

<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>Carga horária (h)</b>
Disciplinas Obrigatórias	2.445
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	60
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado Obrigatório	405

Atividades Curriculares de Extensão	360
<b>TOTAL</b>	<b>3.590</b>

Serão oferecidas 40 vagas com entrada prevista para o primeiro semestre de 2026. O curso será oferecido em período diurno e utilizará o período noturno para a realização de atividades pedagógicas e extracurriculares, já que se trata-se de um curso em regime de alternância, ou seja, vale-se de uma metodologia que diferencia os espaços pedagógicos.

Sendo assim, será realizada uma divisão entre os espaços educativos, tendo como base O Tempo-Comunidade (TC) e o Tempo-Universidade (TU), além de uma interligação entre estes dois momentos. No TU, o estudante estará na Universidade para cursar as diferentes disciplinas oferecidas pela UFPI. Enquanto, no TC, haverá a realização de atividades no espaço de vivência do estudante.

Assim, semestralmente, após cursar as disciplinas, o estudante sairá da universidade e permanecerá no território que atua, desenvolvendo atividades que interliguem estes dois tempos. Caberá aos professores do curso acompanhar e vivenciar juntamente com os estudantes o TC, em que serão realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, nas múltiplas áreas de atuação dos estudantes.

Caracterização do Tempo-Universidade:

1. **Disciplinas.** Serão montadas aulas expositivas e dialogadas, além da realização de visitas e diálogos com sujeitos sociohistóricos locais.
2. **Estudos Individuais.** Estes estudos serão orientados pelos professores e serão base para as práticas de pesquisa e extensão em escolas do campo e junto aos movimentos sociais e sindicais. Sobre cada estudo individual orientado, o educando deverá produzir um roteiro de apresentação das questões, que será discutido, avaliado e aplicado considerando-se as áreas de vivências dos estudantes.
3. **Oficinas.** As oficinas priorizarão a atenção aos processos de socialização e de produção coletiva do conhecimento, enfatizando a criação de materiais pedagógicos que congreguem as tecnologias educacionais disponíveis. A produção de materiais pedagógicos terá como base a observação da realidade educacional durante o tempo-comunidade, respeitando-se, assim, a realidade dos territórios.

4. **Linhas de Pesquisa.** Cada aluno apresentará, já na segunda etapa do curso, uma carta de intenções acerca de um projeto de pesquisa. A partir dos interesses apresentados pelos educandos, serão construídas as Linhas de Pesquisa do curso. Os projetos de pesquisas serão acompanhados por uma orientação coletiva de profissionais a serem indicados pelo Colegiado de Curso a cada etapa de estudos. No final do Curso, o educando apresentará um trabalho de conclusão baseado nas pesquisas desenvolvidas nas etapas anteriores. Este trabalho terá um cunho participativo e emancipador quanto às comunidades envolvidas.
5. **Práticas de planejamento de pesquisa e/ou extensão.** No final de cada etapa do Tempo-Universidade, os educandos realizarão um trabalho integrado a partir de uma questão-problema própria ao seu projeto de extensão/pesquisa, oportunizando a integração e relação dos eixos temáticos desenvolvidos ao longo da etapa do Tempo-Universidade.
6. **Seminários Integradores.** Os seminários de Integração terão como base a socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Nestes seminários, serão apresentados os resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade.
7. **Trabalho de Conclusão de Curso (60h).** Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso a partir dos resultados obtidos nos projetos de extensão/pesquisa e práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo das etapas do curso.
8. **Excursões duplamente emancipatórias.** Realização de visitas às escolas dos territórios envolvidos no projeto, bem como a apresentação das diferentes dependências da universidade como eixo integrador do desenvolvimento das atividades pedagógicas.
9. **Estágio curricular supervisionado (405h).** A prática como estágio supervisionado é componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

#### **Caracterização do tempo-comunidade:**

1. **Estudos da Realidade/Pesquisa e Práticas Pedagógicas no território onde vive os alunos.** Nos estudos desenvolvidos em ambiente real, o educando acentuará sua formação como educador-pesquisador, realizando, portanto, pesquisas e práticas pedagógicas. Neste sentido, a reconstrução histórica de seu lócus, bem como de seu município é a base da metodologia de pesquisa, reconstruindo a totalidade das relações sociais historicamente produzidas, abrangendo a Memória Social, o Patrimônio Imaterial e Físico, a dinâmica das Escolas, recuperando histórias, objetos e territórios que vão se perdendo, além de reconstruir dados socioeconômicos e análises políticas. No retorno de cada tempo-comunidade, os educandos apresentarão oralmente suas percepções e entregarão um registro escrito acerca de suas observações e aprendizados. Estes estudos serão utilizados na construção do trabalho final a ser apresentado para uma banca examinadora e para a comunidade envolvida.
2. **Construção de dados para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.** Neste tempo os estudantes realizarão pesquisas e atividades que darão suporte à construção do Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá obrigatoriamente estar calcado em seu projeto de extensão/pesquisa. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos na formação. Assim, relatos, fotografias, depoimentos, observação e acompanhamento do cotidiano dos sujeitos sociais serão utilizados na elaboração da pesquisa que obrigatoriamente será apresentada na universidade e na escola envolvida.
3. **Excursões didático-pedagógicas.** Serão realizadas visitas para o acompanhamento de atividades desenvolvidas pelos estudantes em escolas e instituições que atuem no campo da educação escolar e não escolar, bem como, movimentos sociais no estado do Piauí e em outros estados vizinhos.
4. **Estágio curricular supervisionado.** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação nas escolas de educação básica, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Importante destacar que no âmbito do PRILEI articulação entre teoria e prática, ocorre também por meio da residência docente, pois os alunos com bom desempenho

no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que integram o curso, assumem o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa. Trata-se de uma ação valiosa que supera o estágio pois consiste na imersão do aluno na escola que promove o aperfeiçoamento da formação de professores nos cursos de licenciatura.

## 7.7.1 Matriz Curricular

1º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	1	0	0	0	15	0	0	0	15
2	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	MATEMÁTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS NATURAIS	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	LÍNGUA PORTUGUESA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
7	QUÍMICA GERAL	2	1	0	0	30	15	0	0	45
8	ACE I	0	0	0	3	0	0	0	45	45
9	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	0	0	1	0	0	0	15	0	15
<b>Total</b>		<b>13</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>195</b>	<b>165</b>	<b>15</b>	<b>45</b>	<b>420</b>

2º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	CÁLCULO	2	1	0	0	30	15	0	0	45
4	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS I (VÍRUS, BACTÉRIA E ARCHAEA)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	FÍSICA I	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	METODOLOGIA CIENTÍFICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
7	QUÍMICA ORGÂNICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
8	ACE II	0	0	0	3	0	0	0	45	45
9	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	0	0	3	0	0	0	45	0	45
<b>Total</b>		<b>14</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>210</b>	<b>195</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>495</b>

3º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total

1	DIDÁTICA GERAL	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	BIOESTATÍSTICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS II (PROTISTAS E ANIMALIA I)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	BIOQUÍMICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	ACE III	0	0	0	3	0	0	0	45	45
7	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	0	0	3	0	0	0	45	0	45
<b>Total</b>		<b>10</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>150</b>	<b>150</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>390</b>

4º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	GENÉTICA E EVOLUÇÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS III (ANIMALIA II)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	FÍSICA II	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	GEOGRAFIA FÍSICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
7	QUÍMICA INORGÂNICA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
8	ACE IV	0	0	0	3	0	0	0	45	45
9	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	0	0	3	0	0	0	45	0	45
<b>Total</b>		<b>14</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>210</b>	<b>195</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>495</b>

5º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	SISTEMÁTICA E FILOGENÉTICA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
4	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (FUNGOS E PLANTAE I)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	LIBRAS	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	FUNDAMENTOS DE GEODIVERSIDADE E GEOCONSERVAÇÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60

7	QUÍMICA ANALÍTICA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
8	ACE V	0	0	0	3	0	0	0	45	45
9	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V	0	0	3	0	0	0	45	0	45
<b>Total</b>		<b>14</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>210</b>	<b>180</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>480</b>

6º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (ANATOMIA E FISILOGIA HUMANA)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (PLANTAE II)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	FÍSICA III	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS HÍDRICOS, MINERAIS E ENERGÉTICOS	2	1	0	0	30	15	0	0	45
6	FÍSICO-QUÍMICA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
7	ACE VI	0	0	0	3	0	0	0	45	45
8	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI	0	0	4	0	0	0	60	0	60
<b>Total</b>		<b>12</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>180</b>	<b>150</b>	<b>60</b>	<b>45</b>	<b>435</b>

7º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA HUMANA)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	ORIGEM E DINÂMICA DO UNIVERSO E DO SISTEMA SOLAR	2	1	0	0	30	15	0	0	45
3	FÍSICA MODERNA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
4	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	TCC 1	1	1	0	0	15	15	0	0	30
6	ACE VII	0	0	0	3	0	0	0	45	45
7	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII	0	0	4	0	0	0	60	0	60
<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>135</b>	<b>105</b>	<b>60</b>	<b>45</b>	<b>345</b>

8º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE ÚNICA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
2	OPTATIVA I	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	OPTATIVA II	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	TCC 2	1	1	0	0	15	15	0	0	30
5	ACE VIII	0	0	0	3	0	0	0	45	45
6	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII	0	0	6	0	0	0	90	0	90
<b>Total</b>		<b>7</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>105</b>	<b>90</b>	<b>90</b>	<b>45</b>	<b>330</b>

OPTATIVAS										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	História e Cultura africana e afro-brasileira	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	2	1	0	0	30	15	0	0	45
3	ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
4	TEORIAS DA APRENDIZAGEM	3	1	0	0	45	15	0	0	60
5	Física para o Ensino Médio	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	Educação e Cultura Popular	2	2	0	0	30	30	0	0	60
7	Sociologia Rural	2	2	0	0	30	30	0	0	60
8	Educação, Estado e Direitos Humanos	2	2	0	0	30	30	0	0	60
9	Informática na Educação	2	2	0	0	30	30	0	0	60
<b>Total</b>		<b>7</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>105</b>	<b>45</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>150</b>

## 7.7.2 Fluxograma do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	NÚCLEOS
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO 2 2 0 0 60	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO 2 2 0 0 60	DIDÁTICA GERAL 2 2 0 0 60	AValiação DA APRENDIZAGEM 2 2 0 0 60	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA 2 2 0 0 60	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA) 2 2 0 0 60	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA HUMANA) 2 2 0 0 60	SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE ÚNICA 2 1 0 0 45	NÚCLEO I - FG PEDAGÓGICO
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO 2 2 0 0 60	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO 2 2 0 0 60	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2 2 0 0 60	EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO 2 2 0 0 60	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL 2 2 0 0 60	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 2 2 0 0 60			NÚCLEO I - FG LINGUAGEM
MATEMÁTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS NATURAIS 2 2 0 0 60	CÁLCULO 2 1 0 0 45	BIOESTATÍSTICA 2 2 0 0 60	GENÉTICA E EVOLUÇÃO 2 2 0 0 60	SISTEMÁTICA E FILOGENÉTICA 2 1 0 0 45				NÚCLEO I - FG CURRÍCULO E PRÁTICA
BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR 2 2 0 0 60	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS I (VÍRUS, BACTÉRIA E ARCHAEA) 2 2 0 0 60	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS II (PROTISTAS E ANIMALIA I) 2 2 0 0 60	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS III (ANIMALIA II) 2 2 0 0 60	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (FUNGOS E PLANTAE I) 2 2 0 0 60	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (PLANTAE II) 2 2 0 0 60	ORIGEM E DINÂMICA DO UNIVERSO E DO SISTEMA SOLAR 2 1 0 0 45	OPTATIVA I 2 2 0 0 60	NÚCLEO II - MATÉRIA E ENERGIA
LÍNGUA PORTUGUESA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA 2 2 0 0 60	FÍSICA I 2 2 0 0 60		FÍSICA II 2 2 0 0 60	LIBRAS 2 2 0 0 60	FÍSICA III 2 2 0 0 60	FÍSICA MODERNA 2 1 0 0 45	OPTATIVA II 2 2 0 0 60	NÚCLEO II - VIDA E EVOLUÇÃO
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO 1 0 0 0 15	METODOLOGIA CIENTÍFICA 2 2 0 0 60		GEOGRAFIA FÍSICA 2 2 0 0 60	FUNDAMENTOS DE GEODIVERSIDADE E GEOCONSERVAÇÃO 2 2 0 0 60	SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS HÍDRICOS, MINERAIS E ENERGÉTICOS 2 1 0 0 45	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE 2 2 0 0 60		NÚCLEO II - TERRA E UNIVERSO
QUÍMICA GERAL 2 1 0 0 45	QUÍMICA ORGÂNICA 2 2 0 0 60	BIOQUÍMICA 2 2 0 0 60	QUÍMICA INORGÂNICA 2 1 0 0 45	QUÍMICA ANALÍTICA 2 1 0 0 45	FÍSICO-QUÍMICA 2 1 0 0 45	TCC 1 1 1 0 0 30	TCC 2 1 1 0 0 30	NÚCLEO II - TCC E OPTATIVA
ACE I 0 0 0 3 45	ACE II 0 0 0 3 45	ACE III 0 0 0 3 45	ACE IV 0 0 0 3 45	ACE V 0 0 0 3 45	ACE VI 0 0 0 3 45	ACE VII 0 0 0 3 45	ACE VIII 0 0 0 3 45	NÚCLEO III - EXTENSÃO
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I 0 0 1 0 15	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II 0 0 3 0 45	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III 0 0 3 0 45	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV 0 0 3 0 45	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V 0 0 3 0 45	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI 0 0 4 0 60	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII 0 0 4 0 60	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII 0 0 6 0 90	NÚCLEO IV - ESTÁGIO
13 11 1 3 420 1º Período	14 13 3 3 495 2º Período	10 10 3 3 390 3º Período	14 13 3 3 495 4º Período	14 12 3 3 480 5º Período	12 10 4 3 435 6º Período	9 7 4 3 345 7º Período	7 6 6 3 330 8º Período	

### 7.7.3 Disciplinas e seus pré-requisitos

Disciplinas obrigatórias e optativas do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI, CPCE, e seus pré-requisitos.

Código	Nome das Disciplinas	Créditos				Período	Total	Pré-requisito
	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	1	0	0	0	1º	15	-
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	1º	60	-
	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	1º	60	-
	MATEMÁTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS NATURAIS	2	2	0	0	1º	60	-
	BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	2	2	0	0	1º	60	-
	LÍNGUA PORTUGUESA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	2	2	0	0	1º	60	-
	QUÍMICA GERAL	2	1	0	0	1º	45	-
	ACE I	0	0	0	3	1º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	0	0	1	0	1º	15	-
	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	2º	60	-
	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	2º	60	-
	CÁLCULO	2	1	0	0	2º	45	-
	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS I (VÍRUS, BACTÉRIA E ARCHAEA)	2	2	0	0	2º	60	-
	FÍSICA I	2	2	0	0	2º	60	-
	METODOLOGIA CIENTÍFICA	2	2	0	0	2º	60	-
	QUÍMICA ORGÂNICA	2	2	0	0	2º	60	QUÍMICA GERAL I
	ACE II	0	0	0	3	2º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	0	0	3	0	2º	45	-
	DIDÁTICA GERAL	2	2	0	0	3º	60	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2	2	0	0	3º	60	-
	BIOESTATÍSTICA	2	2	0	0	3º	60	CÁLCULO
	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS II (PROTISTAS E ANIMALIA I)	2	2	0	0	3º	60	-
	BIOQUÍMICA	2	2	0	0	3º	60	QUÍMICA ORGÂNICA
	ACE III	0	0	0	3	3º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	0	0	3	0	3º	45	-
	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	2	2	0	0	4º	60	DIDÁTICA GERAL
	EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	2	2	0	0	4º	60	-
	GENÉTICA E EVOLUÇÃO	2	2	0	0	4º	60	BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR

	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS III (ANIMALIA II)	2	2	0	0	4º	60	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS II (PROTISTAS E ANIMALIA I)
	FÍSICA II	2	2	0	0	4º	60	FÍSICA I
	GEOGRAFIA FÍSICA	2	2	0	0	4º	60	-
	QUÍMICA INORGÂNICA	2	1	0	0	4º	45	QUÍMICA GERAL
	ACE IV	0	0	0	3	4º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	0	0	3	0	4º	45	-
	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	2	2	0	0	5º	60	-
	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	2	2	0	0	5º	60	-
	SISTEMÁTICA E FILOGENÉTICA	2	1	0	0	5º	45	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS III (ANIMALIA II)
	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (FUNGOS E PLANTAE I)	2	2	0	0	5º	60	-
	LIBRAS	2	2	0	0	5º	60	-
	FUNDAMENTOS DE GEODIVERSIDADE E GEOCONSERVAÇÃO	2	2	0	0	5º	60	-
	QUÍMICA ANALÍTICA	2	1	0	0	5º	45	QUÍMICA INORGÂNICA
	ACE V	0	0	0	3	5º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V	0	0	3	0	5º	45	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV
	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (ANATOMIA E FISILOGIA HUMANA)	2	2	0	0	6º	60	-
	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	2	2	0	0	6º	60	-
	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (PLANTAE II)	2	2	0	0	6º	60	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (FUNGOS E PLANTAE I)
	FÍSICA III	2	2	0	0	6º	60	FÍSICA II
	SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS HÍDRICOS, MINERAIS E ENERGÉTICOS	2	1	0	0	6º	45	-
	FÍSICO-QUÍMICA	2	1	0	0	6º	45	QUÍMICA ANALÍTICA
	ACE VI	0	0	0	3	6º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI	0	0	4	0	6º	60	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V
	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA HUMANA)	2	2	0	0	7º	60	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (ANATOMIA E FISILOGIA HUMANA)
	ORIGEM E DINÂMICA DO UNIVERSO E DO SISTEMA SOLAR	2	1	0	0	7º	45	FÍSICA I
	FÍSICA MODERNA	2	1	0	0	7º	45	FÍSICA III
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	2	2	0	0	7º	60	-
	TCC 1	1	1	0	0	7º	30	-
	ACE VII	0	0	0	3	7º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII	0	0	4	0	7º	60	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI
	SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE ÚNICA	2	1	0	0	8º	45	-
	OPTATIVA I	2	2	0	0	8º	60	-

	OPTATIVA II	2	2	0	0	8°	60	-
	TCC 2	1	1	0	0	8°	30	TCC 1
	ACE VIII	0	0	0	3	8°	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII	0	0	6	0	8°	90	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII
	BASES EPISTEMOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO	3	1	0	0	Optativa	60	-
	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS	3	1	0	0	Optativa	60	-
	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	3	1	0	0	Optativa	60	-
	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	3	1	0	0	Optativa	60	-
	EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	2	1	0	0	Optativa	45	-
	INICIAÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	3	1	0	0	Optativa	60	-
	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS	3	1	0	0	Optativa	60	-
	ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA	2	1	0	0	Optativa	45	-
	GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR	3	1	0	0	Optativa	60	-
	TEORIAS DA APRENDIZAGEM	3	1	0	0	Optativa	60	-
	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	3	1	0	0	Optativa	60	-
	TEMAS E PRÁTICAS TRANSVERSAIS	3	1	0	0	Optativa	60	-
	OFICINA DE TEXTOS ACADÊMICOS	3	1	0	0	Optativa	60	-

## 7.7.4 Ementa das disciplinas/Bibliografia

Bloco: 1	Disciplina: Seminário de Introdução ao Curso	Carga Horária: 15h
<b>Ementa:</b>		
Informações sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza e a Legislação da UFPI		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. UFPI. Resolução CONSUN\UFPI Nº21 de 2000. <b>Regimento Interno da UFPI</b> , 2000. 2. UFPI. <b>Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza</b> , 2026. 3. UFPI. Resolução CEPEX Nº 177 de 2012. <b>Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí</b> , de 05 de novembro de 2013. Disponível em: < <a href="http://www.ufpi.br/arquivos/normas/CEPEX.">http://www.ufpi.br/arquivos/normas/CEPEX.</a> >		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996. 2. UFPI. Resolução CONSUN\UFPI Nº 032 de 2005. <b>Estatuto da Universidade Federal do Piauí</b> . Disponível em: < <a href="http://www.ufpi.br/arquivos/estatuto_e_regimentoUFPI.">http://www.ufpi.br/arquivos/estatuto_e_regimentoUFPI.</a> > 3. UFPI. Resolução CEPEX Nº 017 de 2011. <b>Guia acadêmico do aluno 2011</b> . Disponível em: < <a href="http://www.ufpi.br/arquivos/guia.">http://www.ufpi.br/arquivos/guia.</a> > 4. UFPI. <b>Relatório de auto avaliação da UFPI, 2012</b> . Disponível em: < <a href="http://www.ufpi.br/arquivos/lcpa.">http://www.ufpi.br/arquivos/lcpa.</a> > 5. UFPI. Resolução Conjunta CONSUN Nº 002 de 2010, 26 de maio de 2010. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015 a 2019. Disponível em: < <a href="http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/PDI%202015-2019.pdf">http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/PDI%202015-2019.pdf</a> >		

Bloco: 1	Disciplina: História da Educação	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
História da Educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período. A escola do campo na história da educação do Brasil e do Piauí.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. ARANHA, M. L. A. <b>História da educação</b> . São Paulo: Moderna, 1994. 288 p. 2. FREITAS, G. B. <b>Escola, estado e sociedade</b> . 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986. 142 p. 3. LOPES, E. M. T. <b>Perspectivas históricas da educação</b> . 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. 80 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. GUIRALDELLI JUNIOR, P. <b>História da educação</b> . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 240 p. 2. LUZURIAGA, L. <b>História da educação e da pedagogia</b> . 18. ed. São Paulo: Nacional, 1990. 292 p. (Atualidades Pedagógicas, 59) 3. MANACORDA, M. A. <b>História da educação: da Antiguidade aos nossos dias</b> . 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 382 p. 4. ROMANELLI, O. O. <b>História da educação no Brasil (1930/1973)</b> . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 267 p. 5. SAVIANI, D.; RAMA, G.; GREGÓRIO, W. (Org.). <b>Para uma história da educação latino-americana</b> . Campinas: Autores Associados, 1996. 79 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 52)		

Bloco: 1	Filosofia da Educação	Carga Horária: 60
<b>Ementa:</b>		
Filosofia e Filosofia da Educação: concepções e especificidades da Filosofia; concepções de Educação; tarefas da Filosofia da Educação. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão teleológica da práxis educativa. Filosofia da Educação e a formação do professor do campo. As novas racionalidades da pós-modernidade e educação do campo.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. DELEUZE, G. <b>Que é filosofia?</b> 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. 279 p.		

2. KNELLER, G. F. <b>Introdução a filosofia da educação</b> . 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, s.d. 133 p.
3. LUCKESI, C. C. <b>Filosofia da educação</b> . São Paulo: Cortez, 1992. 183 p.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
1. ARANHA, M. L. A. <b>Filosofia da educação</b> . São Paulo: Moderna, 1982. 214 p.
2. GHIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). <b>Que é filosofia da educação?</b> 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 326 p.
3. LUCKESI, C.C.; PASSOS, E. S. (Colab.). <b>Introdução à filosofia: aprendendo a pensar</b> . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 271 p.
4. SEVERINO, A. J. <b>Filosofia</b> . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 211 p.
5. SEVERINO, A. J. <b>Filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação</b> . 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 255 p.

<b>Bloco: 1</b>	<b>Disciplina: Matemática Aplicada às Ciências da Natureza</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Equações; Números Reais; Funções e gráficos; Aplicações de funções; Razão e Proporção; Estatística elementar e suas aplicações.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. BARBANTI, L.; MALACRIDA JUNIOR, S. A. (Colab.). <b>Matemática superior: um primeiro curso de cálculo</b> . São Paulo: Pioneira, 1999. 247 p.		
2. MORGADO, A. C.; CESAR, B. (Colab.). <b>Matemática básica: teoria e mais de 750 questões resolvidas</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 180 p.		
3. SCHEINERMAN, E. R. <b>Matemática discreta: uma introdução</b> . São Paulo: Thomson, 2006. 532 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. BOLDRINI, J. L.; COSTA, S. I. R. (Colab.). <b>Álgebra linear</b> . 3. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1980. 411 p.		
2. CARACA, B. J. <b>Conceitos fundamentais da matemática</b> . 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2003. 324 p.		
3. CONTADOR, P. R. M. <b>Matemática: uma breve história</b> . 3. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2008.		
4. DIENES, Z. P. <b>Seis etapas do processo de aprendizagem em matemática</b> . São Paulo: EPU, 1986. 72 p.		
5. SPIVAK, M. <b>Cálculo em variedades</b> . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003. 168 p.		

<b>Bloco: 1</b>	<b>Disciplina: Biologia Celular e Molecular</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Compreensão da origem, evolução e estrutura das células procariontes e eucariontes, bem como de sua composição química e da função dos componentes celulares - membranas, citoesqueleto, núcleo -, além dos diferentes mecanismos de divisão, diferenciação e morte celular. Abordagem prática dos métodos de estudo da célula e utilização de microscópios. Abordagem das bases moleculares da hereditariedade, do processo de regulação gênica, do mapeamento gênico com enfoque molecular, das tecnologias do DNA recombinante, dos marcadores moleculares, da terapia gênica, do organismo transgênico e, finalmente, das biotecnologias		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. BRAY, D.; ALBERTS, B.; HOPKIN, K. (Colab.). <b>Fundamentos da biologia celular</b> . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 843 p.		
2. COOPER, G. M.; HAUSMAN, R. E. (Colab.). <b>Célula: uma abordagem molecular</b> . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 718 p.		
3. JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. (Colab.). <b>Biologia celular e molecular</b> . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 332 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. ALBERTS, B. <b>Biologia molecular da célula</b> . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1268p.		
2. LODISH, H. et al. <b>Biologia celular e molecular</b> . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 1054 p.		
3. ROBERTIS, E.; HIB, J. (Colab.). <b>De Robertis: bases da biologia celular e molecular</b> . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 389 p.		
4. TURNER, P. C. et al. <b>Biologia molecular</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 287 p.		
5. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. <b>Bioquímica celular e biologia molecular</b> . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 360 p.		

Bloco: 1	Língua Portuguesa na Produção Científica	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
Leitura, interação e produção de sentido: concepções de leitura, conhecimentos do leitor necessários na leitura e estratégias de leitura. Leitura e escrita em ambiente virtual. Sequências tipológicas, gêneros textuais e domínios discursivos. A escrita na universidade: leitura e produção de gêneros acadêmicos.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. COSTA, Deborah Cristina Lopes; SALCES, Cláudia Dourado. Leitura & produção de textos na universidade. Campinas, SP: Alínea, 2013. 2. DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel Machado; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). Gêneros textuais & ensino. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2010. 3. KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lília Ghiuro. Leitura e produção de texto. São Paulo: Blucher, 2011. 2. KLEIMANN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 15. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013. 3. KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2011. 4. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010. 5. RIBEIRO, Ana Elisa. Novas tecnologias para ler e escrever: algumas ideias sobre ambientes e ferramentas digitais na sala de aula. Belo Horizonte: Editora RHJ, 2012.		

Bloco: 1	Química Geral	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
Teorias atômicas. Elementos químicos. Tabela periódica e propriedades periódicas. Ligações químicas. Simbologia e nomenclatura química. Estequiometria. Estados físicos da matéria e suas transformações. Soluções e propriedades coligativas. Ácidos, bases, sais e óxidos: propriedades, classificação e aplicações.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. ATKINS, P. A. <b>Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente.</b> 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2018. 1094 p. 2. BRADY, J.; SENESE, F.; JESPERSEN, N. D. <b>Química geral: a matéria e suas transformações.</b> 5. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009. 424 p. 3. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; WEAVER, G. C. <b>Química geral e reações químicas.</b> 5 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2005. 672 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. BESSLER, K. E.; NEDER, A. V. F. <b>Química em tubos de ensaio: uma abordagem para principiantes.</b> São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 218 p. 2. BROWN, T. L., LeMAY, E.Jr., BURSTEN, B.E. <b>Química a ciência central.</b> 9ªed:Pearson Education do Brasil Ltda. São Paulo, 2005. 972 p. 3. LENZI, E.; FAVERO, L. O. B.; TANAKA, A. S.; VIANA FILHO, E. A.; SILVA, M. B. <b>Química geral experimental.</b> Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2004. 360 p. 4. MAIA, D. J.; BIANCHI, J. C. A. <b>Química geral: fundamentos.</b> São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 436p.		

Bloco: 1	ACE I	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		

Desenvolver ações de extensão com a temática de Aquecimento Global e Mudanças Climáticas e os seus Impactos sobre a Biodiversidade
<b>Bibliografia Básica:</b>
1. ASSAD, E; PINTO, H. S. (Eds.). 2008. Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil. EMBRAPA & UNICAMP, São Paulo. 83 p. 2. BUCKERIDGE, M. S. (Ed.). 2010. Biologia & Mudanças Climáticas no Brasil. São Carlos, RiMa. 295p. 3. HANNAH, L. 2014. Climate change biology. New York, Academic Press. 470p
<b>Bibliografia Complementar:</b>
1. CASAGRANDE, A., SILVA JUNIOR, P., & MENDONÇA, F. (2011). MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AQUECIMENTO GLOBAL: CONTROVÉRSIAS, INCERTEZAS E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA. Revista Brasileira De Climatologia, 8. <a href="https://doi.org/10.5380/abclima.v8i0.25793">https://doi.org/10.5380/abclima.v8i0.25793</a> . 2. MARUYAMA, S. Aquecimento Global? São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 3. STEFFEN, W.; SANDERSON, A.; TYSON, P. D.; et al. 2005. Global change and the Earth system: a planet under pressure. Springer, Berlim. 4. MONZONI, M. (ed.) Diretrizes para a formulação de políticas públicas em mudanças climáticas no Brasil. São Paulo: Observatório do Clima e Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP - FGV, 2009.

<b>Bloco: 1</b>	<b>Estágio Curricular Supervisionado I</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente. Aproximação do aluno ao ambiente escolar.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. 2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004. 3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991. 4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996. 5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992		

<b>Bloco: 2</b>	<b>Disciplina: Psicologia da Educação</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
A ciência psicológica e a Psicologia da Educação. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem: aspectos psicossociais (motivação, auto-conceito e auto-estima). Dificuldades de aprendizagem das subjetividades dos sujeitos do campo.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. (Colab.). <b>Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia</b> . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 368 p. 2. BRAGHIROLI, E. M.; BISI, G. P. (Colab.). <b>Psicologia geral</b> . 31. ed. Porto Alegre: Vozes, 2012. 235 p. 3. SALVADOR, C. C. (Org.). <b>Psicologia da educação</b> . Porto Alegre: ArtMed, 1999. 209 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. BOCK, A. M. B.; GONCALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Colab.). <b>Psicologia socio-historica: uma perspectiva crítica em psicologia</b> . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 224 p. 2. DAVIDOFF, L. L. <b>Introdução à psicologia</b> . 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006. 798 p. 3. FONTANA, R. A. C.; CRUZ, M. N. (Colab.). <b>Psicologia e trabalho pedagógico</b> . São Paulo: Atual, 1997. 232 p. 4. LUSTOSA, A. V. M. F.; CARVALHO, M. V. C. (Org.). <b>Psicologia da educação: saberes e vivências</b> . Teresina: EDUFPI, 2004. 213 p.		

5. MOREIRA, P. R. **Psicologia da educação**: interação e identidade. 2. ed. Sao Paulo: FTD, 1996. 103 p.

Bloco: 2	Disciplina: Sociologia da Educação	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos. Os sujeitos e os modos de produção e organização no campo. As formas de organização e resistência camponesa.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. DEMO, P. <b>Sociologia</b> : uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 159 p. 2. KRUPPA, S. M. P. <b>Sociologia da educação</b> . São Paulo: Cortez, 2002. 155 p. 3. MANNHEIM, K.; STEWART, W. A. C. (Coord.). <b>Introdução à sociologia da educação</b> . 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1978. 202 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. DURKHEIM, E. <b>Educação e sociologia</b> . 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 90 p. 2. MARTINS, C. B. <b>Que é sociologia</b> . São Paulo: Brasiliense, 2006. 104 p. (Coleção Primeiros Passos, 57) 3. NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. (Colab.). <b>Bourdieu &amp; a educação</b> . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 126 p. 4. NOGUEIRA, M. A. <b>Família e escola</b> : trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 183 p. 5. TORRES, C. A. <b>Sociologia política da educação</b> . São Paulo: Cortez, 1993. 104 p.		

Bloco: 2	Disciplina: Diversidade dos Seres Vivos I (Vírus, Bactérias a Archaea)	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
Morfologia, classificação e replicação de vírus. Morfologia e ultraestrutura bacteriana. Cultivo de bactérias e curva de crescimento. Metabolismo microbiano, enzimas e sua regulação. Exigências nutricionais, influência de fatores físicos e químicos no cultivo bacterianos. Diagnose e sintomatologia de enfermidades causadas por vírus e bactéria.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. TRABULS, L. Rachid I; ALTERTHUM, Flávio. <b>Microbiologia</b> . 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 2. JAWETZ, E.; MELNICK, J. L.; ADELBERG, E. A. <b>Microbiologia Médica</b> . 24. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 3. HARVEY, R. A.; FISCHER, B. D.; CHAMPE, P. C. <b>Microbiologia Ilustrada</b> . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. FUNKE, B. R.; CASE, C. L.; TORTORA, G. J. <b>Microbiologia</b> . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 2. WARREN, L.; ERNEST, J. <b>Microbiologia Médica e Imunologia</b> . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.		

Bloco: 2	Disciplina: Cálculo	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
Limites de Funções, Taxa de variação. Equação da Reta Tangente, Derivadas de função, (conceito, propriedades, operações e aplicações), Análise de Variação da Função. Noções de Integral e Métodos de integração.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. STEWART, James. <b>Cálculo</b> , volume I. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 2. FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. <b>Cálculo A: funções, limite, derivação, integração</b> . 6.ed. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2010. 617p. 3. ANTON, Howard; DAVIS, Stephen; BIVENS, Irl. <b>Cálculo</b> . 10.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2014.		

<b>Bibliografia Complementar:</b>
1. ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo: um novo horizonte. 8.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2000.
2. HOFFMANN, L. D.; BRADLEY, G. L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. 6. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
3. LEON, S. J. Álgebra Linear com Aplicações. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
4. SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica. Rio de Janeiro, RJ: McGraw-Hill, 2010.
5. HAZZAN, S. & IEZZI, G. Fundamentos da Matemática elementar. Volumes 1-8. São Paulo: Ed Atual, 2013.

<b>Bloco: 2</b>	<b>Disciplina: Física I</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Unidades, grandezas físicas e vetores; Movimento retilíneo; Leis do movimento; Momento linear; Energia e trabalho; Leis de conservação; Fluidos.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. <b>Fundamentos de Física</b> . 4v. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006.		
2. YOUNG, H.D.; FREEDMAN, R.A. <b>Física</b> . 4v. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2003.		
3. SERWAY, R.A.; JEWETT JR, J. W (colab.). <b>Princípios de física</b> . 4v. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2006.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. TIPLER, P. A; MOSCA, G. (colab.). <b>Física: para cientistas e engenheiros</b> . 3v. Rio de Janeiro: LTC, 2006.		
2. OKUNO, E.; CHOW, C. (colab.); CALDAS, I. L. (colab.). <b>Física para ciências biológicas e biomédicas</b> . São Paulo: Harbra, 1986.		
3. NUSSENZVEIG, H. M. <b>Curso de física básica</b> . 4v. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.		
4. FEYNMAN, R. P.; LEIGHTON, R. B.; SANDS, M. <b>Lições de física de Feynman</b> : edição definitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008.		
5. GREF. Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. <b>Física</b> . Volume 1. São Paulo: EDUSP, 1991.		

<b>Bloco: 2</b>	<b>Disciplina: Metodologia Científica</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
O conhecimento científico. Conceitos de ciência. A ciência como construção humana. Metodologia do Trabalho Científico. Pré-requisitos do Trabalho Científico. Visão Geral do Trabalho Científico. Elaboração do Trabalho Científico. O Processo do conhecimento científico.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. (Colab.). <b>Metodologia científica</b> . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 159 p.		
2. DEMO, P. <b>Introdução à metodologia da ciência</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 118 p.		
3. SALOMON, D. V. <b>Como fazer uma monografia</b> . 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 425 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. ANDRADE, M. M. <b>Introdução à metodologia do trabalho científico</b> . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p.		
2. FLICK, U. <b>Introdução à pesquisa qualitativa</b> . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 405 p.		
3. GOLDENBERG, M. <b>Arte de pesquisar</b> : como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 107 p.		
4. KOCH, J. C. <b>Fundamentos de metodologia científica</b> : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.		
5. LAVILLE, C.; DIONNE, J. (Org.). <b>Construção do saber</b> : manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 340 p.		

<b>Bloco: 2</b>	<b>Disciplina: Química Orgânica</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Introdução aos compostos de carbono: alguns aspectos históricos e de teoria estrutural, estrutura eletrônica e ligações químicas. Principais funções orgânicas: hidrocarbonetos, oxigenadas, nitrogenadas, halogenadas e sulfuradas. Estereoquímica. Principais reações orgânicas: adição, eliminação e		

substituição. Características estruturais das macromoléculas orgânicas: carboidratos, lipídeos, proteínas e ácidos nucleicos.
<b>Bibliografia Básica:</b>
1. ALLINGER, N. L. et al. <b>Química orgânica</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1976. 961 p. 2. MCMURRY, J. <b>Química orgânica</b> . 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 614 p. 3. SOLOMONS, G. T.W.; FRYHLE, C. B. (Colab.). <b>Química orgânica</b> . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
1. BRUICE, P. Y. <b>Química orgânica</b> . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 641 p. 2. FERREIRA, M.; MORAES, L. (Colab.). <b>Química orgânica</b> . Porto Alegre: Artmed, 2007. 150 p. 3. MORRISON, R. T.; BOYD, R. N. <b>Química orgânica</b> . 13. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 1510 p. 4. PAVANELLI, L. C. <b>Química orgânica: funções e isomeria</b> . São Paulo: Saraiva. 2014. 128 p. 5. VOLLHARDT, K. P. C.; SCHORE, N. E. (Colab.). <b>Química orgânica: estrutura e função</b> . 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004. 1112 p.

<b>Bloco: 2</b>	<b>Disciplina: ACE II</b>	<b>Carga Horária: 45h</b>
<b>Ementa:</b>		
.Desenvolver ações de extensão com a temática de TDICs para o Ensino de Ciências da Natureza		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. BEZERRA, Francisco Ivanildo Alves; SOUZA JUNIOR, Anastacio; LIMA, Renata Pereira de. Integração de tecnologias digitais no ensino de ciências da natureza: uma revisão bibliográfica sobre os desafios e oportunidades na formação de professores . Revista Ensino em Debate, Fortaleza, v. 5, p. e2025011, 2025. DOI: 10.21439/2965-6753.v5.e2025011. Disponível em: <a href="https://revistarede.ifce.edu.br/ojs/index.php/rede/article/view/87">https://revistarede.ifce.edu.br/ojs/index.php/rede/article/view/87</a> . Acesso em: 14 ago. 2025. 2. ARAÚJO, F.; SANTOS, L. Tecnologia digital no ensino de ciências: Uma abordagem prática.Revista de Educação e Tecnologia, v. 15, n. 2, p. 43-55, 2020. 3. COSTA, A. S., & LIMA, M. F. Tecnologias Digitais e Engajamento no Ensino de Ciências: Um Estudo de Caso.Educação e Tecnologia, 31(1), 90-105. 2018		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. FERREIRA, L. A., & RODRIGUES, T. S. Desenvolvimento de Habilidades Digitais no Ensino de Ciências: Uma Análise Crítica.Revista de Ensino de Ciências e Matemática, 20(3), 115-130. 2022. 2. FERREIRA, A.; SILVA, T. Desafios na adoção de tecnologias digitais por professores.Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 3, p. 76-84, 2019. 3. FERREIRA, R. T., & COSTA, J. S. Capacitação de Professores e o Uso de Tecnologias Digitais: Estudo de Caso.Revista de Formação de Professores, 18(1), 85-95. 2020. 4. SANTOS, A.; OLIVEIRA, B. Currículo e tecnologias digitais: Perspectivas e desafios.Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 1, p. 28-40, 2021		

<b>Bloco: 2</b>	<b>Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado II</b>	<b>Carga Horária: 45h</b>
<b>Ementa:</b>		
Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas, imersão na escola, para analisar seu projeto político pedagógico.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		

<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PIMENTA, S. G. &amp; GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.</li> <li>2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004.</li> <li>3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991.</li> <li>4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996.</li> <li>5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992</li> </ol>
---

Bloco: 3	Disciplina: Didática Geral	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação entre professor e aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ANDRÉ, M. E. D. A. (Org.). <b>Alternativas do ensino da didática</b>. Campinas: Papyrus, 1997. 143 p.</li> <li>2. GHIRALDELLI JR, P. <b>Didática e teorias educacionais</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2002. 100 p.</li> <li>3. LOPES, A. O.; CAPORALINI, M. B. S. C.; VEIGA, I. P. A. (Colab.). <b>Repensando a didática</b>. 29. ed. Campinas: Papyrus, 2011. 159 p.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. CANDAU, V. M. <b>Didática em questão</b>. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 127 p.</li> <li>2. FREIRE, P. <b>Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa</b>. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</li> <li>3. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. (Org.). <b>Organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio</b>. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 199 p.</li> <li>4. LIBANEO, J.C. <b>Didática</b>. São Paulo: Cortez, 1998. 261 p.</li> <li>5. ZABALA, A. <b>Prática educativa: como ensinar</b>. Porto Alegre, ArtMed, 1998. 224 p.</li> </ol>		

Bloco: 3	Disciplina: Legislação e Organização da Educação Básica	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). Diretrizes operacionais para a Educação do Campo.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. BRZEZINSKI, I. (Org.). <b>LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam</b>. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 308 p.</li> <li>2. DEMO, P. <b>Nova LDB: ranços e avanços</b>. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 109 p.</li> <li>3. SAVIANI, D. <b>Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino</b>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 162 p.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. CURY, C. R. J. <b>Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais</b>. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 201 p.</li> <li>2. RIBEIRO, M. L. S. <b>História da educação brasileira: a organização escolar</b>. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. 207 p.</li> <li>3. SHIROMA, E. O. <b>Política educacional</b>. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 126 p.</li> <li>4. SILVA, E. B. (Org.). <b>Educação Básica pós-LDB</b>. São Paulo: Thomson, 2003. 223 p.</li> <li>5. SOUZA, P. N. P.; SILVA, E. B. (Colab.). <b>Como entender e aplicar a nova LDB: lei 9.394/96</b>. São Paulo: Pioneira, 1997. 140 p.</li> </ol>		

Bloco: 3	Disciplina: Bioestatística	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
Introdução a bioestatística: importância e aplicações. Amostragem. Planejamento, coleta de dados, organização, avaliação e tomada de decisão. Classificação das variáveis. Medidas de posição. Medidas de dispersão. Distribuição de frequências. Somatório. Utilização da calculadora científica. Noções de		

Probabilidade e Variáveis aleatórias. Correlação. Regressão. Testes de hipóteses. Aplicações no programa estatístico R.
<b>Bibliografia Básica:</b>
1. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, ANDRADE, Gilberto (Coord.). <b>Curso de estatística</b> . 6. ed. Sao Paulo: Atlas, 2006. 320p.
2. BUSSAB, Wilton de O (Colab.); MORETTIN, Pedro A. <b>Estatística básica</b> . 5. ed. Sao Paulo: Saraiva, 2002. 526p.
3. TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro (Colab.). <b>Estatística básica</b> . São Paulo: Atlas, 2014.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
1.FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, ANDRADE, Gilberto (Coord.). <b>Curso de estatística</b> . 6. ed. Sao Paulo: Atlas, 2006. 320p.
2. BUSSAB, Wilton de O (Colab.); MORETTIN, Pedro A. <b>Estatística básica</b> . 5. ed. Sao Paulo: Saraiva, 2002. 526p.
3. TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro (Colab.). <b>Estatística básica</b> . São Paulo: Atlas, 2014.

<b>Bloco: 3</b>	<b>Disciplina: Diversidade dos Seres Vivos II ( Protista e Animalia I)</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Importância da Zoologia. Características da Zoologia. Protozoários (morfologia e fisiologia). Características gerais, classificação e fisiologia dos filos: Porifera, Cnidaria, Platyhelminthes, Nematoda, Mollusca, Annelida, Arthropoda e Chinodermata. Hipóteses de relacionamento entre os grupos "basais" de invertebrados. Relacionamento entre os principais de grupos de artrópodes (Hipótese Ecdysozoa vs. Articulata).		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. BARNES, R. S. K. et al. (Colab.). <b>Invertebrados: uma síntese</b> . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 495 p.		
2. BRUSCA, R. C.; BRUSCA, G. J. <b>Invertebrados</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 1092 p.		
3. RUPPERT, E. E.; FOX, R. S.; BARNES, R. D. (Colab.). <b>Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva</b> . 7. ed. Sao Paulo: Roca, 2005. 1145 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. AZEVEDO, A. C. P; HENNIG, G. J. <b>Zoologia</b> . 6. ed. Porto Alegre: Sagra, 1983. 318 p.		
2. D'ARCE, R. D.; FLECHTMANN, C. H. W. <b>Introdução à anatomia e fisiologia animal</b> . 2. ed. São Paulo: Nobel, 1985. 186 p.		
3. RIBEIRO-COSTA, C. S.; ROCHA, R. M. (Colab.). <b>Invertebrados: manual de aulas práticas</b> . 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 271 p.		
4. RODRIGUES, S. A. <b>Zoologia</b> . 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1982. 299 p.		
5. STORER, T. I.; USINGER, R. L.; STEBBINS, R. C.; NYBAKKEN, J. W. <b>Zoologia geral</b> . 6. ed. São Paulo: Nacional, 2000. 816 p.		

<b>Bloco: 3</b>	<b>Disciplina: Bioquímica</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Características físico-químicas e funcionais das principais biomoléculas (carboidratos, lipídios, aminoácidos, proteínas e vitaminas). Determinação qualitativa das biomoléculas. Metabolismo de carboidratos, lipídios e compostos nitrogenados. Integração metabólica.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. DOSE, K. <b>Bioquímica</b> . São Paulo: Entrelinhas, 1982. 296 p.		
2. MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. (Colab.). <b>Bioquímica básica</b> . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 386 p.		
3. NELSON, D. L., COX, M. M., LEHNINGER, A. L. (Colab.). <b>Lehninger: princípios de bioquímica</b> . 5. ed. São Paulo: Artmed, 2011. 1273 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. CAMPBELL, M. K. <b>Bioquímica</b> . 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. 752 p.		
2. PRATT, C. W.; CORNELLY, K. (Colab.). <b>Bioquímica essencial</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 716 p.		

3. REMIÃO, J. O. R; SIQUEIRA, A. J. S; AZEVEDO, A. M. P. <b>Bioquímica</b> : guia de aulas práticas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 214 p.
4. TAKEMURA, M; SAWA, O. <b>Guia mangá de bioquímica</b> . São Paulo: NOVATEC, 2012. 272 p.
5. VOET, D.; VOET, J. G., PRATT, C. W. (Colab.). <b>Fundamentos de bioquímica</b> : a vida em nível molecular. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008. 1241 p.

Bloco: 4	Disciplina: Avaliação da Aprendizagem	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. HOFFMANN, J. M. L. <b>Avaliação</b> : mito e desafio uma perspectiva construtiva. 37. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 104 p.		
2. LUCKESI, C. C. <b>Avaliação da aprendizagem escolar</b> . 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 180 p.		
3. LUDKE, M.; MEDIANO, Z. (Colab.). <b>Avaliação na escola de primeiro grau</b> : uma análise sociológica. 7. ed. Campinas: Papirus, 1992. 162 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. HAYDT, R. C. C. <b>Avaliação do processo ensino-aprendizagem</b> . 3. ed. São Paulo: Ática, 1992. 159 p. (Educação)		
2. HOFFMANN, J. <b>Avaliar para promover</b> : as setas do caminho. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 160 p.		
3. PERRENOUD, P. <b>Avaliação</b> : da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 183 p.		
4. PERRENOUD, P; THURLER, M. G. (Colab.). <b>Competências para ensinar no século XXI</b> : a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002. 176 p.		
5. SAUL, A. M. <b>Avaliação emancipatória</b> : desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 151 p.		

Bloco: 03	Disciplina: ACE III	Carga Horária: 45h
<b>Ementa:</b>		
Desenvolver ações de extensão com a temática de Ética na Inteligência Artificial para o Ensino de Ciências da Natureza		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. HAYKIN, Simon S. Redes neurais: princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 900 p. ISBN 9788573077186.		
2. REZENDE, Solange Oliveira. Sistemas inteligentes: fundamentos e aplicações. São Paulo: Manole, c2005. 525 p. ISBN 8520416837 (broch.).		
3. RUSSELL, Stuart J; NORVIG, Peter. Inteligência artificial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 988 p. ISBN 9788535237016 (broch.).		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. FAVA, Rui. Trabalho Educação e Inteligência Artificial: a era do indivíduo versátil. Porto Alegre: Editora Penso, 2018.		
2. VALENTE, J. Inovação nos processos de ensino e de aprendizagem: o papel das tecnologias digitais. In: Valente, J. A.; Freire, F.-M. -P.; Arantes, F. L., (org.). Tecnologia e educação: passado, presente e o que está por vir. Campinas: NIED/Unicamp, 2018. p. 17-41		
3. Pinheiro, W. S., & Valente, E. A. T. (2024). INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: ENTRE A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESAFIO ÉTICO. Revista Políticas Públicas & Cidades, 13(2), e1257. <a href="https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-255-2024">https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-255-2024</a> .		
4. ALMEIDA CORREA BARBOSA, Carlos Roberto de. Transformações no ensino-aprendizagem com o uso da inteligência artificial: revisão sistemática da literatura. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar, [S. l.], v. 4, n. 5, p. e453103, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i5.3103.		

Bloco: 03	Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado III	Carga Horária: 45h
-----------	---	--------------------

<b>Ementa:</b>
Vivências dos diferentes espaços na escola (Diretoria, Secretaria, refeitório, sala de aula, dentre outros). Observação participante das ações da escola. Elaboração do Plano de atividade de intervenção.
<b>Bibliografia Básica:</b>
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. 2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004. 3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991. 4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996. 5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992

<b>Bloco: 04</b>	<b>Disciplina: Avaliação da Aprendizagem</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. HOFFMANN, J. M. L. <b>Avaliação: mito e desafio uma perspectiva construtiva</b> . 37. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 104 p. 2. LUCKESI, C. C. <b>Avaliação da aprendizagem escolar</b> . 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 180 p. 3. LUDKE, M.; MEDIANO, Z. (Colab.). <b>Avaliação na escola de primeiro grau: uma análise sociológica</b> . 7. ed. Campinas: Papyrus, 1992. 162 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. HAYDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992. 159 p. (Educação) 2. HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 160 p. 3. PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 183 p. 4. PERRENOUD, P; THURLER, M. G. (Colab.). Competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002. 176 p. 5. SAUL, A. M. Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 151 p.		

<b>Bloco: 04</b>	<b>Disciplina: Educação para as Relações Étnico-raciais, Gênero Diversidade e Inclusão</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Relações raciais e construção da identidade. Diversidade étnico-racial, LDB, teorias de currículo e educação escolar. Pesquisa educacional e relações étnico-raciais. A questão étnico-racial no projeto pedagógico e nos planos de ensino. Diversidade no contexto da educação no campo.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. <b>Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana</b> . Brasília: CNE, 2004. Disponível em: < <a href="http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf">http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf</a> > 2. FERNANDES, F. <b>Integração do negro na sociedade de classes</b> . 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. 3. THEODORO, M.; GERREIRO, L. J. R.; SOARES, O. S. (Org.). <b>As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição</b> . Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: < <a href="http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf">http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf</a> >		

<b>Bibliografia Complementar:</b>
1. FICHTNER, B.; FOERSTE, E.; LIMA, M. (Org.). <b>Cultura, dialética e hegemonia:</b> pesquisas em educação. Vitória: EDUFES, 2013. 322 p.
2. FREYRE, G. <b>Casa-grande &amp; senzala:</b> formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p.
3. HOLANDA, S. B. <b>Raízes do Brasil.</b> 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 220 p.
4. MCLAREN, P. <b>Multiculturalismo crítico.</b> São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1997. 239 p.

<b>Bloco: 4</b>	<b>Disciplina: Genética e Evolução</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Bases da hereditariedade. Segregações. Noções de Citogenética. Aberrações cromossômicas. Ligações gênicas. Mapa genético. Herança extranuclear. Herança ligada ao sexo. Mutações. Herança quantitativa. Bases moleculares da genética. Teoria sintética da evolução e seu desenvolvimento. Diversidade genética, organização da variabilidade genética nas populações e Equilíbrio de Hardy-Weinberg. Mecanismos de Isolamento reprodutivo, diferenciação das populações e origem das espécies. Seleção natural e artificial. Modos de especiação. Adaptação. As grandes linhas de evolução. Tendências evolutivas. Evolução molecular. Evolução humana.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. BROWN, T.A. Genética: um enfoque molecular. 3. ed. Guanabara Koogan, 1999.		
2. GRIFFITHS, A.J.F.; GELBART, W.M.; MILER, J.H.; LEWONTIN, R.C. Introdução à genética. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.		
3. FUTUYMA, D.J. Biologia Evolutiva. 3. ed. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 2002.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. FUTUYMA, D.J. Evolução, Ciências e Sociedade. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 2002.		
2. RIDLEY, M. Evolução. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.		
3. SNUSTAD, D.P.; SIMMONS, M.J. Fundamentos de genética. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2001.		
4. AMORIM, D.S. Elementos Básicos de Sistemática Filogenética. 2.ed. Ribeirão Preto, SP: Holos, Editora e Sociedade Brasileira de Entomologia, 1997.		
5. BROOKES, M. Fique por dentro da genética. 2.ed. São Paulo: Geográfica e Editora Ltda., 2001.		
6. VALENTE, S.E.S. Biologia molecular. Teresina: EDUFPI, 2012.		

<b>Bloco: 4</b>	<b>Disciplina: Diversidade dos Seres Vivos III (Animalia II)</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Introdução ao estudo dos vertebrados, sua biologia, classificação e evolução. História evolutiva, sistemática, morfologia, morfogênese, fisiologia, ecologia, comportamento, biogeografia e conservação dos vertebrados anamniotas (peixes e anfíbios). Os ancestrais dos Vertebrata e seus parentes: Hemichordata, Urochordata, Cephalochordata e os Chordata primitivos. Os peixes sem mandíbula (agnatos), peixes cartilaginosos e peixes ósseos; as principais adaptações dos vertebrados anamniotas para vida em ambiente aquático; a conquista do ambiente terrestre pelos primeiros tetrápodes e suas principais adaptações; e os anfíbios viventes. Origem e evolução dos Tetrapoda Amniota e alterações da vida na terra; Organização Biológica e evolutiva de: Reptilia, Aves e Mammalia; Nutrição, metabolismo energético, crescimento e desenvolvimento, princípios gerais de circulação, regulação da temperatura e excreção, movimento, respiração, sistema nervoso, sistema urogenital nos Reptilia, Aves e Mammalia.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. AMORIM, D.S., 2002. Fundamentos de Sistemática Filogenética. Holos, Ribeirão Preto, 153p.		
2. HICKMAN JR., C. P., ROBERTS, L. S., KEEN, S., EINSENHOUR, D. J., LARSON, A., & ANSON, H., 2016. Princípios Integrados de Zoologia. 16a ed. Guanabara Koogan; 954p.		
3. HILDEBRAND, M. Análise e estrutura dos vertebrados. Atheneu Editora São Paulo, 1995. 700 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. AURICHIO, P.; SALOMÃO, M. G. Técnicas de coleta e preparação de vertebrados para fins científicos e didáticos. Parma, São Paulo, Instituto Pau Brasil de História Natural, 2002. 348p.		
2. BRUSCA, R. C., MOORE, W. and SHUSTER S. M., 2018. Invertebrados. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1032 p.		

3. DOHRMANN, M.; WÖRHEIDE, G., 2017. Dating early animal evolution using phylogenomic data. DOI: 10.1038/s41598-017-03791-w

4. DUNN et al., 2014. Animal Phylogeny and Its Evolutionary Implications. Annu. Rev. Ecol. Evol. Syst. 45:371–95. DOI: 10.1146/annurev-ecolsys-120213-091627

5. HICKMAN Jr., C. P.; ROBERTS, L. S.; LARSON, A. 2004. Princípios Integrados de zoologia. Ed. GUANABARA KOOGAN. Rio de Janeiro/RJ. 846p.

Bloco: 4	Disciplina: Geografia Física	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
A Geografia Física: conceito, objeto e objetivo. Sistemas ambientais. O ambiente físico e o homem. O geossistema: a dinâmica do espaço geográfico. Mecanismos de desenvolvimento da natureza: naturais e antropogênicos. A Geografia Física e o planejamento territorial: o diagnóstico e o prognóstico. Trabalho de campo.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. CHRISTOPHERSON, Robert W. Geossistemas: uma introdução à Geografia Física. Trad. de Francisco Elineu Aquino [et.al]. 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 2. GREGORY, K.J. A natureza da Geografia Física. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992. 3. PRESS, F.; GROTZINGER, J.; SIEVER, R.; JORDAN, T. H. Para Entender a Terra. Tradução: MENEGAT, R. (coord.). 4a . edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. ROSS, J.L.S. (org) – Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996. 2. STRAHLER, A N. – Geografia Física. Trad. Ana Maria Guillo e José Francisco Albert. 8ª ed. Barcelona: Ediciones Omega, S. A. , 1986. 3. SUERTEGARAY, D.M.A. – O que ensinar em Geografia (Física)? In: REGO, N.; SUERTEGARAY, D.M. e HEINDRICH, A. (orgs) – Geografia e educação: geração de Ambiências. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2000. 4. GREGORY, K. J. A natureza da geografia física. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992. 5. AB'SABER, Azis Nacib. Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003.		

Bloco: 4	Disciplina: Física II	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
Oscilações simples e ondas mecânicas. Difração e interferência. Temperatura e calor. Gás ideal. Leis da Termodinâmica.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. <b>Fundamentos de Física</b> . 4v. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006. 2. YOUNG, H.D.; FREEDMAN, R.A. <b>Física</b> . 4v. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2003. 3. SERWAY, R.A.; JEWETT JR, J. W (colab.). <b>Princípios de física</b> . 4v. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2006.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. TIPLER, P. A; MOSCA, G. (colab.). <b>Física: para cientistas e engenheiros</b> . 3v. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 2. OKUNO, E.; CHOW, C. (colab.); CALDAS, I. L. (colab.). <b>Física para ciências biológicas e biomédicas</b> . São Paulo: Harbra, 1986. 3. NUSSENZVEIG, H. M. <b>Curso de física básica</b> . 4v. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002. 4. FEYNMAN, R. P.; LEIGHTON, R. B.; SANDS, M. <b>Lições de física de Feynman</b> : edição definitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008. 5. GREF. Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. <b>Física</b> . Volume 2. São Paulo: EDUSP, 1991.		

Bloco: 4	Disciplina: Química Inorgânica	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
Estudo das propriedades, estruturas e reatividades dos elementos da tabela periódica e seus principais compostos, abrangendo os elementos representativos e os metais de transição. Análise de compostos de coordenação quanto à estrutura, propriedades e aplicações. Introdução à química de materiais inorgânicos		

com ênfase em aplicações ambientais, biológicas e tecnológicas, incluindo exemplos relacionados a processos industriais, sistemas naturais e bioinorgânica.

**Bibliografia Básica:**

1. MIESSLER, G. L.; FISCHER, P. J.; TARR, D. A. **Química Inorgânica**. 5ed. São Paulo: Pearson 2014.
2. LEE, J. D. **Química inorgânica não tão concisa**. São Paulo: Blucher, 1999.
3. SHRIVER, D. F.; ATKINS, P. W. **Química inorgânica**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

**Bibliografia Complementar:**

1. ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018.
2. CONLEY, J. B. **Química de Coordenação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
3. FLACH, S. E. **Introdução a química inorgânica experimental**. 2ª edição revista, Editora UFSC, 1990.
4. HOUSECROFT, C. E.; SHARPE, A. G. **Química Inorgânica**. 4ed. volume 1. LTC 2013.
5. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; TOWNSEND, J. R. **Química e Reações Químicas**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

<b>Bloco: 4</b>	<b>Disciplina: ACE IV</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
-----------------	---------------------------	---------------------------

**Ementa:**

Desenvolver ações de extensão com a temática de Estratégias Inclusivas para o Ensino de Ciências da Natureza

**Bibliografia Básica:**

1. SOUZA, Daniella Bezerra Feitoza Barbosa de; SILVA, José Affonso Tavares. O ensino de Ciências na perspectiva inclusiva: relato de experiência em turma dos anos finais do Ensino Fundamental. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 24, nº 36, 1º de outubro de 2024.
2. ROPOLI, E. A. A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/Secretaria Municipal de Educação Especial de Fortaleza/UFC, 2010.
3. ALVES, D de O.; BARBOSA, K. A. M. Experiências educacionais inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar. In: ROTH, B. W. Experiências educacionais inclusivas: programa Educação Inclusiva - direito à diversidade. Brasília: MEC/Seesp, 2006.

**Bibliografia Complementar:**

1. DIAS, V. B.; SILVA, L. M. Educação Inclusiva e Formação de Professores: o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura? Práxis Educacional, [S. l.], v. 16, n. 43, p. 406-429, 2020.
2. JACINTO, S. G.; LUCENA, E. M. P.; ALVES, D. R.; MORAIS, S. M. O ensino de Ciências Naturais na educação básica por meio de atividades lúdicas: Uma revisão da literatura. Research, Society and Development, v. 10, n.6, e16110614643, 2021.
3. SILVA, T. S.; SOUZA, M. F. L. Tecnologias assistivas no ensino de ciências a discentes com deficiência visual: a perspectiva de suas professoras. Investigações em Ensino de Ciências, 2021
4. VAZ, J. M. C. ; PAULINO, A. L.S.; BAZON, F. V. M.; KIILL, K. B.; ORLANDO T. C; REIS M. X.; MELLO, C. Material Didático para Ensino de Biologia: Possibilidades de Inclusão. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 12, n.3, 2012

<b>Bloco: 4</b>	<b>Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado IV</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
-----------------	---	---------------------------

**Ementa:**

.Acompanhamento do planejamento escolar junto com o professor orientador na escola. Desenvolvimento de atividades de Monitoria (levantamento das dificuldades no ensino e na aprendizagem junto aos estudantes das escolas.

**Bibliografia Básica:**

1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

**Bibliografia Complementar:**

<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PIMENTA, S. G. &amp; GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.</li> <li>2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004.</li> <li>3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991.</li> <li>4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996.</li> <li>5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992</li> </ol>
---

Bloco: 5	Disciplina: Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
Laboratório e oficinas de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das Novas Tecnologias em Educação (Internet/TV Escola). Estratégias do ensino de ciências da natureza. Avaliação da aprendizagem em ciências da natureza..		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. CARVALHO, A. M. P. <b>Prática de ensino:</b> os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.</li> <li>2. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. (Coord.). <b>Metodologia do ensino de ciências.</b> 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p.</li> <li>3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A; PERNAMBUCO, M. M. (Colab.). <b>Ensino de ciências:</b> fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. BORDENAVE, J. E. D.; PEREIRA, A. M. (Coord.). <b>Estratégias de ensino-aprendizagem.</b> 19. ed. Petropolis: Vozes, 1998. 312 p.</li> <li>2. CACHAPUZ, A. et al. <b>Necessária renovação do ensino das ciências.</b> 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 264 p.</li> <li>3. CARVALHO, A. M. P.; GIL-PEREZ, D. (Colab.). <b>Formação de professores de ciências.</b> 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 120 p.</li> <li>4. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. <b>Ensino de ciências:</b> fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p.</li> <li>5. MENDES SOBRINHO, J. A. C. (Org.). <b>Ensino de ciências naturais:</b> saberes e práticas docentes. Teresina: EDUFPI, 2013. 190 p.</li> <li>6. POZO, J. I. <b>Aprendizagem e o ensino de ciências:</b> do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 296 p.</li> </ol>		

Bloco: 5	Disciplina: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
Educação Especial: aspectos históricos e legais. LDB e Educação Especial. Políticas Públicas para a Educação Especial. Atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Educação especial: integração e inclusão. Educação Especial na escola do campo.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. JANNUZZI, G. S. M. <b>Educação do deficiente no Brasil:</b> dos promórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. 243 p. (Coleção Educação Contemporânea)</li> <li>2. MAZZOTTA, M. J. S. <b>Educação especial no Brasil:</b> história e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 208 p.</li> <li>3. NERI, M.; COSTILLA, H.; PINTO, A.; SOARES, W. (Colab.). <b>Retratos da deficiência no Brasil.</b> Rio de Janeiro: FGV, 2003. 200 p.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. BRASIL. Ministério da Educação. <b>Portal de ajudas técnicas para educação:</b> equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Brasília: MEC, 2007.</li> <li>2. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCACAO ESPECIAL. <b>Terceiro congresso ibero-americano de educacao especial:</b> anais do congresso. Curitiba, 1998.</li> <li>3. EDLER, R. C. <b>A nova LDB e a educação especial.</b> Rio de Janeiro: WWA, 1997. 136 p.</li> </ol>		

4. MANTOAN, M. T. E.. **Compreendendo a deficiência mental:** novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1989. 167 p.
5. MOTA, L. A.; SANTOS, G. C. S. Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: aspectos históricos e filosóficos. **ID on line. Revista de Psicologia**, v. 1, p. 61-71, 2010. Disponível em: <<http://www.idonline.no.comunidades.net/index.php?pagina=1368019070>>.

<b>Bloco: 5</b>	<b>Disciplina: Sistemática e Filogenética</b>	<b>Carga Horária: 45h</b>
<b>Ementa:</b>		
Conceitos e objetivos da sistemática. Escolas de classificação. Código internacional de nomenclatura Botânica e Zoológica. Escolas classificações biológicas, gradística e cladística. Conceitos e princípios de Sistemática filogenética Sistemática e métodos da Taxonomia Animal. Forma e agrupamentos taxonômicos. Semelhanças compartilhadas. Construção de cladogramas.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. AMORIM, D.S. Fundamentos de Sistemática Filogenética. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2002. 2. PAPAVERO, N. Fundamentos Práticos de Taxonomia Zoológica. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1994. 3. JUDD, W.S.; CAMPBELL, C.S.; KELLOGG, E.A.; STEVENS, P.F.; DONOGHUE, M.J. Sistemática Vegetal: um enfoque filogenético. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. HICKAM, Jr., C.P., ROBERTS, L.S.; LARSON, A. Princípios Integrados de Zoologia. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 2. MARGULIS, I.; SCHWARTZ, K. Cinco reinos. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001. 3. SCHNEIDER, H. Métodos de Análise Filogenética. 3.ed. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2007.		

<b>Bloco: 5</b>	<b>Disciplina: Diversidade dos Seres Vivos IV (Fungos e Plantae I)</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Classificação, morfologia, distribuição e importância ecológica, reprodução (ciclos de vida), origem e evolução do Reino Fungi. Fungos Chytridiomycota, Blastocladiomycota, Neocalimastigomycota, Microsporidia, Zygomycota, Glomeromycota, Ascomycota, Basidiomycota liquenizados (Reino Fungi). Técnicas científicas de coleta, manejo, conservação e coleção de Fungos. Apresentação e caracterização dos Criptógamos e principais grupos de organismos pertencentes às linhagens de algas, briófitas e pteridófitas. Sistemática, análise morfológica, distribuição e importância ecológica, reprodução (ciclos de vida), origem, evolução e relações filogenéticas em Primoplantae sem sementes. Biologia de: Glaucophyta, Rhodophyta e Chlorophyta; Embryophyta: Bryophyta, Hepathophyta e Anthocerotophyta. Rhyniophyta, Psilotophyta, Lycophyta, Sphenophyta. Técnicas científicas de coleta, manejo, conservação e coleção de Criptógamos. Planejamento de ações de ensino e vivências na natureza		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. ALEXOPOULOS, C.J., MIMS, C.W. & BLACKWELL, M. 1996. Introductory mycology. 4 ed. New York: John Wiley, Sons, Inc. 2. JUDD, W. S.; CAMPBELL, C. S.; KELLOGG, E. A.; STEVENS, P. F.; DONOGHUE, M. Sistemática vegetal. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 3. NULTSCH, W. Botânica Geral. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. RAVEN, P. H., EVERT, R. F., CURTIS, H. Biologia Vegetal. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001. 2. LACAZ, C. da S.; MINAMI, P. S.; PURCHIO, A. O grande mundo dos fungos. São Paulo: Ed. USP, 1970. 3. MARGULIS, L.; SCHWARTZ, K.V. Cinco reinos: um guia ilustrado dos Filos da Vida na Terra. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001. 4. ZUQUIM, G.; COSTA, F. R. C.; PRADO, J.; TUOMISTO, H. Guia de Samambaias e Licófitas da REBIO Uatumã: Amazônia Central. Manaus: Áttema, 2008. 5. SILVEIRA, V. D. Lições de micologia: 4 ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981. 310p.		

6. SMITH, G. M. Botânica de criptógamos. V. I e II. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1979.

<b>Bloco: 4</b>	<b>Disciplina: LIBRAS</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. <b>Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo dos surdos em libras.</b> São Paulo: Vitae; Fapesp; Capes; Editora da Universidade de São Paulo, 2005.		
2. GESSER, A. <b>Libras: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.</b> São Paulo: Párbola Editorial, 2009. 88 p.		
3. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. <b>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.</b> Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. FALCÃO, L. A. <b>Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos.</b> Recife: Editora do Autor, 2010.		
2. FERNANDES, E. et al. (Org.). <b>Surdez e bilinguismo.</b> Porto Alegre: Mediação, 2005. 103 p.		
3. LIMA, M. S. C. <b>Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito.</b> Campinas: IEL/UNICAMP, 2004. 261 p. (Tese de Doutorado)		
4. MOURA, M. C. <b>O surdo: caminhos para uma nova identidade.</b> Rio de Janeiro: Revinter, 2000. 152 p.		
5. SACKS, O. <b>Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 200 p.		

<b>Bloco: 5</b>	<b>Disciplina: Fundamentos de Geodiversidade e Geoconservação</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Geodiversidade, Patrimônio Geológico e Geoconservação. Geoturismo, Geoparques e Sustentabilidade. Aspectos geológicos e geomorfológicos do Piauí. Bacia Sedimentar do Parnaíba. Geologia e Paleontologia do Piauí.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. BRILHA J. B. R. Patrimônio geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage, 2005.		
2. SANTOS, M. E. C. M.; CARVALHO, M. S. S. Paleontologia das Bacias do Parnaíba, Grajaú e São Luís. Rio de Janeiro: CPRM, 2004.		
3. NASCIMENTO, M. A. L.; AZEVEDO, U. R.; NETO, V. M. Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. São Paulo: SBGeo, 2008.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. BANDEIRA, I. C. N. Geodiversidade do estado do Maranhão. Teresina: CPRM, 2013.		
2. GRAY, M. Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature. England: John Wiley & Sons, 2004.		
3. PFALTZGRAFF, P. A. S.; TORRES, F. S. M.; BRANDÃO, R. L. Geodiversidade do estado do Piauí. Recife: CPRM, 2010.		
4. MOREIRA, J.C. Geoturismo e Interpretação Ambiental. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.		
5. SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. Geoparques do Brasil: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012.		

<b>Bloco: 5</b>	<b>Disciplina: Química Analítica</b>	<b>Carga Horária: 45h</b>
<b>Ementa:</b>		
Normas de segurança em laboratório. Introdução aos métodos e técnicas de análise química qualitativa e quantitativa, com ênfase em análises gravimétricas, volumétricas e instrumentais. Desenvolvimento de habilidades experimentais em laboratório, incluindo preparação e diluição de soluções, técnicas de titulação, manuseio de equipamentos e interpretação de resultados.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. BACCON, N; ANDRADE, Joao Carlos de (Colab.). <b>Química analítica quantitativa complementar.</b> 3. ed. São Paulo: Blucher, 2001.		

2. MENDHAM, J.; DENNEY, R. C (Colab.) <b>Vogel: Análise química quantitativa</b> . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
3. SKOOG, D.A., WEST, D.M., HOLLER, F.J., CROUCH, S.R. <b>Fundamentos de Química Analítica</b> . 9ª ed. Thomson Learning, São Paulo, 2014.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
1. BESSLER, KARK E. <b>Química em Tubos de Ensaio: uma abordagem para principiantes</b> . 1 ed.Ed. Edgar Blucher, São Paulo, 2004.
2. HARRIS, D. C. <b>Análise química quantitativa</b> . 9 a ed. Rio Janeiro: LTC, 2017.
3. HOLLER, F. James; CROUCH, Stanley R.; SKOOG, Douglas A. <b>Princípios de análise instrumental</b> . 6ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed/Bookman, 2009.

<b>Bloco: 5</b>	<b>Disciplina: ACE V</b>	<b>Carga Horária: 45h</b>
<b>Ementa:</b>		
Desenvolver ações de extensão com a temática de Educação Financeira e Empreendedorismo		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. Sauer Camozzato, E., Lizote, S. A., Teston, S. de F., & Zawadzki, P. (2023). Empreendedorismo e Sua Relação Com a Educação Financeira dos Universitários. <i>Administração: Ensino E Pesquisa</i> , 24(3).		
2. COUTO, R.F.; MARACAJÁ, K.F.B.; MACHADO, P.A. Educação financeira e sustentabilidade: um fra-mework conceitual. <i>Administração: Ensino e Pesquisa</i> , v. 23, n. 3, p. 510-534, 2022.		
3. MENACHO, Eliane; HUNGRIA, Felício Julio de Azevedo; SILVA, Alex Miller Peres da; VICTOR, Renata. A Educação Empreendedora no século XXI: desafios e perspectivas no processo pedagógico criativo. <i>Revista Educação Pública</i> , Rio de Janeiro, v. 25, nº 5, 5 de fevereiro de 2025		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. LOPES, R. M. A. Educação Empreendedora: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.		
2. ALMEIDA, A. R.; BECKER, T. M.; SANTOS, B. H. Educação Empreendedora e suas abordagens na Educação Básica. In: FOSSATTI, P.; JUNG, H. S. (org.). Governança educacional na Educação Básica e Superior ibero-americana. Canoas: Ed. Unilasalle, 2019.		
3. GOMES, J. H. et al. O Ensino Superior e o empreendedorismo. In: PARREIRA, P.; ALVES, L.; MÓNICO, L.; SAMPAIO, J. H.; PAIVA, T. (org.). Competências empreendedoras no Ensino Superior Politécnico: motivos, influências, serviços de apoio e educação. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda, 2018.		

<b>Bloco: 5</b>	<b>Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado V</b>	<b>Carga Horária: 45h</b>
<b>Ementa:</b>		
Participação em aula; elaboração de sequências didáticas, realização de aulas assistidas, acompanhamento das atividades da escola, planejamento, avaliação, reunião de pais e mestres, dentre outras.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.		
2. FREITAS, L. C. Neotecnismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.		
2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004.		
3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991.		
4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996.		
5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992		

<b>Bloco: 6</b>	<b>Disciplina: Biologia do Corpo Humano I (Anatomia e Fisiologia Humana)</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
-----------------	--	---------------------------

<b>Ementa:</b>
Anatomia e Fisiologia dos sistemas orgânicos: esquelético, articular, muscular, nervoso, circulatório, respiratório, digestório, urinário, genital masculino e genital feminino.
<b>Bibliografia Básica:</b>
1. CASTRO, S. V. <b>Anatomia fundamental</b> . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2005. 586 p. 2. THIBODEAU, G. A.; PATTON, K. T. (Colab.). <b>Estrutura e funções do corpo humano</b> . 11. ed. Barueri: Manole, 2002. 525 p. 3. TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. <b>Corpo humano: fundamentos da anatomia e fisiologia</b> . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 684 p.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
1. DANIELO, J. G.; FATTINI, C. A. (Colab.). <b>Anatomia humana básica</b> . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 757 p. 2. DIDIO, L. J. A. <b>Tratado de anatomia sistêmica aplicada: princípios básicos e sistêmicos - esquelético, articular e muscular</b> . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 337 p. 3. SOBBOTA, J.; PUTZ, R.; PABST, R. (Ed.). <b>Sobotta: atlas de anatomia humana</b> . 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 416 p. 4. SPENCE, A. P. <b>Anatomia humana básica</b> . 2. ed. Barueri: Manole, 1991. 713 p. 5. VAN DE GRAAFF, K. M. <b>Anatomia humana</b> . 6. ed. Barueri: Manole, 2003. 840 p.

<b>Bloco: 6</b>	<b>Disciplina: Fundamentos Teórico e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
A educação de jovens e adultos como direito. Concepções teórico-metodológicas de educação de jovens e adultos. A diversidade da educação de jovens e adultos. Os fundamentos legais da educação de jovens e adultos como modalidade de educação. A história da Educação de Jovens e Adultos. As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. As políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Piauí no campo.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. BARRETO, V. <b>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos</b> . Brasília, MEC/SEF/COEJA, 2000. Disponível em: < <a href="http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf">http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf</a> > Consulta em: 15-abr-2016. 2. FREIRE, P. <b>Pedagogia do oprimido</b> . 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 184 p. 3. PAIVA, V. P. <b>Educação popular e educação de adultos</b> . São Paulo: Edições Loyola, 1987. 368 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. FREIRE, P. <b>Ação cultural para a liberdade e outros escritos</b> . 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 149 p. 2. FREIRE, P. <b>Educação como prática da liberdade</b> . 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 158 p. 3. GADOTTI, M.; ROMÃO, E. J. (Org.). <b>Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta</b> . 2. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000. 4. PINTO, A. V. <b>Sete lições sobre educação de adultos</b> . 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 118 p. 5. SANTO ANDRÉ. Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional. <b>Educação de Jovens e Adultos</b> . São Paulo: SEFP, 2000.		

<b>Bloco: 6</b>	<b>Disciplina: Física III</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Força, campo e potencial elétricos. Corrente elétrica e resistência. Força e campo magnéticos. Indução eletromagnética. Ondas eletromagnéticas.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. <b>Fundamentos de Física</b> . 4v. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006. 2. YOUNG, H.D.; FREEDMAN, R.A. <b>Física</b> . 4v. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2003. 3. SERWAY, R.A.; JEWETT JR, J. W (colab.). <b>Princípios de física</b> . 4v. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2006.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. TIPLER, P. A; MOSCA, G. (colab.). <b>Física: para cientistas e engenheiros</b> . 3v. Rio de Janeiro: LTC, 2006.		

2. OKUNO, E.; CHOW, C. (colab.); CALDAS, I. L. (colab.). <b>Física para ciências biológicas e biomédicas</b> . São Paulo: Harbra, 1986.
3. NUSSENZVEIG, H. M. <b>Curso de física básica</b> . 4v. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.
4. FEYNMAN, R. P.; LEIGHTON, R. B.; SANDS, M. <b>Lições de física de Feynman</b> : edição definitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008.
5. GREF. Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. <b>Física</b> . Volume 3. São Paulo: EDUSP, 1991.

<b>Bloco: 6</b>	<b>Disciplina: Sustentabilidade dos Recursos Naturais Hídricos, Minerais e Energéticos</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
conceituar e exemplificar os materiais naturais como recursos para o desenvolvimento da sociedade, nas suas diversas formas (recursos minerais, hídricos e energéticos), fornecendo ao licenciando elementos para discussão e reflexão sobre o papel da Natureza na formação dos recursos e o significado da utilização dos recursos no desenvolvimento da sociedade e no ciclo natural global, bem como a importância da conservação e recuperação dos recursos e áreas exploradas. Os créditos-trabalho desta disciplina correspondem a planejamento, execução e avaliação de pesquisa, trabalho de campo, leituras programadas e trabalhos especiais de acordo com a natureza da disciplina.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. Teixeira, W.; Fairchild, T.R.; Toledo, M.C.M. de; Taioli, F. (organizadores). 2009. Decifrando a Terra. São Paulo, Companhia Editora Nacional, IBEP, 623p.		
2. Reis, Lineu Belico dos; Fadigas, Eliane A Amaral; Carvalho, Claudio Elias. Energia, Recursos Naturais e a prática do desenvolvimento sustentável. SP: Ed Manole, 2005.		
3. Sanchez, Luis Henrique. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos. SP: Ed Oficina de Texto, 2006		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. CARDOSO, A. da S. M.; GUERINI, S. C.; LIMA, M. C. A. Uma unidade de ensino com a temática mineração em uma abordagem CTS. Temas & Matizes, [S. l.], v. 17, n. 31, p. 189–210, 2023.		
2. CARDOSO, V. A., R.; RODRIGUES, A. C. A temática da mineração na pesquisa em educação ambiental. REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental, v. 39, n. 3, p. 310–331, 2022.		

<b>Bloco: 6</b>	<b>Disciplina: Físico-química</b>	<b>Carga Horária: 45h</b>
<b>Ementa:</b>		
Introdução à termodinâmica: leis, funções de estado e transformações físicas e químicas. Equilíbrios químicos e iônico: constante de equilíbrio, princípio de Le Châtelier, constante de ionização de ácidos ( $K_a$ ) e bases ( $K_b$ ), produto iônico da água ( $K_w$ ), pH e pOH, força de ácidos e bases, soluções tampão, equilíbrios de solubilidade. Cinética química: velocidade das reações, fatores que a influenciam e mecanismos. Eletroquímica: processos redox, pilhas, eletrólise e aplicações ambientais e tecnológicas.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. ATKINS, P.W.; DE PAULA, J. <b>Físico-Química</b> . vol. 1 e 2. 10ª ed.; Rio de Janeiro: LTC, 2018.		
2. BALL, David W. <b>Físico-Química</b> . São Paulo: Cengage Learning, 2005.		
3. LEVINE, I. N. <b>Físico-Química</b> . 6ª ed.; Rio de Janeiro: LTC, 2012.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. ATKINS, P.; JONES, L. <b>Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente</b> . 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018.		
CASTELLAN, G. W. <b>Fundamentos de Físico-Química</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.		
CHANG, Raymond. <b>Físico-química: para as ciências químicas e biológicas</b> . 3. ed.; São Paulo: McGraw-Hill, 2008.		
KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; TOWNSEND, J. R. <b>Química e Reações Químicas</b> . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.		
RANGEL, R. N. <b>Práticas de Físico-Química</b> . 3. ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2006.		

<b>Bloco: 6</b>	<b>Disciplina: ACE VI</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Desenvolver ações de extensão com a temática de Ensino de Ciências da Natureza nos Espaços não-formais I (Ciência, Arte e Cultura)		
<b>Bibliografia Básica:</b>		

1. ilva, M. de C., & Silva, P. S. (2021). Panorama da integração entre Arte e ensino de Ciências: análises quantitativa e qualitativa. Caderno Brasileiro De Ensino De Física, 38(1), 346–375.
2. ARAPAKI, X.; KOLIOPOULOS, D. Popularization and teaching of the relationship between visual arts and natural sciences: historical, philosophical and didactical dimensions of the problem. Science & Education, Switzerland, v. 20, n. 1, p. 797-803, jul. 2011.
3. ARAÚJO, J. L.; MORAIS, C.; PAIVA, J. C. Poetry and alkali metals: building bridges to the study of atomic radius and ionization energy. Chemistry Research Education and Practice in Europe, Londres, v. 04, n. 16, p. 893-900, ago. 2015.

**Bibliografia Complementar:**

1. BARROS, M. D. M.; DINIZ, P. G. Z.; ARAÚJO-JORGE, T. C. A música “O mundo é um moinho” como estratégia pedagógica para o ensino do tema transversal orientação sexual na escola... proposta e algumas considerações. Revista Práxis, Volta Redonda, v.8, n. 15, p. 37-41, jun. 2016.
2. BARROS, M. D. M.; GIRASOLE, M.; ZANELLA, P. G. O uso do cinema como estratégia pedagógica para o ensino de ciências e de biologia: o que pensam alguns professores da região metropolitana de Belo Horizonte. Revista Práxis, Volta Redonda, v. 5, n. 10, p. 99-111, dez. 2013.
3. CARVALHO, T. A.; REIS, J. C. Diálogos entre Ciência e Arte: uma leitura a partir da obra de Remedios Varo para um Ensino sobre as Ciências. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, v. 37, n. 1, p. 173-196, abr. 2020.
4. CHAI, D.; GARCIA, A. L. Physics for Animation Artists. The Physics Teacher, Maryland, v. 49, n. 8, p. 478-480, out. 2011.

<b>Bloco: 6</b>	<b>Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado VI</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Abordagem do Projeto de Estágio, ficando a regência no Ensino Fundamental (anos finais).		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.</li> <li>2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.</li> <li>3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PIMENTA, S. G. &amp; GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.</li> <li>2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004.</li> <li>3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991.</li> <li>4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996.</li> <li>5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992</li> </ol>		

<b>Bloco: 7</b>	<b>Disciplina: Física Moderna</b>	<b>Carga Horária: 45h</b>
<b>Ementa:</b>		
Relatividade; Fótons e ondas de matéria; Átomos e núcleos; quarks e léptons.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. <b>Fundamentos de Física</b>. 4v. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006.</li> <li>2. YOUNG, H.D.; FREEDMAN, R.A. <b>Física</b>. 4v. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2003.</li> <li>3. SERWAY, R.A.; JEWETT JR, J. W (colab.). <b>Princípios de física</b>. 4v. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2006.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. TIPLER, P. A; MOSCA, G. (colab.). <b>Física</b>: para cientistas e engenheiros. 3v. Rio de Janeiro: LTC, 2006.</li> <li>2. OKUNO, E.; CHOW, C. (colab.); CALDAS, I. L. (colab.). <b>Física para ciências biológicas e biomédicas</b>. São Paulo: Harbra, 1986.</li> <li>3. NUSSENZVEIG, H. M. <b>Curso de física básica</b>. 4v. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.</li> <li>4. FEYNMAN, R. P.; LEIGHTON, R. B.; SANDS, M. <b>Lições de física de Feynman</b>: edição definitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008.</li> <li>5. EISBERG, R.; RESNICK, R. <b>Física Quântica</b>: átomos, moléculas, sólidos, núcleos e partículas. 9. Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.</li> </ol>		

Bloco: 7	Disciplina: Origem e Dinâmica do Universo e do Sistema Solar	Carga Horária: 45h
<b>Ementa:</b>		
Gravitação universal; Leis de Kepler; A esfera celeste, o sol e a lua e seus movimentos; conceitos de cosmologia; sistema solar: estrutura, origem e evolução.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. BOCZKO, R. <b>Conceitos de Astronomia</b> . 3. Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1995.		
2. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. <b>Fundamentos de Física</b> . 4v. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006.		
3. YOUNG, H.D.; FREEDMAN, R.A. <b>Física</b> . 4v. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2003.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. MACIEL, W. J. <b>Astronomia e astrofísica</b> . São Paulo: IAG/USP, 1991.		
2. NUSSENZVEIG, H. M. <b>Curso de física básica</b> . 4v. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.		
3. FEYNMAN, R. P.; LEIGHTON, R. B.; SANDS, M. <b>Lições de física de Feynman</b> : edição definitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008.		
4. GREF. Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. <b>Física</b> . Volume 1. São Paulo: EDUSP, 1991.		
5. Revista Latino Americana de educação em astronomia - <a href="http://www.relea.ufscar.br/">http://www.relea.ufscar.br/</a> .		

Bloco: 7	Disciplina: Educação Ambiental e Sustentabilidade	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
A questão socioambiental emergente, possibilidades e limites da educação, do meio ambiente e da sustentabilidade. Educação ambiental crítica, participação e intervenção socioambiental na contemporaneidade. Pensamento complexo. Consumo responsável, logística reversa, microplástico, água, biodiversidade, energia renovável e suas implicações para a saúde e sobrevivência do homem e das outras formas de vida.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. BURSZTYN, M.; ORG: BURSZTYN, M. <b>Ciência, ética e sustentabilidade</b> : desafios ao novo século. 3. ed. Brasília: Editora cortez, 2002.		
GUIMARAES, M. <b>Caminhos da educação ambiental</b> : da forma à ação. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.		
2. HANNIGAN, John. <b>Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade</b> . Curitiba: Appris, 2019.		
3. LAYRARGUES, P. P.; LOUREIRO, C. F. B.; CASTRO, R. S. <b>Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate</b> . 7.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.		
4. PHILIPPI JR, A.; ED. PELICIONI, M. C. F. <b>Educação ambiental e sustentabilidade</b> . Barueri-SP: Editora USP.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. CARVALHO, I. C. M. <b>Educação ambiental</b> : a formação do sujeito ecológico. 3.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.		
2. DIAS, G. F. <b>Educação ambiental: princípios e práticas</b> . 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. ISBN 978-85-85351-09-0.		
3. LEFF, E. <b>Saber ambiental</b> : sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.		
4. LOUREIRO, C. <b>Sociedade e meio ambiente</b> : 4.ed. 2006.		
5. LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. <b>Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate</b> . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. ISBN 978-85-249-1874-2.		
6. MORAN, E. F. <b>Meio ambiente e ciências sociais</b> : interações homem-ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Editora Senac, 2011.		
7. REIGOTA, M. <b>Meio ambiente e representação social</b> . 8.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.		
8. SILVA, J. N. <b>Educação ambiental comunitária</b> : alternativa para as zonas rurais - um estudo de caso: o município de Bonito nesta história. Recife: Ed. do Autor, 2006.		

Bloco: 7	Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
A pesquisa em ensino de ciências. Pesquisas bibliográficas. Projetos de pesquisa: elaboração e desenvolvimento. Elaboração de instrumentos de pesquisa. Elaboração e aprovação do projeto de ensino de ciências relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso.		

<b>Bibliografia Básica:</b>
1. ANDRADE, M. M. <b>Introdução à metodologia do trabalho científico</b> . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p. 2. GIL, A. C. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b> . 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. 3. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. <b>Metodologia do trabalho científico</b> . 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
1. BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. <b>Projeto de pesquisa: propostas metodológicas</b> . 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 127 p. 2. KOCHÉ, J. C. <b>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa</b> . 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p. 3. MARCANTONIO, A. T.; LEHFELD, N. A. S.; SANTOS, M. M. (Colab.). <b>Elaboração e divulgação do trabalho científico</b> . São Paulo: Atlas, 1993. 92 p. 4. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. (Colab.). <b>Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p. 5. OLIVEIRA, S. L. <b>Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses</b> . São Paulo: Pioneira, 2001. 320 p.

<b>Bloco: 7</b>	<b>Disciplina: ACE VII</b>	<b>Carga Horária: 30h</b>
<b>Ementa:</b>		
Desenvolver ações de extensão com a temática de Ensino de Ciências da Natureza nos Espaços não-formais II (Ciência e Saberes Tradicionais)		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. Galvão, M. P., & Marques, C. V. V. C. O. (2021). SABERES TRADICIONAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS PRATICADOS EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE CODÓ – MARANHÃO. Terra De Pretos: Revista Multidisciplinar, 1(2), 88–106. 2. BAPTISTA, Geilsa C. S. Importância da demarcação de saberes no ensino de ciências para as sociedades tradicionais. <i>Ciência &amp; Educação</i> , v.16, n. 3, p. 679-694, 2010. 3. BASTOS, Sandra N. D. Etnociências na sala de aula: uma possibilidade para aprendizagem significativa. In: XI Congresso nacional de educação. Educere. Curitiba: PUC. 2013. Anais.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2. KOVALSKI, Mara L.; OBARA, Ana T. O Estudo da Etnobotânica das Plantas Medicinais na Escola. <i>Ciênc. Educ.</i> , Bauru, v. 19, n. 4, p. 911-927, 2013. 2. LOPES, Alice R. C. Reflexões sobre currículo: as relações entre senso comum, saber popular e saber escolar. <i>Em Aberto</i> , Brasília, n. 58, p. 14-23, abr./jun. 1993.		

<b>Bloco: 7</b>	<b>Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado VII</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Abordagem do programa de estágio focando a regência para o Ensino Médio.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) <i>Formação de Professores: pensar e fazer</i> . 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. <i>Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores</i> . 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. 2. ZOBOLI, G. <i>Prática de ensino</i> . São Paulo: Editora Ática, 2004. 3. ALVES, R. <i>Conversas com quem gosta de ensinar</i> . São Paulo: Cortez, 1991. 4. AQUINO, J. G. <i>A indisciplina na sala de aula</i> . São Paulo: Summus, 1996. 5. ARANHA, L. <i>Pedagogia histórico-crítica</i> . São Paulo: Educ, 1992		

Bloco: 8	Disciplina: Saúde Pública e Saúde Única	Carga Horária: 45h
<b>Ementa:</b>		
<p>Aspectos centrais do desenvolvimento da Saúde Pública do Brasil, impasses, dificuldades e possibilidades. Partindo de perspectiva histórico social, os conteúdos são contextualizados e discutidos desde as noções de: Políticas Sociais e de Saúde; Participação; Financiamento; Modelos de Atenção, Governança e Regionalização em Saúde na vertente das doenças infecciosas e parasitárias, cujos patógenos são transmitidos por insetos vetores. Também serão apresentados e discutidos temas voltados para o desenvolvimento e aplicação da Saúde Única, caracterizada pela união indissociável entre a saúde animal, humana e ambiental. O processo saúde-doença na perspectiva da Saúde Única. O equilíbrio na relação entre humanos, animais e ambiente. Responsabilidade Ambiental, conservação, biodiversidade, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>1. Paim JS e Almeida Filho N. (org) Saúde Coletiva teoria e pratica. MedBook 2014.  2. ROCHA, Juan Stuardo Yazlle (org). Manual de Saúde Pública e coletiva no Brasil. Atheneu, 2014  3. LOBO, P.M. et al. Saúde única: uma visão sistêmica [livro eletrônico]. Editora Alta Performance, 2021.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>1. Giovanella, Ligia, Mendoza-Ruiz, Adriana, Pilar, Aline de Carvalho Amand, Rosa, Matheus Cantanhêde da, Martins, Gabrieli Branco, Santos, Isabela Soares, Silva, Danielle Barata, Vieira, Jean Mendes de Lucena, Castro, Valeria Cristina Gomes de, Silva, Priscilla Oliveira da, &amp; Machado, Cristiani Vieira. (2018). Sistema universal de saúde e cobertura universal: desvendando pressupostos e estratégias. Ciência &amp; Saúde Coletiva, 23(6), 1763-1776. <a href="https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05562018">https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05562018</a>  2. MARKLE, William H. Compreendendo a saúde global. 2. Porto Alegre AMGH 2015 1 recurso online ISBN 9788580554670.  3. BARSANO, Paulo Roberto. Poluição ambiental e saúde pública. São Paulo Erica 2014 Recurso online ISBN 9788536521695.  4. BESSA, E.; ARNT, A. M. Comportamento animal: teoria e prática pedagógica. Porto Alegre: Mediação, 2011.  5. DEL-CLARO, K. Introdução à ecologia comportamental: um manual para o estudo do comportamento animal. 1 ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2010.</p>		

Bloco: 8	Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II	Carga Horária: 60h
<b>Ementa:</b>		
<p>Coleta de dados de pesquisa. Tratamento e análise de dados para a pesquisa no ensino de ciências. Desenvolvimento do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração e apresentação de monografia relativa ao Trabalho de Conclusão de Curso.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>1. ALVEZ, M. <b>Como escrever teses e monografias:</b> um roteiro passo-a-passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 114 p.  2. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. <b>Metodologia do trabalho científico.</b> 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p.  3. MARTINS, G. A. <b>Manual para elaboração de monografias.</b> São Paulo: Atlas, 1992. 90 p.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>1. KOCHE, J. C. <b>Fundamentos de metodologia científica:</b> teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.  2. MARCANTONIO, A. T.; LEHFELD, N. A. S.; SANTOS, M. M. (Colab.). <b>Elaboração e divulgação do trabalho científico.</b> São Paulo: Atlas, 1993. 92 p.  3. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. (Colab.). <b>Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso.</b> 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p.  4. OLIVEIRA, S. L. <b>Tratado de metodologia científica:</b> projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001. 320 p.  5. SALOMON, D. V. <b>Como fazer uma monografia.</b> 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 425 p.</p>		

Bloco: 8	Disciplina: ACE VIII	Carga Horária: 45h
<b>Ementa:</b>		

Desenvolver ações de extensão com a temática de Experimentação para o Ensino de Ciências da Natureza
<b>Bibliografia Básica:</b>
1. SANTANA, R.S. et al. O ensino de ciências por investigação nos anos iniciais: possibilidades na implementação de atividades investigativas. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, v. 17, n. 3, p. 686-710, 2018.
2. GIORDAN, Marcelo. O papel da experimentação no ensino de ciências. Química Nova na Escola, v. 10, nº 10, p. 43-49, 1999.
3. OLIVEIRA, Edilson de. Práticas de ensino e pesquisa nas Ciências da Natureza e suas tecnologias. Revista Educação Pública, v. 20, nº 39, 13 de outubro de 2020.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
1. MOISÉS, L. J. A.; et al.; Experimentação no ensino de ciências: possibilidades e desafios. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 22, p. 1 – 17, e12562, Abr. 2022
2. GUIMARÃES, Cleidson Carneiro. Experimentação no ensino de Química: caminhos e descaminhos rumo à aprendizagem significativa. Química Nova na Escola, v. 31, n. 3, p. 198-202, 2009.
3. FARIA, Filipe Pereira; CARNEIRO, Marcelo Carbone. O papel da experimentação na história do ensino de Física no Brasil. Debates em Educação, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 36–51, 2020.

<b>Bloco: 8</b>	<b>Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado VII</b>	<b>Carga Horária: 45h</b>
<b>Ementa:</b>		
Elaboração de relatório final de Estágio Supervisionado a partir dos estudos de referenciais teóricos e práticas didático-pedagógicas vivenciadas nas etapas anteriores.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.		
2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.		
2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004.		
3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991.		
4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996.		
5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992		

#### 10.6. Ementa das Disciplinas Optativas

<b>Bloco: 8</b>	<b>Disciplina:</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa: História e Cultura africana e afro-brasileira</b>		
As reflexões sobre a definição de parâmetros para o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira. Identidades, etnicidades e segregações: a construção social da África e dos(as) africanos(as) no contexto brasileiro. As diversidades culturais africanas/afro-brasileiras: aspectos linguísticos, simbólicos, artísticos, literários. As religiosidades africanas: perdas, continuidades, (re)criações e interpenetrações. Outros saberes e ofícios: projetos, programas, movimentos sociais e comunidades negras no Brasil. A cultura afro-brasileira e o cotidiano do ensino de História na escola básica		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.		
2. PEREIRA, Amílcar Araujo & MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.		
3. ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araujo. Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		

<p>1. LOVEJOY, Paul e BOWSER, Benjamin (eds.). The transatlantic slave trade and slavery: new directions in teaching and learning. Trenton, NJ: Africa World Press, 2013.</p> <p>2. GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.</p> <p>3. SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das Raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.</p> <p>4. MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p>
---

Bloco: 8	Disciplina:	Carga Horária: 60h
<b>Ementa: EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS</b>		
Direitos humanos: conceitos e histórico. educação em direitos humanos. políticas públicas sobre direitos humanos. Direitos humanos e a formação de professores.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>1. SCHILLING, Flávia. Educação e direitos humanos: percepções sobre a escola justa. São Paulo: Cortez Editora, 2014.</p> <p>2. BITTAR, Carla Bianca. Educação e direitos humanos no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>3. CASTILHO, Ricardo. Educação e direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2016.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>1. BELTRAMELLI NETO, Silvio. Curso de direitos humanos. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>2. SCARANO, Renan Costa Valle; DORETO, Daniella Tech. Direitos humanos e diversidade. São Paulo: SAGAH, 2018.</p> <p>3. BRANDÃO, Cláudio. Direitos humanos e fundamentais em perspectiva. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>4. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p>		

Bloco: 8	Disciplina:	Carga Horária: 60h
<b>Ementa: ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA</b>		
Técnicas e estratégias de leitura de textos em língua inglesa e compreensão de estruturas linguísticas básicas com vistas ao desenvolvimento de habilidades interculturais.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>1. NASH, G. M.; FERREIRA, W. R. Real English. Vocabulário, gramática e funções a partir de textos em inglês. Barueri, SP: Disal, 2010.</p> <p>2. PASSWORD – English Dictionary for Speakers of Portuguese. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2013.</p> <p>3. SOUZA, A. G. F. et al. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. 2ª edição atualizada. Barueri, SP: DISAL, 2010.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>1. CIRANDA CULTURAL. Dicionário Escolar Português-Inglês/ Inglês-Português. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.</p> <p>2. LOPES, M. C. (coord.) Dicionário da Língua Inglesa. Inglês-Português, Português-Inglês. São Paulo: Rideel/Bicho Esperto, 2015.</p> <p>3. MORAES, R. De C. B. T. de. Ler para compreender textos em inglês: algumas estratégias. São Carlos, SP: UAB-UFSCar, 2014.</p> <p>4. THOMPSON, M. A. Inglês instrumental: estratégias de leitura para informática e internet. São Paulo: Érica, 2016.</p> <p>5. TORRES, N. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>		

Bloco: 8	Disciplina:	Carga Horária: 60h
<b>Ementa: TEORIAS DA APRENDIZAGEM</b>		
Fundamentos teóricos, características e análise crítica das teorias da aprendizagem. A relação entre aprendizagem e desenvolvimento. O desenvolvimento das funções psíquicas superiores. A perspectiva sócio-histórica e suas implicações na compreensão dos processos de aprendizagem. O contexto escolar como espaço de aprendizagem e desenvolvimento humano.		

<b>Bibliografia Básica:</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. BOCK, A. M. B. <i>Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia</i>. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.</li> <li>2. HILGARD, E.R. <i>Teorias de aprendizagem</i>. São Paulo: Ed. Herder., 1969.</li> <li>3. MALUF, M.I. <i>Aprendizagem: tramas do conhecimento do saber e da subjetividade</i>. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.</li> </ol>
<b>Bibliografia Complementar:</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. MORIN, E. <i>Os sete saberes necessários à educação do futuro</i>. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.</li> <li>2. PERRENOUD, P. <i>As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação</i>. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.</li> <li>3. DIDONET, V. <i>FUNDEB: Dilemas e Perspectivas</i>. Brasília: edição independente, 2001.</li> <li>4. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). <i>Políticas Públicas e Educação Básica</i>. São Paulo: Xamã, 2001.</li> <li>5. GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (orgs.). <i>Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil</i>. Petrópolis: Vozes, 2003.</li> </ol>

<b>Bloco: 8</b>	<b>Disciplina: Física para o Ensino Médio</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Teoria e Prática do Ensino de Física no Ensino Médio. A Física como Ciência Experimental. Evolução e Importância da Química. Física Elementar. Cinemática. Força e Movimento. Energia e Potência. Introdução e Aplicações da Física Moderna. Termometria e Termodinâmica. Óptica. Eletricidade e Eletrostática. Teoria da Relatividade. Teoria Quântica. Particular Elementares.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). <b>Física</b>. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 3.</li> <li>2. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). <b>Física</b>. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 4.</li> <li>3. TIPLER, P. A.; MOSCA, G. (Colab.) <b>Física</b>. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. Vol. 1.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. BORJORNO, J. R.; BORJORNO, R. F. S. A. (Coord.). <b>Física</b>. São Paulo: FTD, s.d.</li> <li>2. NUSSENZVEIG, H. M. <b>Curso de física básica</b>. São Paulo: Edgard Blücher, 1981. Vol. 1.</li> <li>3. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). <b>Física</b>. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 1.</li> <li>4. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). <b>Física</b>. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 2.</li> <li>5. SCHAUUM, D. <b>Física geral</b>. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979. 430p.</li> </ol>		

<b>Bloco: 8</b>	<b>Disciplina: Educação e Cultura Popular</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Educação Escolar e Não Escolar: os espaços de Educação. Educação de qualidade e a qualidade da educação das classes populares. Relação entre a ausência de Educação e crescimento das desigualdades sociais. Educação e Cultura Popular e Movimentos Sociais. A luta pela Educação no Brasil. A luta pelo direito da educação no campo.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. BRANDÃO, C.R. <b>O que é Educação Popular</b>. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).</li> <li>2. OLIVEIRA, A.C. <b>Educação Popular: Prática Plural</b>. São Paulo: Nova, 2000.</li> <li>3. PALUDO, C. <b>Educação Popular: em busca de alternativas</b>. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.</li> </ol>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ALMEIDA, A.W.B. A segurança e o Revigoramento do Poder Regional. <b>Reforma Agrária</b>, Campinas, vol.11, n. 02, março/abril, 1981, p. 4-41.</li> <li>2. ARROYO, M.G. (Org.). <b>Da Escola Carente à Escola Possível</b>. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.</li> <li>3. AYALA, M.I.N.; AYALA, M. <b>A cultura popular no Brasil</b>. 2.ed. São Paulo: Ática, 1995.</li> <li>4. FREIRE, P. <b>Pedagogia do Oprimido</b>. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.</li> <li>5. MARTINS, José de Souza. <b>A militarização da questão agrária no Brasil</b>. Petrópolis: Vozes, 1984.</li> </ol>		

<b>Bloco: 8</b>	<b>Disciplina: Sociologia Rural</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Objeto da sociologia rural, contexto histórico e principais abordagens. As relações entre o rural e o urbano. Capitalismo e agricultura. Relações de trabalho no campo. Histórico da questão agrária, agrícola e social		

no Brasil. Estrutura fundiária e estrutura de classes. Os movimentos sociais no campo. Agricultura familiar. Novas ruralidades e a reconstrução dos espaços rurais.
<b>Bibliografia Básica:</b>
1. FREYRE, G. <b>Sobrados e mucambos</b> : decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 891 p.
2. FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). <b>Desenvolvimento rural</b> : tendências e debates contemporâneos. Ijuí: UNIJUÍ, 2006. 192 p.
3. MARTINS, J. S. (Org.). <b>Introdução crítica à sociologia rural</b> . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 224 p.
<b>Bibliografia Complementar:</b>
1. ABRAMOVAY, R. <b>Paradigmas do capitalismo agrário em questão</b> . São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec/ANPOCS/ UNICAMP, 1992. 275 p.
2. CAVALCANTI, C. (Org.). <b>Desenvolvimento e natureza</b> : estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.
3. DEMO, P. <b>Introdução a sociologia</b> : complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2010. 382 p.
4. DUARTE, R. <b>Emprego rural e migração na América Latina</b> . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1986. 204 p.
5. VEIGA, J. E. <b>Cidades imaginárias</b> : o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados. 2002. 304 p.

<b>Bloco: 8</b>	<b>Disciplina: Educação, Estado e Direitos Humanos</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Teorias Políticas do Estado. As circunstâncias da Modernidade. Os direitos fundamentais do homem. Os direitos humanos no plano das relações internacionais. Educação, Estado e Direitos humanos no Brasil. Educação no Campo enquanto direito humano fundamental.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. ADORNO, T. W. <b>Educação e emancipação</b> . 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 190 p.		
2. GOERGEN, P. <b>Pós-modernidade, ética e educação</b> . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 95 p.		
3. SAVIANI, D. <b>Escola e democracia</b> . 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995. 104 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Colab.). <b>Juventude, juventudes</b> : o que une e o que separa. Brasília: UNESCO, 2006. 744 p.		
2. BOBBIO, N. <b>Estado, governo, sociedade</b> : para uma teoria geral da política. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 173 p.		
3. CRANSTON, M. <b>Que são os direitos humanos?</b> São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979. 173 p.		
4. DEMO, P. <b>Política social, educação e cidadania</b> . 2. ed. Campinas: Papirus, 1996. 124 p.		
5. MARX, K.; ENGELS, F. (Colab.). <b>Manifesto do partido comunista</b> . São Paulo: Global, 2006. 123 p.		

<b>Bloco: 8</b>	<b>Disciplina: Informática na Educação</b>	<b>Carga Horária: 60h</b>
<b>Ementa:</b>		
Importância da informática na educação. Utilização da Informática na Escola. A utilização de aplicativos e base de dados para pesquisa e ensino em Educação e Ciências. Ambientes de Aprendizagem Informatizados.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
1. BARRETO, R. G. (Coord.). <b>Educação e tecnologia (1996-2002)</b> . Brasília: MEC, 2006. (Série Estado do Conhecimento, 9)		
2. NORTON, P. <b>Introdução à informática</b> . São Paulo: Pearson Makron Books, 1996. 619 p.		
3. SANMYA, F. T. <b>Informática na educação</b> : novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade. São Paulo: Érica, 2002. 143 p.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
1. COSTA, R. M. E. M. A nova demanda das licenciaturas: informática 10 na educação. In: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA, 1999, Rio de Janeiro. <b>Anais...</b> Rio de Janeiro: SBC, 1999. p 645-654.		
2. LUCENA, C.; FUKS, H. <b>A educação na era da internet</b> . Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000. 160 p.		
3. PAPERT, S. <b>LOGO</b> : computadores e educação. São Paulo: Brasiliense, 1988.		

4. SANCHO. J. (Org.). **Para uma tecnologia educacional**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
5. TAJRA, S. F. **Projeto em sala de aula: Windows 98, Word 97 e Excel 97**, São Paulo, Editora Érica, 2001.

## **8. REQUISITOS LEGAIS**

### **8.1 Prática como componente curricular**

A Prática como Componente Curricular (PCC) no curso de Ciências da Natureza e Sociais e suas Tecnologias é um eixo fundamental na formação docente, integrando teoria e prática desde o primeiro até o último período. Conforme a Resolução CNE/CP nº 4/2024, a PCC deve totalizar pelo menos 400 horas, distribuídas de forma progressiva e articulada com os demais componentes do currículo. Desde o início, os licenciandos vivenciam atividades como observação em escolas, participação em projetos de extensão e análises de contextos educacionais, desenvolvendo habilidades reflexivas e pedagógicas, articuladas às diferentes áreas de conhecimento e integrando-se aos componentes curriculares teóricos e metodológicos.

Ao longo do curso, essas práticas se ampliam, incorporando metodologias ativas, tecnologias educacionais e abordagens inclusivas, sempre em diálogo com as demandas regionais e socioculturais. Nos períodos finais, a PCC atinge seu ápice com a residência docente e os estágios supervisionados, onde os futuros professores consolidam sua autonomia e repertório didático. Essa estrutura garante uma formação interdisciplinar e coerente, preparando os licenciandos para os desafios da educação básica, com capacidade de articular conhecimentos científicos, pedagógicos e sociais em sua prática profissional.

Essa abordagem fortalece o compromisso institucional com a formação de professores capazes de responder aos desafios contemporâneos da educação básica, articulando saberes científicos, pedagógicos e socioculturais em sua atuação profissional. Dessa forma, a PCC não apenas cumpre exigências legais, mas também fortalece o compromisso do curso com uma docência crítica, inovadora e contextualizada.

### **8.2 O estágio supervisionado obrigatório**

O estágio curricular supervisionado, definido por Lei, deve ser realizado na escola de Educação Básica, mais propriamente, nas que desenvolvam atividades de

Ensino Fundamental e Ensino Médio, respeitando-se o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tal qual expresso no Art. 211 da Constituição Federal.

Consoante o Art.13, § 5º, inciso I, da Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, I - ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso.

A prática como estágio supervisionado é componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais das mais variadas unidades escolares dos sistemas de ensino, supondo uma relação pedagógica entre um profissional já reconhecido em um ambiente institucional e um aluno estagiário.

Sobre isso, é importante ressaltar que o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino-aprendizagem que tornar-se-á concreto e autônomo quando da formação deste estagiário.

A operacionalização do Estágio Curricular Supervisionado, toma, ainda, como base a Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, que aponta para a necessidade de que a carga horária dedicada a essa atividade não seja inferior a 400 (quatrocentas) horas. Em nossa proposta, atentando para a indispensabilidade de adequação ao sistema de computo de horas-atividades da Universidade, subdividimos a carga horária total em quatro etapas, totalizando 405 (quatrocentas e cinco horas).

Considerando as diretrizes curriculares nacionais o estágio supervisionado deverá ocorrer desde o início do curso, considerando uma progressão cuidadosa das atividades desenvolvidas, iniciando com atividades de observação acompanhadas de protocolos claros e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assuma ações docentes conforme preconiza a Resolução nº 04 de 29 de maio de 2024).

Nessa perspectiva a organização dos estágios no âmbito do curso corresponde a três ciclos bem definidos em (oito) componentes curriculares. Ao passarem pelas diferentes etapas, espera-se que os/as estudantes desenvolvam diferentes habilidades/experiências, como a seguir estão descritas:

**I - Ciclo básico** (compreende os componentes curriculares Estágio Supervisionado I ( 15h), II (30h) e III (60h) totalizando – 105 horas): consistem em atividades que possibilitem a introdução de estudo de referenciais teóricos importantes

para a compreensão da cultura e das geografias escolares e do fazer docente, aproximação com o ambiente escolar da educação básica, estudo de seu Projeto Político Pedagógico e do regimento interno, refletindo sobre os processos de elaboração desses documentos; discussão sobre o funcionamento de órgãos e instâncias organizacionais da escola, a exemplo de colegiados, conselhos de classe, atividades complementares de planejamento; observação participante de atividades desenvolvidas no ambiente escolar (aulas, projetos, planejamentos, eventos e natureza diversa, dentre outros).

**II - Ciclo intermediário** (integra os componentes curriculares dos Estágio Supervisionado IV, V, VI e VII, cada um com 60h, totalizando 240 horas): compreende atividades de vivência na lócus profissional que fomentem o protagonismo dos licenciandos, incentivando sua participação ativa em interações com a instituição de Educação Básica; requer a elaboração de projeto de intervenção pedagógica, a ser desenvolvido nas escolas, elaboração de planos de aula e/ou atividades didático-pedagógicas, produção de materiais didáticos para o trabalho em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, considerando as disposições da Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada modalidade da educação e a organização dos itinerários formativos das escolas, e regência pedagógica, privilegiando a atuação em diferentes etapas (Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a pluralidade de modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação a Distância).

**III - Ciclo final** (componente curricular Estágio Supervisionado VIII realizado no ultimo período do curso com carga horária de 60 horas): compreende atividades de sistematização e compartilhamento das experiências vivenciadas nas etapas anteriores, de modo a reconstruir os percursos vividos e a refletir sobre os impactos do vivido na formação e no fazer docente. Trata-se de uma atividade de escritura e se constituir fundamentalmente pela produção de relatório das experiências de estágio contando com a mediação e orientação docente.

### **3 Trabalho de conclusão de curso**

Para a obtenção do título de Licenciado(a) em Ciências da Natureza e suas Tecnologias será exigida a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Este se constituirá no desenvolvimento de artigo que será avaliado em sessão pública por uma comissão examinadora composta por três docentes, sendo o orientador o presidente. Será considerado aprovado o candidato com média igual ou superior a 7,0 (sete), computadas as notas dos membros da comissão examinadora.

O aluno deverá eleger uma linha de pesquisa dentre as propostas pelos professores e escrever seu projeto durante o 7º período do curso, devendo matricular-se na disciplina TCC I. No 8º período, o aluno deverá entregar as versões solicitadas de seu artigo e participar da defesa oral pública de seu trabalho – atividades da disciplina TCC II.

Importa mencionar que o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso está regulamento (ANEXO II) e será aprovado posteriormente pelo Colegiado de Curso e pela CAMEN.

#### **8.4 Atividade Curricular Complementar**

As atividades complementares fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, e, entre a pesquisa básica e a aplicada. Estas atividades incluem um conjunto de vivências acadêmicas previstas pela IES para a integralização do curso. Como atividades acadêmicas consideram-se aquelas relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos.

As atividades complementares de aprofundamento em áreas específicas de interesse do PRILEI devem perfazer 200 horas e são de natureza acadêmico-científico-culturais. A UFPI, visando organizar a realização e o registro dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº 9.394/1996, incluiu na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Seção VI, disposições sobre as atividades complementares em seus cursos de graduação.

São consideradas atividades integrantes da formação do aluno de Licenciatura em Ciências da Natureza e suas Tecnologias - PRILEI, além das disciplinas e do estágio supervisionado, participação em: eventos, discussões temáticas, projetos de pesquisa e extensão, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do

Curso e previstas na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e no Anexo III deste PPC. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados. Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – realizadas a partir do ingresso do aluno no Curso;

II – compatíveis com o PPC do PRILEI;

III – variadas em pelo menos duas categorias entre os critérios estabelecidos no Anexo III deste PPC.

No calendário acadêmico é estipulado o período para solicitação de registro de atividades complementares de graduação junto à Coordenação do Curso. Cabe ao Coordenador avaliar o desempenho do aluno nas atividades complementares de graduação, de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico, emitindo a decisão do deferimento ou não.

Os casos de alunos ingressos no curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares de graduação, serão avaliados pela coordenação do curso, que poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem. Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pelo PRILEI. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à PREG para serem homologados pela CAMEN e CEPEX.

Para a integralização do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, o discente deverá apresentar certificados de 200h de Atividades Complementares, desenvolvidas durante o período do Curso, nas diversas modalidades disponibilizadas, até o último semestre, e constando no histórico escolar. Serão consideradas como atividades acadêmico-científico-culturais, em suas devidas categorias e pontuações o que se expõe nas dez tabelas de Atividades Complementares (AC) seguintes, delineadas por categoria, conforme a Resolução CEPEX-UFPI n.177/12.

A UFPI, visando organizar a realização e o compute dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aprovou, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão,

a Resolução 177/12, que dispõe, dentre outras coisas, sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades complementares) em seus cursos de Graduação.

Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Serem realizadas a partir do primeiro semestre;
- II – Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza;
- III – Serem compatíveis com o período cursado pelo aluno ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;
- IV – Serem realizadas durante a realização do Curso e/ ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas, bem como no período de matrícula institucional;
- V – Serem integralizadas até o período anterior ao período de conclusão do curso.

O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de integralização de Atividades Complementares de Graduação junto à coordenação do curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno. O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de registro de Atividades Complementares de Graduação junto às Coordenações de Curso, a cada período letivo.

A Coordenação do Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório estipulando a carga horária a ser aproveitada conforme Tabela 2, e fará registro no sistema acadêmico de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico ou encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para as providências cabíveis quando o sistema estiver indisponível.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação para serem homologados pela Câmara de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX.

Tabela 2 - Quadro de atividades Complementares

ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA CADA ATIVIDADE		
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO

		(C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Ensino	Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
2 Iniciação a pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais PIBIT, PIBIC	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
3 Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI.	30(trinta) horas	60(sessenta) horas
TOTAL			60
<b>Certificação:</b> Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

**ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60 (sessenta) horas
2 Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60(sessenta) horas
3 Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	01(um) hora	60(sessenta) horas
TOTAL			60

**Certificação:** Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.

**EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Docente	Experiência profissional como docente por um período mínimo de um semestre;	30(trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			120

**Certificação:** Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

**ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Projeto de extensão com bolsa.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Projeto de extensão voluntário.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 06 a 20 h.	30 (trinta) horas	30 (sessenta) horas
TOTAL			90

**Certificação:** Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

**TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Publicações em anais de eventos locais e/ ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
3 Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas

TOTAL

90

**Certificação:** Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

**VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Representação estudantil.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil.</li> <li>Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil</li> </ul>	10 (dez) horas	40 (quarenta) horas

TOTAL

40

**Certificação:** Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

**ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos	Premiação recebida em evento artístico culturais, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação de concursos públicos na área de Ciências Humanas e Sociais	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas

TOTAL

90

**Certificação:** Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

**DISCIPLINA ELETIVA INTEGRALIZADA EM OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES**

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima

1 Disciplina Eletiva	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			60
<b>Certificação:</b> Histórico Escolar.			
<b>ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES</b>			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Estágios não obrigatório	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 20 horas para o aluno.	30 (trinta) horas	90 (noventa) horas
TOTAL			90
<b>Certificação:</b> Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
<b>VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES</b>			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovada por um prof. responsável, consultado previamente.	01 (uma) hora	10 (dez) horas
TOTAL			10
<b>Certificação:</b> Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Essas atividades, quando desenvolvidas pelo aluno, serão integralizadas ao currículo a cada bloco de 15 horas, que corresponde a um (01) crédito acadêmico, até o limite mínimo de 08 (oito) créditos para os cursos de graduação, bacharelado, e o limite mínimo de 200 horas para os cursos de graduação, licenciatura; atendendo ao que dispõe a Resolução N° 177/12 (CEPEX/UFPI) que também versa sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais.

### 8.5 Atividades Curriculares de Extensão

O Capítulo VI do Regimento Geral da UFPI, em seu Artigo 123, define que a “extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável [que] viabiliza a integração da Universidade com setores da comunidade local ou regional” (UFPI, 1999).

A Atividade de Extensão compreende um conjunto de ações interdisciplinares educativas, culturais, científicas e de intervenção social envolvendo os discentes na universidade e em diversos setores da sociedade. Está previsto no Programa Nacional

de Educação (PNE) 2014-2024, bem como na Resolução nº 07 do CNE/CES, 2018, o mínimo de 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares dos cursos de graduação em atividades de extensão, por meio de programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; e prestação de serviços em áreas sociais pertinentes.

No Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) serão realizadas conforme as normatizações do Conselho Nacional de Educação e da UFPI, que compreende:

Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Art. 3º Resolução 07 - CNE/CES, 2018).

Ainda, segundo a referida Resolução, são consideradas atividades de extensão as Intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da citada Resolução, e conforme normas institucionais próprias (Art. 7, Resolução CNE/CES, 2018).

Ressalte-se que as Atividades Curriculares de Extensão enquanto componentes curriculares obrigatórios são relevantes no processo de formação acadêmica por promoverem qualidade na formação integral dos estudantes universitários e possibilitar a formação de sujeitos críticos e responsáveis na sociedade.

Diante disso, a Universidade Federal do Piauí – UFPI aprovou a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição. De acordo com a mencionada Resolução, as Atividades Curriculares de Extensão – ACE objetivam:

- Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para cidadania e o seu papel social;

- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedades;
- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

O Projeto Pedagógico do Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI/UFPI, com o intuito de atender o que é imposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e na Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI, destina a carga horária de 000 horas para a realização das Atividades Curriculares de Extensão – ACE. Tal carga horária compreende 10% da carga horária total do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais - PRILEI, conforme Matriz Curricular exposta neste PCC.

Vale ressaltar que as atividades de extensão para serem integralizadas como componentes curriculares obrigatórios (ACEs) deverão ter os estudantes como executores das ações a serem realizadas presencialmente, diferindo assim das atividades de extensão a serem integralizadas como "atividade complementar" que pode ter o aluno como público e ser realizada na modalidade à distância.

A regulamentação das ACEs para o Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais - PRILEI será melhor descrita no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão, em anexo IV.

Neste PPC, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) são definidas como componentes curriculares, ofertados em forma de disciplina na matriz curricular dada a especificidade do PRILEI, abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam às políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

Desse modo, o quadro a seguir, demonstra os eixos temáticos das ACE semestrais, constitui-se como referência para o curso Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais e - PRILEI. Para sua formulação, baseamo-nos nos temas contemporâneos transversais, buscando trazer discussões que sejam de interesse dos estudantes e relevantes para sua formação.

## **9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM**

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso, auxiliada pelos professores do Curso, notadamente por meio de ações que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias e contribuirá para sua permanência no curso.

### **9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais**

No âmbito da UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que através de sua Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM, gerencia as ações de política de Assistência Social à Comunidade Universitária, oferecendo, inclusive ao apoio psicopedagógico. Esta Pró-reitoria dispõe de um Serviço Psicossocial, formado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFPI que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.,

A PRAEC ainda supervisiona a concessão de benefícios de permanência (bolsas e auxílios) exclusivamente oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como: a Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), a Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), o Auxílio Creche (AC), a Residência Universitária (REU) e o Auxílio Residência (AR) para alunos dos Campi do interior.

Além disso, a UFPI tem seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente aos alunos deficientes. Há ainda ao incentivo a participação em programas que oferecem bolsas como o Programa de Monitoria, do PIBID e PIBIC.

Há de mencionar também que a UFPI desenvolve um trabalho com alunos do público da Educação Especial pautado pela Resolução no76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente a eles, tendo, inclusive, um Núcleo de

Acessibilidade (NAU), instituído desde 2014. A UFPI promove a divulgação de trabalhos e produção dos alunos a partir de eventos como Seminários, Simpósios e Congressos. Todo o trabalho acadêmico desenvolvido na instituição é feito a partir do SIGAA, o qual permite o acesso de professores, alunos e técnicos administrativos. Na página inicial são divulgadas para a sociedade informações relevantes acerca de ações, programas, projetos e eventos abertos ao público externo.

.

## 9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) representam, no cenário educacional contemporâneo, um componente estratégico para a inovação pedagógica e a ampliação das oportunidades de aprendizagem. Mais do que recursos técnicos, as TIC configuram-se como ferramentas culturais e cognitivas que, quando mediadas de forma intencional, favorecem a construção do conhecimento, a interação social e o desenvolvimento de competências para o século XXI (Kenski, 2012).

No contexto da formação inicial de professores, a *Resolução CNE/CP nº 4/2024* enfatiza a necessidade de integrar as TIC de forma transversal, garantindo que o licenciando vivencie situações em que essas tecnologias estejam articuladas ao planejamento, à execução e à avaliação de práticas pedagógicas. Essa integração não se restringe ao uso instrumental de ferramentas, mas envolve a apropriação crítica e criativa dos recursos digitais para responder às demandas complexas da educação básica (Brasil, 2024).

De acordo com Moran (2015), as TIC oferecem múltiplas linguagens — textual, visual, sonora e interativa —, possibilitando a diversificação das estratégias de ensino e favorecendo aprendizagens mais significativas. Plataformas virtuais, aplicativos colaborativos e ambientes de gamificação, quando utilizados de forma planejada, ampliam o engajamento dos estudantes e estimulam a produção coletiva de conhecimento.

Em virtude disso, os docentes irão fazer o uso das TIC como forma de potencializar os processos de produção do conhecimento, utilizando-se de práticas de aprendizagem ativa e colaborativa, que possam ampliar as experiências formativas vivenciadas nas atividades presenciais. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), fóruns de discussão, videoconferências e entre outras atividades digitais permitem a

construção de comunidades de aprendizagem que transcendem os limites físicos da sala de aula, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da resolução de problemas (Valente, 2018).

Outro aspecto relevante é o papel das TIC na promoção da inclusão educacional. Recursos como leitores de tela, legendas automáticas e aplicativos de tradução contribuem para que estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas tenham maior autonomia, alinhando-se à perspectiva de uma educação para todos defendida pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e pelas diretrizes da educação inclusiva (Brasil, 2008).

As TIC poderão ser utilizadas também como um suporte valioso para práticas de avaliação formativa. Sistemas de gerenciamento de aprendizagem e ferramentas de feedback em tempo real permitem ao professor monitorar o progresso dos estudantes e intervir de forma mais personalizada, reforçando o vínculo entre ensino e aprendizagem (Bacich; Moran, 2018).

No entanto, o uso das TIC deve estar pautado por uma ética digital que contemple questões como privacidade de dados, direitos autorais e combate a discursos discriminatórios. Cabe ao professor assumir um papel formativo também nesse campo, preparando os estudantes para o uso responsável e crítico das tecnologias.

Assim, a inserção das TIC como apoio à aprendizagem reforça o compromisso do curso com a formação de docentes inovadores, críticos e inclusivos. Ao articular tecnologias, metodologias e objetivos pedagógicos, o licenciando estará preparado para atuar de forma integrada à cultura digital, contribuindo para a qualidade social da educação básica e para a formação de cidadãos plenos na sociedade em rede.

Nesta perspectiva, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) serão utilizadas durante o curso como aliadas dos docentes, potencializando as atividades presenciais e promovendo uma imersão mais crítica na realidade escolar. Ao integrar ferramentas digitais de forma estratégica, os professores podem transformar suas aulas presenciais em espaços mais dinâmicos e significativos, utilizando recursos multimídia como vídeos, infográficos e simulações que tornam conceitos abstratos mais tangíveis. Metodologias como a sala de aula invertida e a gamificação permitem otimizar o tempo em classe, focando em debates profundos e atividades colaborativas que estimulam o pensamento crítico.

Além disso, as TIC facilitam uma imersão no contexto escolar, oferecendo aos docentes ferramentas para analisar dados educacionais, compreender o perfil da comunidade e identificar desafios específicos. Plataformas colaborativas criam redes de compartilhamento de experiências pedagógicas, enquanto tecnologias imersivas como realidade virtual possibilitam trazer para a sala de aula contextos históricos e sociais de forma vivencial. No entanto, esse uso deve ser sempre mediado por uma reflexão crítica, considerando questões éticas e o contexto real da escola, para que as tecnologias não se tornem meros recursos técnicos, mas sim ferramentas de transformação pedagógica e social.

Dessa forma, as TIC serão integradas às atividades do Curso com propósito pedagógico claro, possibilitando tanto o enriquecimento do ensino presencial, quando uma aproximação dos futuros docentes à complexidade do ambiente escolar, permitindo uma atuação mais consciente, contextualizada e transformadora, essencial para a formação de cidadãos críticos na sociedade contemporânea.

### **9.3 Ingresso e Permanência**

O ingresso no curso ocorrerá em consonância com as normativas vigentes do Ministério da Educação (MEC), com o Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e com o sistema de reserva de vagas, estabelecido pela Lei nº 12.711/2012 e suas alterações. O sistema de ações afirmativas contempla subgrupos definidos por critérios de renda, etnia (pretos, pardos, indígenas e quilombolas), pessoa com deficiência e origem escolar, seja integralmente em escola pública ou em escola comunitária, assegurando a democratização do acesso ao ensino superior.

No âmbito deste projeto, serão contemplados dois perfis principais de público-alvo, alinhando-se ao princípio da Resolução CNE/CP nº 4/2024 que garante que a formação inicial de professores atenda tanto à demanda por novos docentes quanto à qualificação de profissionais já em exercício. No caso deste projeto, a seleção dos estudantes seguirá dois perfis de público-alvo:

- Docentes das Redes de Ensino para Segunda Licenciatura - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.

- Análise documental e comprovação de atuação/perfil conforme especificações do edital.
- Comunidade em Geral - estudantes que concluíram o Ensino Médio - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.
- Seleção pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme prevê a Portaria MEC nº 391/2002.
- Serão consideradas as notas dos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025).
- O candidato poderá indicar, no momento da inscrição, o ano de sua nota do ENEM que deseja que seja utilizado no processo seletivo.

O primeiro perfil corresponde a docentes das redes de ensino que buscam uma segunda habilitação, com ingresso mediante edital específico, incluindo análise documental e comprovação de atuação profissional conforme as exigências estabelecidas. O segundo perfil destina-se à comunidade em geral, formada por candidatos que tenham concluído o Ensino Médio. Para este grupo, a seleção será realizada via edital próprio, utilizando-se das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme previsto na Portaria MEC nº 391/2002. Serão aceitas as notas obtidas nos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025), ficando a critério do candidato a escolha do ano a ser considerado.

A permanência dos estudantes é tratada como compromisso estruturante da proposta formativa, em consonância com as diretrizes da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que orientam para a criação de condições que assegurem a integralidade da formação e a equidade de oportunidades. Nesse sentido, a UFPI desenvolve políticas articuladas de apoio acadêmico, pedagógico, psicológico e socioeconômico, oferecendo auxílios financeiros, bolsas de iniciação científica, monitoria, extensão e apoio à participação em eventos acadêmicos, de forma a reduzir desigualdades e prevenir a evasão.

Também são implementadas estratégias de acompanhamento pedagógico contínuo, como atendimento individualizado, atividades de nivelamento e reforço acadêmico, além da integração com o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica, voltado ao desenvolvimento de competências essenciais à prática docente, como leitura, interpretação e produção textual. Essas ações dialogam diretamente com a

orientação da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que estabelece a articulação entre teoria e prática e a valorização de experiências formativas diversificadas.

Adicionalmente, a política institucional assegura a inclusão e a acessibilidade, em conformidade com a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019, garantindo recursos, adaptações e formações específicas para atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Essa abordagem reafirma o compromisso com a formação de professores capazes de atuar em contextos heterogêneos e de promover uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Assim, as políticas de ingresso e permanência do curso não apenas asseguram o acesso democrático e inclusivo, mas também criam condições concretas para a permanência e o sucesso acadêmico, em estreita consonância com os princípios da Resolução CNE/CP nº 4/2024. Com isso, contribuem para a formação de profissionais reflexivos, críticos e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes da educação básica.

## **10 ESPECIFICIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA**

### **10.1 Articulação com a Pós-Graduação**

A articulação entre a formação inicial e a pós-graduação constitui um eixo estratégico da proposta deste curso, reforçando o compromisso da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com a verticalização da educação superior e a construção de uma trajetória acadêmica integrada, com a consolidação de uma cultura acadêmica que favoreça a continuidade dos estudos e a produção de conhecimento.

Essa conexão visa estimular a continuidade dos estudos em níveis mais avançados, promovendo uma cultura de pesquisa e inovação desde a graduação. Por meio de projetos conjuntos, orientações compartilhadas e acesso a grupos de pesquisa, os discentes são incentivados a explorar temas de interesse científico ainda durante a licenciatura, facilitando sua transição para programas de mestrado e doutorado. Essa perspectiva não apenas qualifica a formação inicial, mas também

fortalece a produção de conhecimento na área, alinhando-se às demandas sociais e educacionais do Piauí e do Brasil.

Dessa forma, a UFPI consolida seu papel como instituição promotora de uma educação superior articulada, capaz de formar professores-pesquisadores comprometidos com o avanço das Ciências da Natureza em suas dimensões teóricas e práticas.

Em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI nº 189/2007, que regulamenta a oferta dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na instituição, esta articulação busca integrar a graduação aos programas de mestrado e doutorado já existentes, ampliando as possibilidades de inserção dos egressos em percursos formativos avançados.

Essa integração se concretiza por meio da participação dos discentes em grupos e linhas de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-graduação em Agronomia e Fitotecnia, Programa de Pós-graduação em Zootecnia, desenvolvido no campus de Bom Jesus, bem como, com os Programas de Pós-Graduação nas áreas de Física, Química e Biologia, implementados no Campus de Teresina. Tais programas oferecem linhas de pesquisa diretamente relacionadas às áreas de atuação do curso, como formação de professores, práticas pedagógicas inovadoras, educação e diversidade, políticas educacionais, linguagens e tecnologias, favorecendo a inserção dos licenciandos em contextos acadêmicos de alta qualificação.

A aproximação é fortalecida por ações conjuntas, como a realização de seminários integrados, ciclos de debates, oficinas metodológicas e participação em projetos de pesquisa e extensão financiados por agências de fomento. Essas experiências promovem o contato com metodologias de investigação avançadas, estimulam a produção científica e ampliam as oportunidades de publicação e apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos de alcance nacional e internacional.

A interação entre docentes da graduação e da pós-graduação garante o alinhamento temático e metodológico entre disciplinas, estágios, práticas de ensino e projetos de pesquisa. Esse diálogo contribui para que os estudantes compreendam as demandas e requisitos da pós-graduação, tornando mais fluída sua transição para programas de mestrado e doutorado.

Assim, a articulação com a pós-graduação amplia as perspectivas acadêmicas e profissionais dos licenciados, fortalece a produção científica voltada às demandas da educação básica e contribui para a consolidação de uma rede acadêmica integrada, comprometida com a qualidade social da educação e com a inovação pedagógica.

## **11 INFRAESTRUTURA**

### **11.1.1 Recursos humanos**

Os aspectos inerentes aos recursos humanos são necessários para a infraestrutura do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, especialmente no contexto de programas como o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei).

### **11.1.2 Docentes**

Os docentes envolvidos nas ações educativas do curso deverão ter formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro professor. Considerando-se as peculiaridades regionais, os docentes deverão ser capazes de fornecer subsídios pedagógicos para associar os conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo.

Nesse caso, como se trata de um curso ofertando no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei), os professores que ministrarão as disciplinas de cada período serão selecionados professores por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os

mesmos critérios de seleção.

### **11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos**

Os cursos de Licenciatura pautados pela prática de em regime de alternância apresentam várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento diferenciado, se comparado aos cursos regulares ofertados normalmente. Portanto, considerando as especificidades do curso, serão necessários pelo menos dois técnicos para auxiliar a administração do curso, que será providenciado pela UFPI.

### **11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática**

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) assegura suporte logístico e financeiro para viabilizar as experiências práticas e intercâmbios de experiências, bem como, nas atividades do estágio supervisionado, da residência docente e atividades práticas externas previstas no curso, garantindo condições equitativas de aprendizagem e a formação integral dos estudantes.

No âmbito institucional, a universidade disponibiliza transporte próprio e estabelece parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para facilitar deslocamentos e apoio local.

Quanto aos recursos materiais, serão disponibilizados equipamentos e insumos necessários para a execução das atividades, tais como kits pedagógicos, material de registro (cadernos de campo, tablets, câmeras fotográficas), recursos audiovisuais e instrumentos específicos para as áreas de conhecimento abordadas nas práticas. Esses recursos visam possibilitar ao estudante a coleta, sistematização e análise de dados de forma qualificada e alinhada às exigências do projeto pedagógico do curso.

O planejamento dessas saídas contempla a utilização de transporte institucional, fornecido conforme a disponibilidade da frota e a programação de atividades acadêmicas, priorizando a segurança e o deslocamento coletivo. Além disso, quando necessário, serão firmadas parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para assegurar deslocamento e suporte local, ampliando a integração do curso com as redes de ensino e outras organizações vinculadas à formação docente.

No que se refere ao auxílio financeiro, a UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) e da Pró-Reitoria de Administração (PRAD), poderá disponibilizar apoio via editais específicos de auxílio para participação em atividades acadêmicas e de campo. Tais auxílios contemplam, entre outros aspectos, despesas com alimentação, hospedagem e material de consumo, garantindo equidade de participação entre os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica.

Os critérios de concessão do auxílio financeiro serão definidos em editais anuais ou semestrais, observando a disponibilidade orçamentária e priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme comprovação por meio de análise documental. Essa política busca minimizar barreiras econômicas que possam limitar a participação nas atividades de campo, assegurando que todos os discentes tenham acesso às experiências práticas essenciais para a consolidação da formação docente.

Além do apoio institucional, serão estimuladas parcerias com secretarias municipais e estaduais de educação, escolas-campo e demais entidades públicas e privadas, que poderão colaborar com recursos materiais, espaços físicos e apoio logístico para a realização das práticas. Essa articulação reforça a integração entre universidade e comunidade escolar, ampliando as possibilidades de vivência e aprendizagem dos licenciandos.

As saídas de campo e práticas externas serão planejadas com antecedência, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis no momento da execução. O acompanhamento e a avaliação dessas atividades serão incorporados aos relatórios acadêmicos do curso, permitindo a verificação da adequação e suficiência dos recursos e subsidiando melhorias para as próximas edições.

Dessa forma, a universidade reforça seu compromisso com uma formação docente de qualidade, assegurando que as práticas externas, indispensáveis à integração teoria e prática, sejam garantidas aos estudantes com equidade, inclusão e excelência acadêmica.

### **11.3 Espaço físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais**

O Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza apresenta as seguintes estruturas físicas disponíveis no CPCE - Bom Jesus:

**a) Sala de apoio educacional:** ambiente para atendimento pedagógico aos alunos e docentes da Licenciatura em Ciências da Natureza. É uma sala climatizada, com armário, computador e mesas, no qual a técnica-administrativa com nível superior em pedagogia realiza suas atividades.

**b) Sala de reunião:** ambiente amplo, climatizado, com mesa, cadeiras e equipamento para *web conferência*. Seu uso está condicionado à disponibilidade, visto que atende todo o *campus* e para obter acesso ao espaço se faz necessário o agendamento.

**c) Sala de professores:** o *campus* disponibiliza salas climatizadas para o trabalho docente. Nela encontram-se mesas e cadeiras além de *internet*. Ali os professores preparam suas aulas e atendem os alunos para esclarecimentos de dúvidas e orientação de trabalhos.

**d) Auditórios:** Os auditórios do *campus* têm capacidades distintas e são voltados para a realização de eventos, palestras, defesas de monografias e/ou apresentações de seminários, conforme descrito a seguir: 1) O Auditório Central conta com 250 assentos na plateia, 12 no palco e 5 espaços adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, distribuídos em uma área construída de 605,92 m<sup>2</sup>, possui sala multimídia, hall de entrada e banheiros masculino e feminino, ambos adaptados para acessibilidade; 2) · Salão Nobre possui capacidade para 100 lugares na plateia, 06 lugares no palco, além de um espaço reservado para cadeirantes, oferece condições adequadas de acústica e climatização, favorecendo a realização de treinamentos, debates e a disseminação de conhecimentos para a comunidade acadêmica do *campus*, instituições públicas e privadas, bem como para outros membros da sociedade que necessite utilizá-lo; 3) Auditório I possui capacidade para 85 lugares na plateia, 04 lugares no palco e 02 lugares para pessoas com deficiência física, possui conforto acústico e térmico, saída de emergência e equipamentos técnicos e multimídia, possibilitando a realização de videoconferências voltadas à comunidade acadêmica do CPCE, a instituições públicas e privadas, bem como a outros membros da sociedade que necessitem fazer uso do espaço; · Auditório II possui capacidade para 85 lugares na plateia, 04 lugares no palco e 02 lugares para pessoas com deficiência física, possui a mesma estrutura e atribuições do Auditório I.

**e) Salas de aula:** O *campus* dispõe de dois blocos de salas de aula, totalizando 41 salas, com capacidade média de 50 lugares cada. As salas de aula apresentam revestimento parcial em cerâmica, o que contribui para a facilidade de limpeza. Contam com iluminação apropriada e acústica satisfatória. Todas estão equipadas

com projetor multimídia, aparelhos de ar-condicionado, quadro acrílico, portas com visor de vidro, mesa de apoio e lixeira. Sua disponibilização é realizada mediante solicitação da Coordenação do Curso ao Setor de Patrimônio visto que o calendário do Curso é diferenciado dos demais que ocorrem no *campus*, necessitando da organização do Setor.

**f) IV. Sala de Videoconferência**

O Campus dispõe de uma sala climatizada, equipada com recursos específicos para videoconferências, possibilitando a realização de defesas de trabalhos de conclusão de curso com integrantes da banca de outras Instituições. O espaço também é utilizado para reuniões e demais atividades que demandam a presença remota de participantes externos.

**g) Laboratório de informática:** O CPCE dispõe de três laboratórios de informática, equipados com computadores conectados à internet e acessíveis a discentes e docentes que necessitam de recursos computacionais para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Além disso, oferece rede sem fio com acesso livre e gratuito.

**h) Laboratório multidisciplinar:** O *campus* dispõe de laboratórios destinados a atividades de ensino e pesquisa, atendendo aos cursos de graduação e pós-graduação, quadro 1. O uso desses espaços segue normas específicas de funcionamento e segurança. Além disso, conta com técnicos responsáveis pelo apoio às atividades, bem como pela manutenção dos equipamentos.

**Quadro 1.** Relação dos laboratórios que podem ser utilizados para o ensino de ciências no *Campus* Professora Cinobelina Elvas (CPCE).

UNIDADE	DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	TIPO	QUANTIDADE
<b>Bloco 102</b>	Laboratórios de Informática I	Laboratório de Ensino e Laboratório Aberto ao Público	2
	Laboratório de Botânica e Anatomia Vegetal	Laboratório de Ensino	1
<b>Bloco 104</b>	Laboratório de Zoologia	Laboratório de Ensino	1

Laboratório de Propagação de Plantas	Laboratório de Ensino	1
Laboratório de Química Geral e Analítica	Laboratório de Ensino	1
Laboratório de Geociências e Recursos Ambientais	Laboratório de Pesquisa	1
Laboratório de Proteção de Plantas	Laboratório de Pesquisa	1
Laboratório de Química Orgânica	Laboratório de Ensino	1
Laboratório de Microbiologia de Alimentos	Laboratório de Ensino	1
Microbiologia de Solos e Plantas	Laboratório de Ensino	1
Laboratório de Melhoramento Genético	Laboratório de Pesquisa	1
Laboratório de Fitotecnia	Laboratório de Ensino	1
Laboratório de Microscopia	Laboratório de Ensino	1
Laboratório de Melhoramento Genético	Laboratório de Ensino	1

	Laboratório de Informática II	Laboratório de Ensino e Pesquisa	1
<b>Anexo do Hospital Veterinário Universitário</b>	Laboratório de Anatomia Animal	Laboratórios de Ensino	2

**i) Fazenda Experimental:** O CPCE também possui Fazenda Experimental Alvorada do Gurgueia (FEAG), localizada no município de Alvorada do Gurgueia-PI. A FEAG está situada às margens da Rodovia Federal BR-135, está aproximadamente a 100 km da sede do Campus. A Fazenda conta com áreas pastagens, mata nativa e cultivos experimentais de espécies frutíferas, agrícolas e florestais. Possui também um setor de transporte, máquinas e implementos, como trator e motosserra, utilizados em aulas práticas, além de alojamentos, restaurante e equipe de apoio para manutenção das atividades e equipamentos.

**j) Restaurante universitário:** espaço destinado para a alimentação dos estudantes e servidores do CPCE. Serve almoço e jantar previamente planejados por nutricionistas, cujo cardápio é disponibilizado no local e também em redes sociais e na página oficial da Instituição.

#### **11.4 Biblioteca e Acervo**

A biblioteca do CPCE dispõe de acervo, composto por livros, periódicos, materiais digitais e bases de dados acadêmicas. Possui espaços de estudo em grupo e individual com acesso à internet, sala de vídeo com aparelho de televisão LCD de 46', banheiros masculino e feminino, espaço do acervo e salas administrativas. Além disso, promove serviços de empréstimo, consulta local e acesso remoto a conteúdos digitais, garantindo acesso à informação para toda a comunidade acadêmica.

#### **11.5 Condições de acessibilidade**

As condições de acessibilidade na Universidade Federal do Piauí (UFPI) são sustentadas por uma política institucional sólida, articulada por meio do Núcleo de Acessibilidade (NAU), órgão ligado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). Criado em 2014 e em atividade plena desde 2016, o NAU cumpre papel estratégico na implementação de uma cultura inclusiva, respondendo a normas como o Plano de Acessibilidade Institucional e regulamentos internos específicos.

No campo físico e arquitetônico, a universidade vem promovendo obras para eliminar barreiras. Os campi incluem rampas de acesso, sanitários adaptados e trajetos sinalizados para pessoas com deficiência visual, buscando garantir mobilidade e autonomia no ambiente universitário.

Em apoio direto ao estudante público-alvo da educação especial, o NAU coordena o Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI), instalado na Biblioteca Central. Ali, estão disponíveis tecnologias assistivas como leitores de tela (NVDA, DOSVOX), teclados adaptados, impressoras e acervo em braille, proporcionando condições reais de aprendizagem e permanência acadêmica na UFPI.

Para além dos recursos físicos, o NAU atua por meio de programas de apoio pedagógico e tecnológico. Editais como a Bolsa de Inclusão Social (BINCS) e o Auxílio Inclusão Digital oferecem suporte financeiro e disponibilizam kits com lupas, gravadores de voz e outros instrumentos que favorecem a inclusão do estudante no processo formativo.

Outro avanço institucional significativo é a Cartilha “Se Liga na Inclusão”, elaborada pelo NAU e PRAEC para orientar coordenadores, docentes e técnicos na implementação de práticas inclusivas. O documento fornece recomendações sobre produção de material acessível, audiodescrição, descrição de imagens e estratégias pedagógicas colaborativas, ampliando o entendimento institucional sobre acessibilidade.

Acrescenta-se ainda o caráter formativo e de sensibilização, com cursos como o “Promoção de Acessibilidade e Inclusão” destinados ao corpo docente e administrativo, bem como encontros e eventos como o “Dia D da Pessoa com Deficiência” e o “Encontro com Estudantes público-alvo da educação especial (PAEE)”, promovendo troca de experiências e fortalecimento institucional nessa área.

As normativas internas reforçam esse arcabouço: a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019 regulamenta o atendimento educacional especializado a estudantes com

deficiência na graduação; a Resolução CAD/UFPI nº 62/2022 aprova o estatuto do NAU; e há protocolos para a prestação de apoio através da documentação adequada e modalidades de tecnologia assistiva.

Em síntese, a UFPI constrói uma estrutura inclusiva robusta que passa pela infraestrutura adaptada, pelo apoio técnico e pedagógico, pela formação de servidores, pelo suporte financeiro e por orientações claras e acessíveis. Esse conjunto de ações assegura que ingressantes e concluintes possam exercer sua trajetória acadêmica com autonomia, respeito e igualdade real de oportunidades.

## **12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO**

A implantação dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI, será realizada em etapas articuladas, garantindo aderência às diretrizes do Edital nº 3/2025 e observando os prazos, procedimentos e metas institucionais.

O processo será conduzido em consonância com o Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI, que detalha as fases, períodos, ações e responsáveis.

A primeira etapa, de julho a agosto de 2025, corresponde à organização e submissão da proposta, envolvendo a constituição do Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente, a definição dos cursos e da justificativa baseada em diagnósticos territoriais e dados do Censo Escolar/INEP, a elaboração do PPC inicial alinhado à BNCC, às Diretrizes Curriculares Nacionais e à Política de Educação Integral, bem como o registro e submissão da proposta no SIMEC.

A segunda etapa, prevista para setembro a dezembro de 2025, refere-se aos ajustes pós-seleção e planejamento pedagógico. Nela será firmado o Termo de Execução Descentralizada (TED) com o MEC, concluída a elaboração final dos PPCs com incorporação de metodologias ativas, interdisciplinaridade e inserção de estágios desde o início do curso. Essa fase também incluirá a articulação formal com as redes municipais e estadual para definição dos polos de estágio e da Residência Docente, a ser implementada no último ano.

A terceira etapa, de outubro de 2025 a fevereiro de 2026, destina-se à preparação da infraestrutura e recursos humanos. Será realizada a adequação de

salas de aula e laboratórios, aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos, garantia de acessibilidade física, pedagógica e digital, publicação de editais para seleção de professores (com prioridade para docentes efetivos da UFPI) e capacitação das equipes envolvidas.

A quarta etapa, que ocorrerá entre janeiro e fevereiro de 2026, corresponde à mobilização e seleção de estudantes, com ampla campanha de divulgação, visitas às escolas, divulgação em redes sociais e meios de comunicação, inscrição e seleção de candidatos via SISU/ENEM ou edital específico, observando a legislação de cotas e garantindo a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

A quinta etapa marca o início das atividades acadêmicas em março de 2026, com a realização de aula inaugural, início das disciplinas e implementação das metodologias ativas e dos estágios supervisionados desde o primeiro semestre.

A sexta etapa, de março de 2026 a fevereiro de 2030, envolve o monitoramento e avaliação contínua, com acompanhamento semestral de indicadores como taxa de matrícula, evasão, conclusão, desempenho acadêmico, inserção profissional e impacto comunitário. Relatórios técnicos serão produzidos anualmente e apresentados ao MEC, bem como em eventos como o Congresso Nacional da Rede PRILEI.

Por fim, a sétima etapa, no ano de 2030, compreende o encerramento e avaliação final, com sistematização dos resultados alcançados, análise do impacto territorial e social, elaboração do relatório final e registro das boas práticas para subsidiar novas políticas de formação docente.

Este cronograma, descrito no Quadro de Acompanhamento, assegura a execução planejada das atividades, permitindo controle rigoroso das responsabilidades institucionais e garantindo que os objetivos do PRILEI sejam plenamente atingidos, com formação de professores qualificados, fortalecimento da educação integral e impacto positivo no desenvolvimento educacional do Piauí.

Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI

<b>Etapa</b>	<b>Período</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>
Organização e Submissão da Proposta	Jul/2025 – Ago/2025	Constituir comitê, definir cursos, elaborar justificativas e PPC inicial, alinhar com BNCC, DCNs e Educação Integral, inserir proposta no SIMEC.	PREG, CGRAD, CDAC, Direções de Centro/Campus, PROPLAN, STI

<b>Etapa</b>	<b>Período</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>
Ajustes Pós-Seleção e Planejamento Pedagógico	Set/2025 – Dez/2025	Assinar TED com MEC, finalizar PPCs, alinhar conteúdos e metodologias ativas, articular com redes públicas e definir polos de estágio e residência.	PREG, Coordenação PRILEI, Colegiados de Curso, CEPEX
Preparação de Infraestrutura e Recursos Humanos	Out/2025 – Fev/2026	Adequar salas e laboratórios, adquirir equipamentos e materiais, garantir acessibilidade, publicar editais para seleção de professores e capacitar equipes.	Direções de Centro/Campus, PREG, PROAD, STI
Mobilização e Seleção de Estudantes	Jan/2026 – Fev/2026	Executar campanha de divulgação, realizar inscrições via SISU/ENEM ou edital, aplicar política de cotas e garantir inclusão.	PREG, CSPE, Assessorias de Comunicação
Início das Atividades Acadêmicas	Mar/2026	Realizar aula inaugural, iniciar disciplinas e projetos, implementar metodologias ativas e estágios supervisionados.	Coordenações de Curso, Colegiados, PREG
Monitoramento e Avaliação	Mar/2026 – Fev/2030	Monitorar matrícula, evasão, conclusão, desempenho, inserção profissional e impacto comunitário; produzir relatórios técnicos anuais.	Coordenação Institucional PRILEI, Coordenações de Curso, PREG, CEPEX
Encerramento e Avaliação Final	Ano de 2030	Sistematizar resultados, avaliar impacto territorial, produzir relatório final e apresentar boas práticas ao MEC.	PREG, Coordenação PRILEI, MEC

### **13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO**

A avaliação do projeto também acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que ele servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras, cujo resultado tenha sido considerado negativo. Assim, ao término de cada disciplina será feita a avaliação do Curso pelo aluno, através de um formulário e também pelo professor. Os coordenadores do Curso serão responsáveis por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

É relevante destacar que as ações ou atividades desenvolvidas serão continuamente retomadas a partir de núcleos temáticos de estudo, organizados em Bom Jesus, juntos às comunidades parceiras. Nesta perspectiva, a avaliação do

Curso exige a avaliação do processo de formação: natureza e objetivos do curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais.

## **14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA**

O acompanhamento sistemático da permanência estudantil no âmbito dos cursos do PRILEI/UFPI será desenvolvido como estratégia institucional de promoção da equidade, inclusão e qualidade da formação inicial, em conformidade com as diretrizes do Edital nº 3/2025 e com as metas estabelecidas no projeto institucional.

O monitoramento da permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí (UFPI) será realizado de forma sistemática, integrando ações pedagógicas, administrativas e de assistência, em conformidade com as normativas institucionais e as diretrizes do Ministério da Educação. O processo utilizará indicadores quantitativos (como desempenho acadêmico, frequência e tempo de integralização curricular) e qualitativos (como perfil socioeconômico e acompanhamento individualizado), permitindo a identificação precoce de riscos de evasão e a implementação de estratégias direcionadas.

A análise dos dados será feita por meio de sistemas institucionais, como o SIGAA, que possibilita o acompanhamento da trajetória dos estudantes, cruzando informações acadêmicas e socioeconômicas para embasar políticas de apoio. Além disso, reuniões periódicas do colegiado servirão para avaliar casos específicos e propor intervenções. Para maior eficácia, sugere-se a inclusão de mecanismos de escuta ativa dos discentes, a definição de metas mensuráveis (como redução de evasão) e a divulgação transparente dos resultados, reforçando o compromisso com a permanência e o sucesso acadêmico.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), em articulação com o Núcleo de Acessibilidade (NAU), o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica e as coordenações de curso, terá papel estratégico nesse monitoramento, garantindo que estudantes público-alvo da educação especial ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham acesso às políticas de permanência já implementadas, como auxílios financeiros, bolsas, apoio pedagógico especializado e tecnologias assistivas. A PRAEC disponibiliza ainda suporte psicológico e orientação pedagógica, conforme as necessidades dos estudantes.

Os resultados parciais e finais de cada semestre letivo serão apresentados em relatórios de acompanhamento, discutidos em reuniões de colegiado e encaminhados à direção de centro e à Pró-Reitoria de Graduação (PREG), de modo a subsidiar ajustes no planejamento pedagógico e nas ações de apoio. A adoção de metas semestrais de redução da evasão e de elevação da taxa de integralização servirá como parâmetro para medir a efetividade das estratégias adotadas.

Além dos indicadores internos, a permanência será avaliada considerando dados do Censo da Educação Superior e do Sistema e-MEC, possibilitando o alinhamento do desempenho do curso aos parâmetros nacionais de qualidade. Essa análise externa permitirá também identificar tendências e desafios comuns a cursos de perfil semelhante, servindo de referência para o aprimoramento contínuo da gestão acadêmica.

A participação discente será incentivada por meio de espaços de escuta ativa, como questionários de satisfação, assembleias acadêmicas e reuniões abertas, criando um canal permanente para que estudantes possam apontar dificuldades e propor melhorias. Essas contribuições serão incorporadas às estratégias de permanência, fortalecendo o caráter participativo do processo.

A avaliação da permanência será ainda vinculada às ações de acessibilidade, inclusão e equidade, assegurando que as metas de atendimento às ações afirmativas (Lei nº 12.711/2012) e às políticas internas de inclusão sejam acompanhadas de forma integrada. Isso inclui a verificação do cumprimento das condições de acessibilidade física, pedagógica e comunicacional, conforme regulamentações como a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019.

As ações serão implementadas a partir do Bloco 1, gerenciadas pela coordenação do curso e pela coordenação pedagógica, garantindo acompanhamento individualizado e contínuo até a conclusão da graduação. Esse modelo visa promover um vínculo pedagógico e uma maior proximidade entre os estudantes, fortalecendo a prevenção da evasão e oferecendo suporte integral à trajetória acadêmica. Além disso, a coordenação do curso realizará avaliações periódicas e monitoramento da permanência dos alunos, assegurando que as necessidades de cada grupo sejam atendidas e que estratégias de apoio sejam adaptadas conforme necessário.

O acompanhamento terá como objetivos principais:

- Mapear necessidades e desafios: identificar, de forma contínua, dificuldades acadêmicas, socioeconômicas, emocionais e de

acessibilidade que possam impactar o desempenho e a permanência dos estudantes, considerando o contexto territorial e social de cada campus.

- Fortalecer a comunicação institucional: criar e manter redes de comunicação eficientes entre discentes, coordenação de curso e a instituição, utilizando ferramentas digitais, encontros presenciais e canais oficiais para agilizar a circulação de informações.
- Garantir acesso a oportunidades e políticas de apoio: orientar e divulgar informações sobre bolsas de pesquisa, permanência, desenvolvimento acadêmico, residência docente e outras iniciativas previstas na política de assistência estudantil da UFPI, assegurando que todos os estudantes elegíveis tenham acesso a esses benefícios.
- Integrar diagnósticos e ações entre campi: consolidar, a cada semestre, o mapeamento das dificuldades e demandas identificadas, socializando-as entre todos os campi envolvidos no PRILEI, de forma a subsidiar a Coordenação Institucional e os Colegiados de Curso na definição de estratégias conjuntas.
- Acompanhar e apoiar o processo de ensino-aprendizagem: atuar de maneira articulada com os docentes responsáveis pelas disciplinas, buscando soluções pedagógicas que favoreçam a aprendizagem, a participação ativa e o desenvolvimento das competências previstas no PPC.
- Promover a inclusão e o atendimento especializado: planejar e executar ações de apoio a estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo acessibilidade física, pedagógica e tecnológica, conforme normativas institucionais e legais.
- Monitorar o desempenho acadêmico: coletar e analisar, de forma sistemática, indicadores de rendimento, frequência, participação em atividades de estágio e residência docente, e conclusão de componentes curriculares, alimentando relatórios de gestão e tomada de decisão.
- Desenvolver estratégias para o sucesso acadêmico: propor ações preventivas e interventivas para reduzir a evasão e aumentar a taxa de conclusão, em alinhamento com a meta institucional de garantir taxa mínima de conclusão de 95% dos ingressantes.

Essa metodologia de acompanhamento, fundamentada na gestão compartilhada e na integração entre teoria e prática, articula-se diretamente às metas do PRILEI e ao compromisso institucional da UFPI com a formação de professores qualificados para a Educação Básica, em regime de tempo integral, com foco na inclusão e na redução das desigualdades educacionais.

Em síntese, o monitoramento da permanência estudantil será um processo contínuo, integrado e baseado em evidências, cujo foco é garantir que todos os estudantes ingressem, permaneçam e concluam o curso em condições de equidade e qualidade, fortalecendo o compromisso institucional da UFPI com a formação docente e com a democratização do acesso e da permanência na educação superior.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. São Paulo : Cortez, 1990.

ALMEIDA, Maria Isabel de. (Orgs.). **Pedagogia Universitária: caminho para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011

ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papyrus, 2016. p. 17-34. (Série Prática Pedagógica).

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003.

BEGNAMI, J. B. **Formação pedagógica de monitores das Escolas Famílias Agrícolas e Alternâncias**: um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores. Belo Horizonte. 2003. 263 p. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação) - Universidade Nova de Lisboa e Universidade François Rabelais de Tours. 2003.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2. ed. Bauru: Cá entre nós, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação . **Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025** Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2021**: Resumo Técnico. Brasília, 2021.

BRASIL. Presidência da república, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Parecer Nº 09**, de 08 de maio de 2001. Conselho Nacional de Educação. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 08 mai 2001.

BRASIL. **Parecer Nº 28**, de 02 de outubro de 2001. Conselho Nacional de Educação. Assunto: Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 02 out 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Nº. 9394/96.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>

BRASIL.MEC. **Parecer CNE/CEB/ 1º/2/2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. **Institui o Programa Escola em Tempo Integral**; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N.da S.; HAGE, S. M. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. *In: Revista Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A **prática como componente curricular na formação de professores**. Educação, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 203-218, maio/ago. 2011.

FERREIRA, F. S.; REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. **Professores, tecnologias digitais e inclusão escolar**: desafios da política de educação especial em um município brasileiro. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 16, n. esp.2, p. 1307-1324, maio, 2021

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GATTI, **Bernardete Angelina et al. Professores do Brasil: novos cenários de formação.** Brasília: UNESCO, 2019. GIMONET, J.C **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs.** Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280081, 2023.

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados.** In: Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C.A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** São Carlos: EdUFSCar. 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves; SANTOS, Vivian; SEBIN, Bruna Raffaini. **Política de educação especial no Brasil: análise da produção de textos de 2004 a 2019.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MICHELS, Maria. Helena.(Org.). **A formação de professores de Educação Especial no Brasil: propostas em questão.** Florianópolis: UFSC, CED/NUP, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, C. R. **Avaliação educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática.** São Paulo: Avercamp, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UFPI. **Regimento Interno Institucional.** Teresina, 2008.

UFPI.. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Teresina, 2024 (PDI 2024-2024\_.

ROSSATO, Maristela. **O estágio supervisionado como espaço de produção de significados sobre a profissão docente.** Boletim de Conjuntura (BOCA) ano V, vol. 15n. 44, Boa Vista, 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Alternativas pedagógicas para a formação do professor da educação superior. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Maria Quevedo Quixadá (Org.). **Docentes para a educação superior**: processos formativos. Campinas: Papirus, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

## **ANEXO I**

### **REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI, na modalidade presencial é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/ UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

#### **PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS**

**Art. 2º** O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI observará os seguintes princípios:

- I - solidez teórico-científica das disciplinas que ensejam atividades práticas para a consolidação dos conhecimentos por elas abordados;
- II - desenho lógico e sequencial das atividades propostas, que possibilitem registro sistemático e, conseqüente formação de portfólio;
- III - foco na prática: a partir do que é delineado pelas respectivas teorias de cada disciplina, a vivência do estágio deverá mobilizar o conhecimento adquirido por meio de atividades estruturadas que permitam ao(à) estagiário(a) exercitar a docência de maneira supervisionada. Dessa forma, o(a) estagiário(a) irá construir um repertório inicial de práticas docentes que lhe confirmam confiança para o exercício profissional autônomo do magistério, com foco no aprendizado dos alunos;
- IV - pluralidade pedagógica: o estágio deve oferecer oportunidade a pluralidade pedagógica tanto por meio da participação em ambientes de aprendizagem diversificados, quanto sob a supervisão de profissionais com perfis variados, que lhe proporcionem reflexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade na atuação profissional;

V - processo ativo de aprendizagem: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer a combinação de solidez teórico-científica das disciplinas e interação de seus conteúdos com as atividades práticas aliadas ao engajamento dos(as) estagiários(as) na vivência, desde o planejamento, durante a execução e no processo contínuo de avaliação das atividades pedagógicas; e

VI - prática reflexiva: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer o desenvolvimento da capacidade de avaliação do(a) estagiário(a) sobre os objetivos, os componentes, o contexto, a execução e o resultado de cada atividade. Também requer uma autoavaliação contínua, refletindo tanto sobre as consequências da sua atuação, quanto das implicações dessas reflexões sobre sua futura atuação profissional.

**Art. 3º** O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI observará os seguintes objetivos:

I - **formar** docentes com mais flexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade para sua atuação profissional, desde o início de sua carreira;

II - **valorizar** os docentes e fortalecer os vínculos com a carreira docente;

III - **engajar** docentes com mais experiência na formação de novas gerações de docentes;

IV - **integrar** a formação e a pesquisa acadêmica com a prática educativa do ambiente escolar;

V - **integrar** professores(as) supervisores(as), estagiários(as) e demais profissionais da Educação Básica, para formar uma comunidade dinâmica e competente para seu autodesenvolvimento e para o aprendizado dos(as) estudantes da Educação Básica;

VI - **garantir** parâmetros mínimos de formação docente necessários para o planejamento, a execução e a avaliação de práticas pedagógicas, alinhadas com as demandas da educação contemporânea e com a efetiva aprendizagem dos(das) estudantes; e

VII - **promover** a indução profissional inicial mediante uma transição lógica e efetiva entre o aprendizado teórico-científico e a materialização de conhecimentos, práticas, valores e atitudes necessários ao exercício competente da docência.

**Art. 4º** O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

I - atividades que abranjam o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(às) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

### **CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO**

**Art. 5º** O Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;

II - dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;

III - existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

**Parágrafo único:** O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

## **ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

**Art. 6º.** A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI envolve:

- . Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- . Coordenação de Estágio Supervisionado;
- . Professor Orientador de Estágio;
- . Supervisor de campo;
- . Estudante Estagiário.

### **I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG;**

**Art. 7º-** A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- A. Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na UFPI;
- B. Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;
- C. Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- D. Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- E. Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

### **II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

**Art. 8º-** São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI:

- . Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- A. Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;

- B. Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- C. Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- D. Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- E. Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- F. Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;
- G. Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- H. Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

### **III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO**

**Art. 9º-** O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado é, preferencialmente, do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- . Orientar e supervisionar o máximo de 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- A. Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso, a programação semestral de estágios;
- B. Elaborar Plano de Estágio para os discentes;
- C. Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de estágio e nos relatórios de estágio;
- D. Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- E. Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- F. Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade;

G. Manter diálogo regular com os professores supervisores para integrar a formação acadêmica com a prática profissional.

H. Participar de momentos formativos e encontros de troca de experiências promovidos pela UFPI e instituições parceiras.

**Art. 10º**- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado deve assegurar que o Plano de Estágio seja estruturado de forma a garantir que o(a) estagiário(a) tenha a oportunidade de vivenciar:

I - atividades que abrangem o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abrangem o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abrangem o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(às) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

**Art. 11º** Para a realização das atividades descritas nos incisos do artigo anterior, o Plano de Estágio deve prever o uso pelo(a) estagiário(a) de diferentes instrumentos e meios de aprendizagem, tais como:

I - **Observação:** tem como objetivo desenvolver no(a) estagiário(a) um olhar crítico-reflexivo, por meio de protocolos pré-estruturados, que permita a compreensão do ambiente educacional, das práticas pedagógicas e das interações no contexto escolar. Entre os objetos de observação, podem ser incluídos:

a) Observação das formas de interação entre os(as) estudantes;

- b) Observação da organização do tempo e do espaço escolar/sala de aula;
- c) Observação das estratégias de gestão da sala de aula realizadas pelo(a) professor(a);
- d) Observação das estratégias de ensino realizadas pelo(a) professor(a);
- e) Observação das formas como o(a) professor(a) se comunica com os(as) estudantes;
- f) Observação da resolução de problemas e conflitos inesperados no ambiente de ensino, incluindo horários fora de sala de aula, tais como visitas de campo, recreio, uso de sala de leitura ou de recursos, entre outros.

II - **Entrevista**: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) ouvir, de maneira estruturada e planejada, com perguntas relevantes e baseadas no arcabouço teórico-científico da disciplina a que se refere, os diferentes atores do processo educativo, com o objetivo de aprofundar seu entendimento dos elementos observáveis no contexto das instituições de ensino. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Entrevista com estudantes para compreender suas perspectivas em relação ao processo de aprendizagem, a dinâmica com pares e docentes, a interação com o ambiente de ensino e o seu repertório cultural/social;
- b) Entrevista com professores(as) sobre seu planejamento, sua atuação didática, suas decisões de gestão de sala de aula e seu plano de ensino;
- c) Entrevista com professores(as) após a observação de práticas disciplinares específicas, com o objetivo de compreender decisões pedagógicas;
- d) Entrevista com gestores escolares para compreender como a organização da unidade escolar é pensada para favorecer as aprendizagens.

III - **Análise documental**: a análise de documentos e materiais deve ser descritiva e crítica, referenciada nas leituras e estudos orientados ao tema. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Análise dos planos de ensino do(a) professor(a);
- b) Análise dos materiais didáticos utilizados em sala;
- c) Análise de documentos curriculares;
- d) Análise do projeto político-pedagógico da escola;
- e) Análise dos instrumentos de avaliação formais e informais.
- f) Análise das produções dos alunos frente a uma comanda didática.

IV - **Planejamento do ensino e aprendizagem**: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) refletir e/ou definir sobre os objetivos de aprendizagem a serem trabalhados (de acordo com o arcabouço teórico-científico da disciplina a que se vincula), os instrumentos e critérios avaliativos a serem utilizados, a forma como as aulas serão conduzidas, a seleção de materiais de ensino, entre outros aspectos relevantes na condução de atividades didáticas. Poderão ser realizados, entre outros: 6

- a) Planejamento de um momento de regência específico dentro de uma unidade de ensino do(a) professor(a);
- b) Planejamento de atividades avaliativas;
- c) Planejamento de aulas;
- d) Planejamento de gestão das aprendizagens.

V - **Regência**: deve possibilitar ao(à) estagiário(a) estar à frente da condução do processo de ensino e precisa ser precedida pelas atividades listadas acima. Deve ser exercida de forma compartilhada, na qual o(a) professor(a) e o(a) estagiário(a) conduzem conjuntamente atividades de ensino, possibilitando, de forma progressiva, a interação com a classe e um papel mais proeminente do(a) estagiário(a) na regência. Poderá ser realizada, entre outras:

- a) Regência de atividade específica;
- b) Regência de aula;
- c) Regência de unidade de ensino.

VI - **Avaliação das aprendizagens**: deve permitir ao(à) estagiário(a) refletir sobre as avaliações educacionais, incluindo a escolha de estratégias pedagógicas e a definição de instrumentos que possibilitem a entrega de devolutivas aos(as) estudantes.

**Art. 12º** Para que o estágio curricular supervisionado seja devidamente avaliado, o Plano de Estágio deve prever a entrega de relatórios, realizados pelo(a) estagiário(a), que registrem as percepções de maneira organizada, que relacionem as atividades desenvolvidas com a teoria estudada e que apresentem reflexões críticas, destacando os aspectos positivos, as dificuldades percebidas, o que poderia ser aprimorado ou replicado, dentre outras evidências das aprendizagens do(a) estagiário(a).

**Parágrafo único:** o conjunto dos relatórios produzidos pelo(a) estagiário(a), registrando a sua vivência prática ao longo de suas atividades do estágio curricular supervisionado, é chamado de “portfólio”.

**Art. 13º** Na elaboração do seu Plano de Estágio a IES deve levar em consideração os seguintes aspectos:

I - as atividades de estágio ao serem definidas devem seguir uma progressão de complexidade, de acordo com a etapa letiva em que serão exercidas, e em consonância com o desenvolvimento pessoal e a maturidade profissional do(a) estagiário(a);

II - as atividades de estágio devem ser estruturadas de acordo com os períodos letivos, definindo qual é o foco de cada período, como por exemplo, Educação Infantil, Alfabetização, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, etc. e apresentando os objetivos de aprendizagem a serem desenvolvidos pelos(as) estagiários(as) em cada um desses períodos; e

III - a fim de não conflitar com a proposta pedagógica e curricular da rede de ensino, as atividades de estágio serão definidas em comum acordo entre o(a) professor(a) orientador(a) e o(a) professor(a) supervisor(a).

#### **IV - SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO**

**Art. 14º** O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- . **Acolher** o estagiário na escola e na sala de aula, apresentando rotinas e horários;
- A. **Orientar e supervisionar** os estagiários;
- B. **Avaliar**, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI
- C. **Promover** ambientes de aprendizagem que coloquem o estagiário como protagonista, incentivando reflexões sobre a prática docente.

- D. **Oferecer** oportunidades para que o estagiário pratique a docência, com suporte e orientação formativa.
- E. **Manter** comunicação contínua com o professor orientador para garantir a integração entre teoria e prática.

## **V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO**

**Art. 15º** São atribuições do estudante estagiário:

- . **Cumprir** a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- A. **Respeitar** as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- B. **Planejar** com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- C. **Apresentar** a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- D. **Comparecer** aos encontros com o professor orientador;
- E. **Apresentar** um relatório ao final de cada estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio, registrando suas percepções, reflexões críticas, e o desenvolvimento de suas práticas docentes.
- F. **Constituir** um portfólio que documente a experiência de estágio, destacando aprendizados, dificuldades e propostas de melhorias no percurso formativo do estágio desde o início do curso.

## **PLANO DE ESTÁGIO DO DISCENTE**

**Art. 16º** O plano de estágio é um documento elaborado pelo discente, com orientação do professor orientador, que deve contemplar as atividades a serem desenvolvidas durante o estágio supervisionado, alinhando-se às diretrizes do curso e às necessidades de formação do futuro docente.

**Art. 17º** O plano de estágio deve incluir:

**I. Objetivos Gerais e Específicos:** Definição clara dos objetivos do estágio, tanto gerais quanto específicos, em termos de desenvolvimento de competências docentes e integração teoria-prática.

## **II. Atividades Planejadas:**

- Descrição das atividades de observação, entrevistas e análises documentais a serem realizadas.
- Planejamento de momentos de regência, incluindo a condução de aulas e atividades avaliativas.

**III. Cronograma:** Estabelecimento de um cronograma que distribua as atividades de estágio ao longo do semestre, garantindo tempo suficiente para preparação, execução e reflexão.

**IV. Metodologia:** Estratégias e métodos que serão utilizados para alcançar os objetivos do estágio, incluindo recursos didáticos e tecnológicos.

**V. Critérios de Avaliação:** Definição dos critérios que serão utilizados para avaliar o desempenho do discente durante o estágio, incluindo autoavaliação e feedback do professor supervisor.

**VI. Reflexão e Autoavaliação:** Espaços dedicados à reflexão crítica sobre as práticas realizadas e ao registro de aprendizados, desafios enfrentados, e estratégias de superação.

**Art. 18º** O plano de estágio deverá ser aprovado pelo professor orientador antes do início das atividades práticas e poderá ser ajustado conforme necessário, em resposta às experiências vivenciadas durante o estágio.

**Parágrafo único:** O plano de estágio faz parte do portfólio do discente e será utilizado como um dos instrumentos de avaliação de seu desenvolvimento ao longo do estágio supervisionado.

## **CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

**Art. 19º** O estágio curricular supervisionado deverá ocorrer ao longo do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI, iniciando no primeiro e terminando no último semestre do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

**Parágrafo único:** A carga horária do estágio curricular supervisionado será distribuída em 8 (oito) estágios a ser realizado de forma presencial, distribuído ao longo do curso,

e abranger as áreas de atuação do futuro professor, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- A. Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- B. Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- C. Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

## **AVALIAÇÃO**

**Art. 20º** A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

**Art. 21º** A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

**Art. 22º** Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- A. A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;
- B. A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
- C. Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio são presenciais e não podem ser realizadas através de atividades domiciliares ou à distância.

**Art. 23º** Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 100 (cem) horas do estágio curricular supervisionado na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à CGE e à Câmara de Ensino - CAMEN.

### **ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA - PRILEI/UFPI COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Art. 24º** Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, afim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;

- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 25º** As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

## ANEXO II

### REGULAMENTO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI é uma produção acadêmica que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação. De acordo com a Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e Portaria Nº 330/2017 PREG/CAMEN de Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (2016) elaborado pelo Fórum das Licenciaturas da UFPI (FORLIC), o TCC corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação. Com base nesta Portaria, ficou estabelecido o presente regulamento que norteia o processo de elaboração e avaliação do TCC do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI.

**Art. 2º.** O TCC tem carga horária de 60 horas e será distribuído em 02 períodos, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado do curso.

#### OBJETIVOS

**Art. 3º** O TCC possui como objetivos:

- A. **Articular** os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- B. **Promover** o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- C. **Ampliar** a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;

- D. **Consolidar** a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

## ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

**Art. 4º** As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- A. Elaboração do projeto de TCC;
- B. Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades: monografia, memorial, artigo científico ou outras categorias a ser definida pelo colegiado de curso;
- C. Apresentação pública do TCC.

**Parágrafo único:** Apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta IES, as exceções devem ser apreciadas pelo colegiado do curso e restritas a comissão avaliadora.

## ORGANIZAÇÃO

**Art. 5º** O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI terá uma **coordenação** própria para os TCCs, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do TCC.

**Parágrafo único:** A Coordenação dos TCCs será exercida por um professor do curso, indicado pelo Colegiado do curso, por um período de 2 (dois) anos nomeado pelo diretor do campus\centro.

## ORIENTAÇÃO

**Art. 6º** A orientação do TCC é de responsabilidade dos docentes da UFPI.

**Art. 7º** É preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem à Coordenação do TCC ou coordenação do curso mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, devendo outro docente assumir formalmente a orientação, junto à coordenação.

## COMPETÊNCIAS

**Art. 8º** Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- . **Tomar** decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
  - A. **Elaborar** um relatório ao final de cada período letivo contendo informações referentes as atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências que deverá ser entregue na coordenação do curso;
  - B. **Convocar**, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC;
  - C. **Divulgar** amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas;
  - D. **Auxiliar** os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
  - E. **Coordenar** agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral;
- A Coordenação do TCC deverá disponibilizar para os alunos manual atualizado de apoio à elaboração dos TCC.

**Art. 9º** Compete ao professor orientador:

- A. **Orientar** o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- B. **Indicar** as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos;
- C. **Participar**, na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- D. **Contactar** com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.
- E. **Disponibilizar** repositório na página do Curso para socialização das produções dos alunos

**Art. 10º** Compete ao orientando:

- . **Escolher** a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do professor;

- A. **Elaborar** e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;
- B. **Cumprir** as normas e prazos;
- C. **Entregar** 1 (cópia) impressa para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com 15 dias de antecedência da apresentação;
- D. **Participar** de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- E. **Cumprir** o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;
- F. **Cumprir** outras atribuições referentes ao TCC.

## **AVALIAÇÃO**

**Art. 11** A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- Avaliação pela Banca Examinadora.

**Art. 12** Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela banca examinadora/avaliadora o aluno encaminhará cópia digital do TCC ao orientador do TCC, que o encaminhará à coordenação do TCC.

**Art. 13** O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser defendido no penúltimo período do curso. No último período deverá ser realizada a revisão final e a entrega da versão final.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 14** Os TCC deverão ser encaminhados ao repositório institucional, a fim de dar visibilidade e acesso às produções dos alunos da graduação.

**Art. 15** As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

## ANEXO III

### REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES – ACC

As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí, CONSIDERANDO a Resolução N° 177/12-CEPEX e suas alterações, resolve:

**Art. 1º.** As Atividades Complementares de Graduação fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, constituindo um conjunto de estratégias didático pedagógicas vivenciadas durante o percurso acadêmico, previstas pela Instituição de Ensino Superior (IES), para a integralização curricular, considerando-se aqueles relevantes para que o/a estudante adquira, o saber e as habilidades necessárias à sua formação.

**Parágrafo Único.** As Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI se caracterizam como atividade acadêmica individual no âmbito da UFPI, se configuram como atividades acadêmicas específicas que o/a aluno/a desempenha por livre iniciativa, sem ou com a participação ou orientação de um professor da UFPI e que, no entendimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), contribuem para sua formação e devem ser registradas no histórico escolar.

**Art. 2º.** São consideradas Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI a participação dos/as discentes nas seguintes atividades:

- a) Ensino;
- b) Iniciação à pesquisa;
- c) Grupos de estudos;
- d) Grupo de pesquisa;

- e) Programa de Intercâmbio Interinstitucional;
- f) Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;
- g) Organização de eventos técnico-científicos;
- h) Participação em minicursos;
- i) Participação em eventos técnico-científicos;
- j) Docência;
- k) Assessoria em comunidades rurais e cooperativas;
- l) Facilitação de curso, minicurso ou oficina;
- m) Extensão;
- n) Publicações em anais de eventos internacionais, nacionais, regionais e locais;
- o) Publicações em periódicos nacionais;
- p) Publicação de livros ou e-book (como organizador, autor ou coautor)
- q) Publicação de capítulo de livro;
- r) Representação estudantil;
- s) Representação de sindicatos e movimentos sociais;
- t) Atividades Artístico-culturais;
- u) Produções técnico-científicas;
- v) Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos;
- x) Participação em disciplina eletiva;
- y) Realização de estágios não obrigatório;
- z) Visitas técnicas.

**Parágrafo único.** O estágio curricular não-obrigatório é aquele previsto no PPC, no âmbito das atividades complementares e, na UFPI está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e da Coordenadoria Geral de Estágio (CGE).

**Art. 3º.** As atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI são agrupadas nas seguintes categorias:

- a) Iniciação à docência e à pesquisa;
- b) Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais;
- c) Experiências profissionais e/ou complementares;
- d) Atividades de extensão;

- e) Trabalhos publicados;
- f) Vivências de gestão;
- g) Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas;
- h) Disciplina eletiva;
- i) Estágio não obrigatório;
- j) Visitas técnicas.

**Parágrafo Único.** Cada atividade possui uma carga horária mínima e máxima, que podem ser integralizadas no histórico escolar a partir da apresentação dos documentos comprobatórios exigidos pela Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI.

**Art. 4º.** Para a participação do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Realiza-las a partir do seu ingresso no curso;
- II – Ser compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III – Serem realizadas em pelo menos duas das categorias citadas no artigo 3º;

**Art. 5º.** O período para registro das atividades complementares no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) pelo/a discente é estabelecido no Calendário Acadêmico de cada período letivo ou por procedimento especial aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN).

**Art. 6º.** Cabe à Coordenação de Curso avaliar o desempenho do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo a decisão deferido/indeferido e estipulando a carga horária a ser aproveitada de acordo com as normas do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI, de modo a ser homologada no SIGAA para que seja incluída no histórico dele/a.

**Art. 7º.** O período de avaliação das Atividades Complementares de Graduação pela Coordenação de Curso também está previsto no Calendário Acadêmico de cada período letivo, cujo prazo final é de até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do/a discente.

**Art. 8º.** Os casos de discente ingresso do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI por meio de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiver participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pela Coordenação de Curso, que poderá computar total ou parte da carga horária atribuída pela IES ou curso de origem, em conformidade com as disposições da Resolução N° 177/2012 CEPEX/UFPI e de suas normatizações internas.

**Art. 9º.** A carga horária de atividades complementares do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI, condição necessária para conclusão do curso, é de 200 horas, não ultrapassando os 10% da carga horária total do curso.

**Parágrafo único.** Não pode haver substituição da carga horária de Atividades Complementares de Graduação por outros componentes curriculares obrigatórios ou optativos.

**Art. 10º.** A Coordenação do Curso é a responsável pelo acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares de Graduação.

**Parágrafo Único.** É responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE) propor as cargas horárias atinentes às Atividades Complementares de Graduação a serem inseridas no PPC do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI e a aprovação das normatizações para a operacionalização delas, com deliberação pelo Colegiado do Curso e, após análise da Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC) e da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) será homologado pela Câmara de Ensino (CAMEN), em casos de inclusão de novas ACC's.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 11º** As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

<b>INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E À PESQUISA (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 60 horas)</b>			
<b>Atividade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Carga horária</b>	
		<b>Mínima</b>	<b>Máxima</b>
Iniciação ao Ensino	Participação em programas e projetos institucionais de ensino (Monitoria, PIBID, PET e Programa de Apoio Acadêmico). Certificação: Declaração do órgão/unidade competente.	30	60
Iniciação à Pesquisa	Participação em programa e projetos de pesquisa (PIBIT, PIBIC, ICV). Certificação: Declaração do órgão/unidade competente	30	60
Grupos de Pesquisa	Participação em grupos de pesquisa sob a supervisão de professores e/ou alunos de mestrado ou doutorado da UFPI. Certificação: Declaração do professor responsável.	30	60
<b>PARTICIPAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E/OU APRESENTAÇÃO EM EVENTOS GERAIS (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 60 horas)</b>			
Participação em Eventos Técnico-científicos	Participação como ouvinte em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns e semanas acadêmicas. Certificação: Certificado de participação.	15	60
Organização de Eventos Técnico-científicos	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas. Certificação: Certificado de participação	15	60
Apresentação de Trabalhos em Eventos Técnico-científicos	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns e semanas acadêmicas. Certificação: Certificado de apresentação ou cópia do anais de eventos.	30	60
<b>EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 120 horas)</b>			
Docência	Experiência profissional como docente no Ensino Básico, por um período mínimo de um semestre, na área do curso. Certificação: Declaração do órgão/unidade competente constando o semestre no qual a docência foi realizada.	30	120
Estágio não obrigatório	Realização de estágio não obrigatório na área do curso ou afins. Certificação: Declaração do órgão/unidade competente.	30	120
Projetos Sociais	Participação em Projetos Sociais governamentais e não-governamentais. Certificação: Declaração do órgão/unidade competente.	30	120
<b>VISITAS TÉCNICAS (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 10 horas)</b>			
Visita técnica	Visitas técnicas na área do curso ou afins. Certificação: Declaração do professor responsável.	2	10
<b>TRABALHOS PUBLICADOS, APROVAÇÃO EM CONCURSOS OU PREMIAÇÕES (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 120 horas)</b>			
Publicações	Publicações em revistas indexadas. Certificação: Cópia do	30	90

	artigo publicado ou carta de aceite.		
Aprovação em concursos	Aprovação em concursos. Certificação: Diário Oficial ou documento comprobatório.	30	90
Premiações	Premiações em concursos. Certificação: Certificado ou declaração comprobatória.	30	90
<b>VIVÊNCIAS DE GESTÃO (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 40 horas)</b>			
Participação em órgão colegiado	Participação em órgão colegiado da UFPI (Conselho universitário, Conselho de Centro, Assembleia departamental, Colegiado de Curso). Certificação: Portaria ou declaração comprobatória.	20	40
Participação em Comitês ou Comissões	Participação em Comitês ou Comissões não relacionadas a Eventos. Certificação: Portaria ou declaração comprobatória.	20	40
Representação estudantil	Participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria (DCE e CAs). Certificação: Portaria ou declaração comprobatória.	20	40
<b>ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 90 horas)</b>			
Atividades artístico-culturais e esportivas	Participação em grupos de artes (teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos) ou atividades esportivas. Certificação: Certificado ou declaração comprobatória.	15	90
Produção e participação em atividades técnico-científicas	Participar ou ministrar cursos, minicursos, oficinas e outras atividades não contempladas em outras categorias. Certificação: Certificado ou declaração comprobatória.	15	90
<b>DISCIPLINA ELETIVA (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 60 horas)</b>			
Disciplina eletiva	Conclusão de disciplina, fora do currículo do curso, ofertada por outro curso da UFPI ou de outra Instituição de Ensino Superior. Certificação: Histórico escolar contendo os dados da disciplina.	30	60

## ANEXO IV

### REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE

As Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí, obedecerão criteriosamente o que está exposto na Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a curricularização das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição.

Considerando as Resoluções citadas, as Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI seguirão as seguintes normativas:

**Art. 1º** As ACEs deverão promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com os diferentes segmentos sociais, troca de conhecimentos, vivências interprofissionais e interdisciplinar e conhecimento e comprometimento com as demandas sociais e da educação básica, através de ações interventivas;

**Art. 2º** Os alunos do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI deverão integralizar, até o 8º semestre, **360 horas** de Atividades Curriculares de Extensão – ACEs, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Licenciado(a) em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI;

**Art. 3º** O Curso terá um Coordenador de Extensão que fará o acompanhamento na oferta, execução e integralização das ACEs, buscando alternativas para os problemas surgidos no processo, conforme as atribuições definidas na Resolução 053/2019 – CEPEX/UFPI (§ 3, art. 2);

**Art. 4º** As horas curriculares de extensão podem ser contabilizadas de três formas, conforme determinação no projeto pedagógico do curso, a saber:

- I - disciplinas dedicadas integralmente ou parcialmente às atividades extensionistas;
- II - cumprimento do componente curricular denominado “Atividade Curricular de Extensão (ACE)”, assegurado a oferta de, no mínimo, uma ACE a cada semestre letivo do curso ;
- III - cumprimento das atividades de extensão previstas no art. 8º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

**Art. 5º** As atividades de extensão para serem integralizadas como ACEs deverão:

- I - Serem cadastradas na PREXC nas seguintes modalidades: programa de extensão, projetos de extensão, cursos de extensão, eventos de extensão ou prestação de serviços à comunidade externa e/ou atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas com ACE.
- II - Serem desenvolvidas presencialmente;
- III - Terem os alunos como executores, sob a coordenação de docentes;

**Art. 6º** A Coordenação do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI oferecerá obrigatoriamente, a cada semestre (com exceção do primeiro) no mínimo, uma ACE, conforme resolução vigente;

**Art. 7º** As ACEs a serem ofertadas pela Coordenação do Curso contemplarão o perfil do profissional que o curso objetiva formar, garantindo a interdisciplinaridade e interprofissionalidade do curso, tendo suas ações voltadas para os seguintes Eixos Temáticos:

- Aquecimento Global e Mudanças Climáticas e os seus Impactos sobre a Biodiversidade;
- TDIC para o Ensino de Ciências da Natureza;
- Ética na Inteligência Artificial para o Ensino de Ciências da Natureza;
- Estratégias Inclusivas para o Ensino de Ciências da Natureza;
- Educação Financeira e Empreendedorismo;

- Ensino de Ciências da Natureza nos Espaços não-formais I (Ciência, Arte e Cultura);
- Ensino de Ciências da Natureza nos Espaços não-formais II (Ciência e Saberes Tradicionais);
- Experimentação para o Ensino de Ciências da Natureza;
- Ética e Cidadania;
- Inovação tecnológica;
- Inclusão socioeducacional;
- Empreendedorismo;
- Políticas educacionais;
- Práticas educativas;
- Diversidade e educação.

**Art. 8º** Os alunos não serão obrigados a participarem das ACEs ofertadas pela Coordenação, podendo participar de outras atividades de extensão propostas por outros cursos ou órgãos da UFPI, desde que elas sejam presenciais, estejam cadastradas na PREXC e abordem os eixos temáticos definidos neste PPC;

**Art. 9º** As atividades de extensão realizada pelos alunos em outras Instituições de Ensino Superior poderão ser aproveitadas como ACEs desde que:

I - As atividades desenvolvidas contemplem um dos eixos temáticos definidos no item 6 deste Regulamento;

II - As atividades tenham sido desenvolvidas presencialmente e o discente tenha sido um dos seus executores;

III - O discente solicite o aproveitamento, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, via processo até um ano antes da previsão para a conclusão do curso;

III - O processo esteja instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida, devendo ser assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração de atividade executada.

**Art. 10º** Nos casos de transferência interna ou mudança de curso dentro da UFPI, o discente poderá solicitar, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, os aproveitamentos das ACEs já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem, o qual será concedido conforme o Art. 17 da Resolução;

**Art. 11º** A integralização das ACEs no Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI iniciará no segundo semestre do curso, considerando as etapas previstas no artigo 9º da Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12º** As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

## ANEXO V

### CARTA DE INTENÇÃO E APOIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURRAIS-PIAUI À UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI NOS TERMOS DO EDITAL 03/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS-PI  
Secretaria Municipal de Educação

#### CARTA DE INTENÇÃO E APOIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURRAIS-PIAUI À UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI NOS TERMOS DO EDITAL 03/2025

A Secretaria Municipal de Educação de Currais, estado do Piauí, representada aqui por ANALICIA ALVES DE SOUSA, CPF 952.141.273-91, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, vem, por meio desta, declarar apoio à Universidade Federal do Piauí (UFPI), nos termos do Edital 03/2025 MEC-SEB - Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (PRILEI).

Declaramos apoiar os professores da rede municipal, sem qualificação adequada, em especial aqueles que não possuem formação nos cursos de Matemática, Artes, Ciências Humana e Sociais e Ciências da Natureza, a participarem dos cursos ofertados pela UFPI no âmbito da rede UFPI-UESPI-UNICAP, priorizando os que não possuem curso superior e que estejam matriculados nos cursos ofertados.

Concederemos apoio ao desenvolvimento de atuação prática (estágio e disciplinas práticas) dos licenciandos no âmbito do Edital 03/2025.

Currais-Piauí, 13 de agosto de 2025.

  
**Analicia Alves de Sousa**  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria 118/2025  
Currais-PI

Rua Padre Manoel Paredes, S/N – Centro  
CEP: 64.905-000 – Currais-PI  
CNPJ Nº 01.612.752/0001-76